

RELATÓRIO & CONTAS

1T15



A informação financeira consolidada contida neste reporte é baseada em Demonstrações Financeiras não auditadas, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/ IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), tal como adotadas pela União Europeia.

1. Principais Destaques

Volume de negócios cresceu 16,0%.

Receitas Internacionais da SSI representaram 54,1% do total das suas receitas.

EBITDA do portefólio decresceu 10,4%, crescendo 36,2% numa base comparável.

Resultado Líquido de 21,3 milhões de euros, três vezes acima do 1T14.

Net Cash de 168,7 milhões de euros no final do trimestre.

2. Resultados Consolidados Sonaecom

Volume de Negócios

No 1T15, o Volume de Negócios consolidado alcançou 32,0 milhões de euros, aumentando 16,0% face ao 1T14, ou 7,3% excluindo o contributo da S21Sec¹.

Este desempenho foi consequência do aumento de 19,9% das Vendas de Equipamento, mas também de um aumento significativo de 14,4% das Receitas de Serviço. Excluindo o contributo da S21Sec, as Receitas de Serviço aumentaram 3,4%.

Custos Operacionais

Os Custos Operacionais ascenderam a 31,3 milhões de euros, 17,7% acima do valor registado no 1T14, com todas as linhas a aumentarem. O nível de Custos com Pessoal aumentou 16,9%, devido a um acréscimo de 20,8% no número de colaboradores. Os Custos Comerciais aumentaram 26,3%, para 8,7 milhões de euros, impulsionados pelo aumento do Custo das Mercadorias Vendidas na SSI, em linha com a evolução das Vendas de Equipamento. Quanto aos Outros Custos Operacionais, a evolução é maioritariamente explicada pelos Custos de *Outsourcing* e Gastos Gerais e Administrativos da S21Sec.

EBITDA

O EBITDA total atingiu 6,2 milhões de euros, 4,4% abaixo do valor alcançado no 1T14, totalmente justificado pelo EBITDA do portefólio, que decresceu 10,4%. A linha referente ao MEP aumentou 0,4%, e foi particularmente influenciada pelo contributo da ZOPT que, por sua vez, depende do Resultado Líquido da NOS. No que diz respeito ao EBITDA do portefólio, este alcançou 1,1 milhões de euros, correspondendo a uma margem de 3,6%, um valor que compara com 4,6% no 1T14. Excluindo o contributo da S21Sec, o EBITDA do portefólio aumentou 36,2%.

Resultado Líquido

O EBIT da Sonaecom diminuiu 17,7% quando comparado com o 1T14, para 4,3 milhões de euros. Este decréscimo é explicado pelo menor EBITDA e pelo aumento do nível de depreciações relacionado com a consolidação da S21Sec.

Os Resultados Financeiros atingiram um valor de 17,5 milhões de euros no 1T15, influenciados positivamente pelo ajustamento ao justo valor da NOS tendo por base o preço de mercado, com um valor de 16,6 milhões de euros. No 1T14, esse ajustamento foi positivo em 2,0 milhões de euros.

O EBT da Sonaecom aumentou para 21,8 milhões de euros, sendo este acréscimo explicado pelo desempenho ao nível dos Resultados Financeiros.

O Resultado Líquido atribuível ao Grupo fixou-se nos 21,3 milhões de euros, valor que compara com 7,2 milhões de euros obtidos no 1T14.

CAPEX Operacional

O CAPEX Operacional do portefólio aumentou de 1,5 milhões de euros para 1,8 milhões de euros, representando 5,6% do Volume de Negócios, o mesmo nível obtido no 1T14.

Estrutura de Capital

A Dívida Bruta alcançou 11,5 milhões de euros, face a 26,7 milhões de euros no 1T14, e inclui a Dívida Bruta total da S21Sec, na qual a Sonaecom detém uma participação de 60%.

A Dívida Líquida totalizou um confortável valor negativo de 168,7 milhões de euros, isto é, uma posição de *cash* positiva.

¹ A S21Sec foi adquirida em julho de 2014 e consolidada na Sonaecom desde agosto de 2014.

2.1 Software e Sistemas de Informação (SSI)

Depois de um ano ativo, em linha com a sua estratégia de gestão activa de portefólio, a divisão da SSI da Sonaecom é atualmente composta por quatro empresas do sector IT/IS, focadas na expansão internacional. No 1T15, as quatro empresas geraram cerca de 54,1% das suas receitas fora do mercado Português, estando 44% do total de 863 colaboradores localizados fora de Portugal.

A **WeDo Technologies**, líder mundial no mercado de *enterprise business assurance*, continuou a expandir a sua presença internacional. A empresa colabora com algumas das principais empresas mundiais *blue chip* dos setores de retalho, energia e financeiro, assim como com mais de 190 operadores de telecomunicações de mais de 90 países.

Depois de ser nomeada, em 2014, pela Stratcast (Frost & Sullivan), como sendo o líder mundial na área de *Financial Assurance*, que engloba: *Revenue Assurance*, *Fraud Management* e *Margin Assurance*, a WeDo Technologies foi agora eleita pela Analysys Mason, uma analista de TMT (*telecoms, media and technology*), como o líder mundial no mercado de *software* de *Revenues Assurance* e *Fraud Management*.

Em fevereiro de 2015, a WeDo esteve presente no Mobile World Congress, em Barcelona, onde revelou detalhes sobre o novo software RAID Telecom, que integra o renovado pacote de soluções RAID *Enterprise Business Assurance* (EBA). De salientar ainda que, durante o 1T15, a empresa adquiriu dois novos clientes de telecomunicações nos EUA e México e, ainda, um cliente no setor de energia em Portugal, o que reflete, claramente, o crescimento da empresa no mercado de *enterprise business assurance*, tanto em Portugal como no estrangeiro. No final do 1T15, 76,5% do seu volume de negócios foi gerado no mercado internacional e quase 12% em outros segmentos que não o das telecomunicações.

A **S21Sec** é uma multinacional com sede em Espanha, especializada em serviços e tecnologias de cibersegurança, com o objetivo de proteger os ativos digitais mais críticos e de elevado valor das organizações: dados, operações e imagem corporativa. Com os seus próprios produtos e plataformas, a empresa atua com um foco especial em anti-fraude e *e-crime* em vários segmentos como o governamental, entidades financeiras, telecomunicações, energia e outras infra-estruturas críticas.

A S21Sec encontra-se num processo de reestruturação e já apresenta sinais positivos, com resultados relevantes no 1T15. Foi assinado um memorando de entendimento com a Europol, sendo a primeira empresa espanhola a fazê-lo. Estas duas organizações vão agora trocar conhecimento e experiência ao nível de *cybercrime*, e irão cooperar no sentido de combater a fraude *online* e fazer da Internet um espaço mais seguro. Foi fechado o primeiro projeto MOOC (*Massive Open Online Courses*), sobre *cybersecurity*, com a INCIBE (instituto nacional de cibersegurança em Espanha). Foram conseguidos alguns importantes contratos em diferentes setores (financeiro, seguros, turismo, energia e empresas industriais) e com diferentes tipos de serviços (desde SOC a auditoria, fraude digital e análises forenses). É também importante destacar a participação em vários eventos importantes do segmento (Homesecc em Espanha, ETIS information security WG Meeting e um evento do IDC dedicado à cibersegurança no setor financeiro).

A **Saphety** possui uma posição relevante em soluções de EDI (*Electronic Data Interchange*), otimização de processos de negócio e sincronização de dados de informação e multimédia para as organizações mundiais da GS1. O 1T15 foi marcado por uma melhoria significativa nas vendas e na rentabilidade, juntamente com uma boa atividade comercial: 177 novos clientes e alguns importantes contratos, incluindo GS1 Egypt, Essilor e Sodecia. A carteira de clientes da Saphety conta atualmente com mais de 8.200 clientes e 100.000 utilizadores em cerca de 20 países. Adicionalmente, é de salientar que as receitas internacionais mais do que duplicaram face ao 1T14, representando 32,0% do Volume de Negócios.

No que diz respeito à **Bizdirect**, a melhoria registada no investimento em equipamento de IT e *software*, aliada ao desempenho positiva na nova área de soluções, permitiu à Bizdirect aumentar o seu Volume de Negócios em 23,0% no 1T15. O Centro de Competências lançado em Viseu, criado para dar resposta ao crescimento da procura de projetos em áreas de CRM (*customer relationship management*) e ECM (*enterprise content management*), continuou a entregar projetos e está a aumentar a sua notoriedade no mercado europeu. As receitas internacionais cresceram significativamente e representam 12,8% do total do Volume de Negócios.

Indicadores Financeiros

Milhões de euros

SSI CONSOLIDADO - DEM. RESULTADOS	1T14 ^(R)	1T15	Δ 15/14	4T14	q.o.q.
Volume de Negócios	23,6	28,3	20,2%	27,8	1,8%
Receitas de Serviço	18,0	20,9	16,1%	20,8	0,7%
Vendas de Equipamento	5,6	7,4	33,5%	7,1	4,9%
Outras Receitas	0,2	0,4	109,1%	0,5	-16,2%
Custos Operacionais	21,1	26,6	26,1%	24,8	7,5%
Custos com Pessoal	7,6	9,7	27,6%	9,3	4,2%
Custos Comerciais ⁽¹⁾	5,6	7,7	36,0%	6,2	24,2%
Outros Custos Operacionais ⁽²⁾	7,9	9,2	17,4%	9,3	-0,5%
EBITDA	2,8	2,1	-26,3%	3,5	-40,5%
EBITDA do portefólio ⁽³⁾	2,6	2,1	-20,4%	3,5	-40,6%
Unidades descontinuadas ⁽⁴⁾	0,2	0,0	-100,0%	0,0	-
Margem EBITDA (%)	11,2%	7,4%	-3,8pp	12,7%	-5,3pp
CAPEX Operacional ⁽⁵⁾	1,4	1,6	15,8%	1,8	-9,3%
CAPEX Operacional como % Vol. Negócios	6,0%	5,8%	-0,2pp	6,5%	-0,7pp
EBITDA-CAPEX Operacional	1,2	0,5	-62,3%	1,7	-73,3%
CAPEX Total	1,4	1,6	15,8%	1,8	-9,3%

(1) Custos Comerciais = Custo das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (2) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos; (3) Inclui os negócios integralmente consolidados na SSI; (4) Inclui o contributo da Mainroad até ao momento da sua venda e a mais valia gerada; (5) CAPEX Operacional exclui Investimentos Financeiros; (R) Os valores foram reexpressos de forma a reflectirem a estrutura da Sonaecom após a venda da Mainroad.

Volume de Negócios

O Volume de Negócios continuou a beneficiar da expansão internacional das empresas da SSI e da sua gestão ativa de portefólio, tendo crescido 20,2% entre o 1T14 e o 1T15, registando 28,3 milhões de euros. As Receitas de Serviço aumentaram 16,1%, atingindo 20,9 milhões de euros. As Vendas de Equipamento aumentaram 33,5%, totalizando 7,4 milhões de euros.

Excluindo a contribuição da S21Sec no 1T15, o Volume de Negócios da SSI teria aumentado 10,0% e as Receitas de Serviço 4,1%.

Custos Operacionais

Os Custos Operacionais aumentaram 26,1%, alcançando 26,6 milhões de euros, em virtude, principalmente, do maior nível de Custos Comerciais, mas também devido a um aumento de Custos com Pessoal e de Outros Custos Operacionais. Os Custos com Pessoal aumentaram 27,6% devido ao crescimento de 25% no número de colaboradores (de 692 para 863). Quando comparado com o 1T14, o nível de Custos Comerciais aumentou 36,0%, para 7,7 milhões de euros, devido ao maior Custo das Mercadorias Vendidas, em linha com as maiores Vendas de Equipamento. Os Outros Custos Operacionais aumentaram 17,4%, devido ao alargamento do portefólio, nomeadamente através da S21Sec.

EBITDA

O EBITDA total diminuiu 26,3%, justificado pelas operações descontinuadas no 1T14 mas também pelo decréscimo do EBITDA do portefólio. O EBITDA do portefólio atingiu 2,1 milhões de euros, diminuindo 20,4% face ao 1T14, alcançando uma margem de 7,4%. Excluindo o contributo da S21Sec, o EBITDA aumentou 5,9% e alcançou uma margem de 10,8%.

EBITDA-CAPEX Operacional

Como consequência do menor nível de EBITDA e do maior nível do CAPEX, o EBITDA-CAPEX Operacional situou-se nos 0,5 milhões de euros, diminuindo 62,3% quando comparado com o 1T14.

2.2 Media

Durante o 1T15, o jornal Público celebrou o seu 25º aniversário com uma edição especial gratuita.

O Volume de Negócios atingiu 3,7 milhões de euros, representando uma ligeira melhoria quando comparado com o 1T14. O crescimento das receitas de publicidade *online* compensaram o declínio das receitas de publicidade *offline* e as subscrições *online* continuaram a apresentar uma boa performance, contribuindo significativamente para a circulação. É importante salientar que, de acordo com a APCT, o Público foi o único jornal generalista diário a apresentar uma evolução positiva na circulação paga em 2014 e, já em 2015, o Público recebeu 4 prémios, destacando-se uma menção honrosa na categoria de melhor *website* de notícias da European Digital Media Awards, em disputa pelo 1º lugar com o *Guardian*.

O EBITDA, apesar de negativo em 0,7 milhões de euros, aumentou 15,9% face ao 1T14.

2.3 NOS

As Receitas Operacionais da NOS registaram 344,1 milhões de euros no 1T15, um crescimento de 2,0% face ao 1T14.

O EBITDA alcançou 127,9 milhões de euros, uma redução de 1,5% face ao 1T14, representando uma margem EBITDA de 37,2%.

No 1T15, o CAPEX Recorrente atingiu 68,2 milhões de euros, um aumento de 29,3% quando comparado com o 1T14. Como consequência da evolução do EBITDA e do CAPEX, o EBITDA-CAPEX Recorrente diminuiu 22,6%.

O rácio da Dívida Financeira Líquida face ao EBITDA manteve-se em 2,0x no final do 1T15 e a maturidade média da dívida alcançou os 3,3 anos.

A NOS publicou os resultados do 1Q15 em 7 de maio de 2015, disponíveis em www.nos.pt.

Durante o 1T15, a cotação da ação da NOS valorizou 28,7%, de €5,236 para €6,741, sendo que o PSI20 valorizou 24,4%.

Indicadores Operacionais

Indicadores Operacionais ('000)	1T14	1T15	Δ 15/14	4T14	q.o.q.
RGUs Totais	7 215,2	7 761,8	7,6%	7 610,5	2,0%
RGUs Convergentes	555,8	2 194,5	-	1 853,3	18,4%
Subscritores IRIS	498,6	742,6	49,0%	693,6	7,1%
Subscritores 3,4 and 5P	808,8	878,1	8,6%	851,6	3,1%

Indicadores Financeiros

Milhões de euros	1T14	1T15	Δ 15/14	4T14	q.o.q.
DESTAQUES NOS					
Volume de Negócios	337,3	344,1	2,0%	353,8	-2,7%
EBITDA	129,9	127,9	-1,5%	113,5	12,7%
Margem EBITDA (%)	38,5%	37,2%	-1,3pp	32,1%	5,1 pp
Resultado Líquido	25,3	23,2	-8,0%	12,3	89,1%
CAPEX	56,7	94,3	66,5%	142,5	-33,8%
EBITDA-CAPEX	73,2	33,6	-54,2%	-29,0	-
CAPEX Recorrente	52,7	68,2	29,3%	83,2	-18,0%
EBITDA-CAPEX Recorrente	77,1	59,7	-22,6%	30,3	96,8%

3. Eventos Subsequentes

A 20 de abril de 2015, na Assembleia Geral Anual da empresa, os acionistas decidiram o seguinte:

1. aprovar o Relatório de Gestão, Balanço e Contas, Individuais e Consolidadas, relativos ao exercício de 2014;
2. aprovar a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício, que propôs que o resultado líquido relativo às contas individuais, no montante de 5.820.800,19 euros, fosse aplicado como se segue:
 - a. reserva Legal, no montante de 291.040,01 euros;
 - b. distribuição pelos acionistas do montante de 5.529.760,18 euros.

foi ainda aprovado que o montante global de 8.449.354,32 euros, da Rubrica de Outras Reservas, fosse igualmente distribuído aos acionistas. E, considerando que não é possível determinar com exatidão o número de ações próprias que estará em carteira à data do pagamento das propostas acima referidas, sem limitar a capacidade de intervenção da sociedade, esclareceu-se que:

- a cada ação corresponderá um dividendo ilíquido de 0,045 euros;
 - o montante correspondente às ações que, no dia do pagamento do montante acima referido, pertencerem à própria sociedade (calculado com base no mencionado montante unitário de 0,045 euros ilíquidos por ação emitida), não será distribuído pelos acionistas, ficando registado em Outras Reservas.”;
3. aprovar um voto de louvor e confiança à atividade desempenhada pela Administração e Fiscalização da sociedade durante o ano de 2014;
 4. aprovar uma alteração no Pacto Social da Sociedade, aditando-se um número 2 ao artigo 33.º;
 5. aprovar a declaração relativa à política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da sociedade e dos seus dirigentes, bem como sobre o Plano de Atribuição de Ações e respetivo Regulamento a aplicar pela Comissão de Vencimentos, nos termos da proposta por esta apresentada e previamente divulgada;
 6. autorizar o Conselho de Administração a, durante um período de 18 meses, proceder à aquisição de e alienação de ações próprias até ao limite legal de 10%, nos termos da proposta por este órgão apresentada e previamente divulgada;
 7. autorizar o Conselho de Administração a, durante um período de 18 meses, proceder à aquisição ou detenção de ações representativas do capital social da sociedade por sociedades dela dependentes, nos termos do disposto no artigo 325.º B do Código das Sociedades Comerciais, nos termos da proposta apresentada pelo Conselho de Administração e previamente divulgada.

4. Anexo

Demonstração de Resultados Consolidados

Milhões de euros

DEM. RESULTADOS CONSOLIDADOS	1T14 ^(R)	1T15	Δ 15/14	4T14	q.o.q.
Volume de Negócios	27,5	32,0	16,0%	32,1	-0,6%
Receitas de Serviço	19,5	22,4	14,4%	22,7	-1,7%
Vendas de Equipamento	8,0	9,6	19,9%	9,4	2,1%
Outras Receitas	0,3	0,5	52,3%	0,6	-19,8%
Custos Operacionais	26,6	31,3	17,7%	29,9	4,7%
Custos com Pessoal	10,4	12,2	16,9%	11,9	2,2%
Custos Comerciais ⁽¹⁾	6,9	8,7	26,3%	7,5	16,6%
Outros Custos Operacionais ⁽²⁾	9,3	10,4	12,3%	10,5	-1,0%
EBITDA	6,5	6,2	-4,4%	2,3	168,5%
EBITDA do portefólio ⁽³⁾	1,3	1,1	-10,4%	2,8	-60,1%
MEP ⁽⁴⁾	5,0	5,1	0,4%	-0,5	-
Unidades descontinuadas ⁽⁵⁾	0,2	0,0	-100,0%	0,0	-
Margem EBITDA do portefólio (%)	4,6%	3,6%	-1,0pp	8,9%	-5,3pp
Depreciações e Amortizações	1,2	1,9	51,2%	2,3	-18,2%
EBIT	5,2	4,3	-17,7%	0,0	-
Resultados Financeiros	2,3	17,5	-	4,6	-
Proveitos Financeiros	3,0	18,0	-	0,4	-
Custos Financeiros	0,7	0,5	-32,5%	-4,2	-
EBT	7,5	21,8	191,2%	4,6	-
Impostos	-0,3	-1,1	-	-0,3	-
Resultado Líquido	7,2	20,7	189,0%	4,3	-
Atribuível ao Grupo	7,2	21,3	196,3%	4,9	-
Atribuível a Interesses Sem Controlo	0,0	-0,6	-	-0,6	10,1%

(1) Custos Comerciais = Custo das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (2) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos; (3) Inclui os negócios integralmente consolidados pela Sonaeacom; (4) Inclui a participação de 50% na Unipress, a participação de 45% na SIRS, a participação de 50% na S21Sec ciberseguridad, a participação de 50% na Big Data e a participação de 50% na ZOPT; (5) Inclui o contributo da Mainroad até ao momento da sua venda e a mais valia gerada na venda; (R) Os dados foram reexpressos, de modo a refletir, desde 1 de janeiro de 2014, a Mainroad como unidade descontinuada.

Balanço Consolidado

Milhões de euros

BALANÇO CONSOLIDADO	1T14	1T15	Δ 15/14	4T14^(R)	q.o.q.
Total Ativo Líquido	1 077,8	1 120,3	3,9%	1 095,8	2,2%
Ativo Não Corrente	768,9	792,8	3,1%	792,5	0,0%
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	22,4	28,9	29,0%	28,3	2,0%
Goodwill	28,4	29,1	2,2%	28,7	1,2%
Investimentos	713,0	728,0	2,1%	723,2	0,7%
Impostos Diferidos Ativos	5,0	6,6	31,2%	6,8	-3,4%
Outros	0,0	0,3	-	5,5	-94,5%
Ativo Corrente	308,9	327,5	6,0%	303,4	8,0%
Clientes	35,9	40,6	13,1%	40,0	1,4%
Liquidez	184,5	180,2	-2,3%	182,0	-1,0%
Outros	88,6	106,7	20,5%	81,3	31,2%
Capital Próprio	997,5	1 047,3	5,0%	1 023,9	2,3%
Atribuível ao Grupo	997,3	1 048,6	5,1%	1 024,5	2,3%
Interesses Sem Controlo	0,2	-1,3	-	-0,6	-102,5%
Total Passivo	80,3	73,0	-9,1%	72,0	1,4%
Passivo Não Corrente	8,9	13,7	53,5%	13,2	3,6%
Empréstimos Bancários	4,9	9,4	93,8%	9,1	4,1%
Provisões para Outros Riscos e Encargos	2,9	2,8	-3,3%	2,6	9,4%
Outros	1,1	1,4	25,9%	1,6	-9,3%
Passivo Corrente	71,4	59,3	-17,0%	58,8	0,9%
Empréstimos	21,3	1,3	-93,7%	2,0	-32,0%
Fornecedores	19,2	23,7	23,7%	21,6	10,0%
Outros	31,0	34,3	10,6%	35,2	-2,7%
CAPEX Operacional ⁽¹⁾	1,5	1,8	15,9%	2,2	-16,8%
CAPEX Operacional como % Vol. Negócios	5,6%	5,6%	0,0pp	6,7%	-1,1pp
CAPEX Total	4,1	1,8	-56,5%	2,2	-16,8%
EBITDA de portefólio-CAPEX Operacional	-0,3	-0,7	-134,5%	0,7	-
Dívida Bruta	26,7	11,5	-56,8%	11,8	-2,4%
Dívida Líquida	-157,7	-168,7	-6,9%	-170,2	0,9%

(1) CAPEX Operacional exclui Investimentos Financeiros.

(R) No âmbito do Regime Especial de Regularizações de Dívidas ao Fisco e Segurança Social (Dec. Lei nº 248-A de 2002 e Dec. Lei nº 151-A/2013), a Sonae e a Sonaecom efetuaram pagamentos ao Estado relativos a liquidações adicionais de impostos de exercícios anteriores, em relação às quais, à data dos referidos pagamentos, ambas as empresas tinham já interposto as correspondentes impugnações judiciais, encontrando-se os processos a correr termos nos tribunais competentes. Os referidos pagamentos voluntários foram reconhecidos no ativo, de acordo com o "IAS 12 – Impostos sobre o rendimento". No entanto, no âmbito da verificação das contas de 2012, a CMVM discordou da interpretação da Sonae, tendo solicitado a correção retrospectiva das demonstrações financeiras, argumentando que os pagamentos efetuados relativos a outros impostos que não IRC se enquadram como ativos contingentes. Embora não concordando com a posição da CMVM, a Sonae, e por coerência, a Sonaecom efetuaram a reexpressão das demonstrações financeiras, sendo que o impacto desta alteração é nulo na demonstração dos resultados e imaterial na demonstração da posição financeira.

CF Alavancado

Milhões de euros

FREE CASH FLOW ALAVANCADO	1T14 ^(R)	1T15	Δ 15/14	4T14	q.o.q.
EBITDA do portefólio -CAPEX Operacional	-0,3	-0,7	-134,5%	0,7	-
Variação de Fundo de Maneio	1,2	-1,0	-	5,4	-
Items não Monetários e Outros	0,4	-1,5	-	-1,4	-4,6%
Cash Flow Operacional	1,3	-3,1	-	4,7	-
Investimentos	-2,6	0,0	100,0%	0,0	-
Dividendos	0,0	0,0	-	0,0	-
Ações Próprias	0,0	0,0	-	0,0	-
Resultados Financeiros	-1,5	2,1	-	0,0	-
Impostos	-0,2	-0,7	-	-0,1	-
FCF⁽¹⁾	-2,9	-1,7	42,4%	4,6	-

(1) FCF após Custos Financeiros e antes de Fluxos de Capitais e Custos de Emissão de Empréstimos; (R) Os dados foram reexpressos, de modo a refletir, desde 1 de janeiro de 2014, a estrutura da Sonaecom após a venda da Mainroad.

5. Informação Financeira

5.1. Demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom

Balanços consolidados

Para os períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014 (reexpresso – Nota 1), e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (reexpresso – Nota 1)

(Montantes expressos em euros)	Notas	março 2015 (não auditado)	março 2014 (não auditado e reexpresso)	dezembro 2014 (reexpresso)
Ativo				
Ativos não correntes				
Ativos fixos tangíveis	1.c), 1.h), 1.w) e 5	2.610.841	5.462.432	2.696.429
Ativos intangíveis	1.d), 1.e) e 6	26.242.051	16.906.632	25.581.936
Goodwill	1.f) e 7	29.062.368	28.444.534	28.719.066
Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente	1.b) e 8	726.755.418	712.918.203	721.607.751
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.g), 4 e 9	1.069.775	-	1.424.996
Investimentos disponíveis para venda	1.g), 4 e 10	113.054	115.448	113.054
Outros ativos não correntes	1.g), 1.r), 1.x), 4 e 22	318.270	47.595	507.518
Impostos diferidos ativos	1.p), 1.s) e 11	6.604.112	5.033.127	6.837.230
Total de ativos não correntes		792.775.889	768.927.971	787.487.980
Ativos correntes				
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.g), 4 e 9	75.894.216	64.549.251	58.540.576
Inventários	1.i)	1.657.788	381.316	1.077.458
Clientes	1.g), 1.j), 4 e 22	40.566.692	35.874.242	40.000.771
Outras dívidas de terceiros	1.g), 1.j), 4 e 22	16.727.772	7.956.176	9.396.842
Outros ativos correntes	1.r), 1.x), 4 e 22	12.075.927	10.281.405	11.912.225
Caixa e equivalentes de caixa	1.k), 4 e 12	180.181.809	184.454.049	182.010.595
Total de ativos correntes		327.104.204	303.496.439	302.938.467
Total do ativo		1.119.880.093	1.072.424.410	1.090.426.447
Capital próprio e passivo				
Capital próprio				
Capital social	13	230.391.627	230.391.627	230.391.627
Ações próprias	1.u) e 14	(7.686.952)	(7.686.952)	(7.686.952)
Reservas	1.t)	804.570.897	761.996.442	768.435.584
Resultado líquido consolidado do exercício		21.286.031	7.183.852	27.958.229
		1.048.561.603	991.884.969	1.019.098.488
Interesses sem controlo		(1.279.737)	205.482	(632.000)
Total do capital próprio		1.047.281.866	992.090.451	1.018.466.488
Passivo				
Passivo não corrente				
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	1.l), 1.m), 4 e 15.a)	9.042.380	4.865.646	9.058.985
Outros passivos financeiros não correntes	1.h), 4 e 16	491.436	387.176	480.274
Provisões para outros riscos e encargos	1.o), 1.s) e 17	2.820.823	2.916.065	2.579.321
Impostos diferidos passivos	1.p), 1.s) e 11	-	47.736	-
Outros passivos não correntes	1.r), 1.x), 4, 22 e 27	919.490	685.509	1.075.209
Total de passivos não correntes		13.274.129	8.902.132	13.193.789
Passivo corrente				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.l), 1.m), 4 e 15.b)	1.308.396	21.276.826	1.980.451
Fornecedores	4 e 22	23.714.139	19.173.420	21.565.689
Outros passivos financeiros	1.h), 4 e 18	294.080	174.861	285.904
Outras dívidas a terceiros	4 e 22	7.336.890	4.579.016	6.647.364
Outros passivos correntes	1.r), 1.x), 4, 22 e 27	26.670.593	26.227.704	28.286.762
Total de passivos correntes		59.324.098	71.431.827	58.766.170
Total do passivo e capital próprio		1.119.880.093	1.072.424.410	1.090.426.447

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2015 e 2014 (reexpresso – Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza

Para os períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014 (reexpresso – Nota 1) e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Montantes expressos em euros)	Notas	março 2015 (não auditado)	março 2014 (não auditado e reexpresso)	dezembro 2014
Vendas	1.r) e 22	9.612.473	7.915.037	38.375.020
Prestações de serviços	1.r) e 22	22.351.994	19.393.123	83.341.646
Outros proveitos operacionais	1.q) e 22	477.636	277.187	2.761.594
		32.442.103	27.585.347	124.478.260
Custo das vendas	1.i)	(7.894.193)	(6.251.030)	(30.341.304)
Fornecimentos e serviços externos	1.h), 19 e 22	(10.949.101)	(9.670.037)	(41.853.327)
Custos com o pessoal	1.x) e 27	(12.210.823)	(10.449.235)	(44.454.793)
Amortizações e depreciações	1.c), 1.d), 1.f), 5 e 6	(1.887.846)	(1.248.168)	(7.142.387)
Provisões e perdas por imparidade	1.f), 1.j), 1.o), 1.w), 7 e 17	(204.945)	-	(25.972)
Outros custos operacionais		(46.598)	(51.980)	(320.238)
		(33.193.506)	(27.670.450)	(124.138.021)
Ganhos e perdas em empresas associadas e controladas conjuntamente	1.b), 8 e 20	5.066.618	5.044.290	15.742.802
Ganhos e perdas em investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.g), 9 e 20	16.994.414	2.031.262	(1.975.451)
Outros custos financeiros	1.g), 1.h), 1.l), 1.m), 1.v), 20 e 22	(476.762)	(706.306)	(2.404.912)
Outros proveitos financeiros	1.g), 1.v), 20 e 22	986.124	892.844	2.959.024
Resultados correntes		21.818.991	7.176.987	14.661.702
Imposto sobre o rendimento	1.p), 11 e 21	(1.110.369)	(327.308)	(689.789)
Resultado líquido consolidado do exercício das operações continuadas		20.708.622	6.849.679	13.971.913
Resultado líquido do exercício de operações descontinuadas	25	-	314.931	13.125.666
Resultado líquido consolidado do exercício		20.708.622	7.164.610	27.097.579
Atribuível a:				
Acionistas da empresa mãe	26	21.286.031	7.183.852	27.958.229
Interesses sem controlo		(577.409)	(19.242)	(860.650)
Resultados por ação	26			
Incluindo operações em descontinuação:				
Básicos		0,07	0,02	0,09
Diluidos		0,07	0,02	0,09
Excluindo operações em descontinuação:				
Básicos		0,07	0,02	0,05
Diluidos		0,07	0,02	0,05

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2015 e 2014 (reexpresso – Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier



Demonstrações consolidadas dos resultados e de outro rendimento integral

Para os períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014 (reexpresso – Nota 1) e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Montantes expressos em euros)	Notas	março 2015 (não auditado)	março 2014 (não auditado e reexpresso)	dezembro 2014
Resultado líquido consolidado do exercício		20.708.622	7.164.610	27.097.579
Componentes de outro rendimento integral consolidado do exercício, líquido de imposto, que podem subsequentemente ser reclassificados por ganhos ou perdas:				
Variações em reservas resultantes da aplicação do método de equivalência patrimonial	8	7.364.505	(2.580.773)	2.687.127
Varição de reservas de conversão cambial e outros	1.v)	812.579	119.102	766.596
Rendimento integral consolidado do exercício		28.885.706	4.702.939	30.551.302
Atribuível a:				
Acionistas da empresa mãe		29.463.115	4.722.181	31.411.952
Interesses sem controlo		(577.409)	(19.242)	(860.650)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2015 e 2014 (reexpresso – Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio

Para os períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014 (reexpresso – Nota 1)

(Montantes expressos em euros)	Capital social	Ações próprias (Nota 14)	Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas				Interesses sem controle	Resultado líquido	Total
					Reservas para planos de incentivo de médio prazo (Nota 27)	Reservas de ações próprias	Outras reservas (reexpresso)	Total de reservas			
2015											
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (reexpresso)	230.391.627	(7.686.952)	775.290.377	13.152.684	-	7.686.952	(27.694.429)	768.435.584	-	27.958.229	1.019.098.488
Aplicação do resultado consolidado de 2014											
Transferência para outras reservas	-	-	-	291.040	-	-	27.667.189	27.958.229	-	(27.958.229)	-
Rendimento integral consolidado do período findo em 31 de março de 2015	-	-	-	-	-	-	8.177.084	8.177.084	-	21.286.031	29.463.115
Saldo em 31 de março de 2015	230.391.627	(7.686.952)	775.290.377	13.443.724	-	7.686.952	8.149.844	804.570.897	-	21.286.031	1.048.561.603
Interesses sem controle											
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	(632.000)	-	(632.000)
Rendimento integral de interesses sem controle	-	-	-	-	-	-	-	-	(577.409)	-	(577.409)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(37.350)	-	(37.350)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	(32.978)	-	(32.978)
Saldo em 31 de março de 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.279.737)	-	(1.279.737)
Total	230.391.627	(7.686.952)	775.290.377	13.443.724	-	7.686.952	8.149.844	804.570.897	(1.279.737)	21.286.031	1.047.281.866

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2015 e 2014 (reexpresso – Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio (continuação)

Para os períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014 (reexpresso – Nota 1)

(Montantes expressos em euros)	Capital social	Ações próprias (Nota 14)	Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas			Total de reservas	Interesses sem controle		Total
					Reservas para planos de incentivo de médio prazo (Nota 27)	Reservas de ações próprias	Outras reservas (reexpresso)		Resultado líquido		
2014											
Saldo em 31 de dezembro de 2013	366.246.868	(7.686.952)	775.290.377	13.152.684	1.077.258	7.686.952	(123.115.958)	674.091.313	-	98.425.256	1.131.076.485
Aplicação do resultado consolidado de 2013											
Transferência para outras reservas (reexpresso - Nota 1)	-	-	-	-	-	-	98.425.256	98.425.256	-	(98.425.256)	-
Rendimento integral consolidado do período findo em 31 de março de 2014	-	-	-	-	-	-	(2.461.671)	(2.461.671)	-	7.183.852	4.722.181
Alterações no capital na sequência da conclusão da oferta pública de aquisição geral e voluntária de ações próprias (Nota 13)	(135.855.241)	-	-	-	-	-	(5.815.229)	(5.815.229)	-	-	(141.670.470)
Efeito do reconhecimento dos planos de incentivos de médio prazo (Notas 1.x) e 27)	-	-	-	-	105.935	-	-	105.935	-	-	105.935
Efeito da conversão dos planos de incentivos de médio prazo (Notas 1.x) e 27)	-	-	-	-	(1.183.193)	-	(1.165.969)	(2.349.162)	-	-	(2.349.162)
Saldo em 31 de março de 2014	230.391.627	(7.686.952)	775.290.377	13.152.684	-	7.686.952	(34.133.571)	761.996.442	-	7.183.852	991.884.969
Interesses sem controle											
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	269.824	-	269.824
Interesses sem controle no rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.242)	-	(19.242)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.920)	-	(19.920)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.180)	-	(25.180)
Saldo em 31 de março de 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	205.482	-	205.482
Total	230.391.627	(7.686.952)	775.290.377	13.152.684	-	7.686.952	(34.133.571)	761.996.442	205.482	7.183.852	992.090.451

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2015 e 2014 (reexpresso – Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Para os períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014

(Montantes expressos em euros)	março 2015 (não auditado)	março 2014 (não auditado)
Atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	32.468.319	28.747.694
Pagamentos a fornecedores	(15.741.403)	(19.327.854)
Pagamentos ao pessoal	(15.814.963)	(15.782.635)
Fluxo gerado pelas operações	911.953	(6.362.795)
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	(543.558)	(277.629)
Outros recebimentos/pagamentos relativos a atividades operacionais	(1.172.462)	4.513.729
Fluxos das atividades operacionais (1)	(804.067)	(2.126.695)
Atividades de investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	-	-
Ativos fixos tangíveis	(19)	348
Juros e proveitos similares	179.672	5.102.873
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	-	(2.578.234)
Ativos fixos tangíveis	(363.127)	(731.909)
Ativos intangíveis	(340.985)	(988.469)
Fluxos das atividades de investimento (2)	(524.459)	804.609
Atividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Amortizações de contratos de locação financeira	(69.770)	(7.132)
Juros e custos similares	(193.931)	(2.364.088)
Dividendos	-	-
Aquisição de ações próprias	-	-
Empréstimos obtidos	(209.010)	-
Fluxos das atividades de financiamento (3)	(472.711)	(2.371.220)
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	(1.801.237)	(3.693.306)
Efeito das diferenças de câmbio	70.145	69.352
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	181.814.513	188.004.715
Caixa e seus equivalentes no final do exercício	180.083.421	184.380.761

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2015 e 2014.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Anexo às Demonstrações consolidadas dos Fluxos de Caixa

Para os períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014

1. Aquisição ou alienação de filiais e outras atividades empresariais

	Notas	março 2015 (não auditado)	março 2014 (não auditado)
a) Pagamento de aquisições			
Compra de ações Sonae SGPS	9	-	2.578.234
		-	2.578.234

2. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes

	Notas	março 2015 (não auditado)	março 2014 (não auditado)
Numerário	12	26.205	25.802
Depósitos à ordem	12	11.854.995	9.869.025
Aplicações de tesouraria	12	168.300.609	174.559.222
Depósitos à ordem (saldos credores)	12 e 15	(98.388)	(73.288)
Caixa e seus equivalentes		180.083.421	184.380.761
Depósitos à ordem (saldos credores)		98.388	73.288
Disponibilidades constantes do balanço		180.181.809	184.454.049

3. Informações respeitantes a atividades financeiras não monetárias

	Notas	março 2015 (não auditado)	março 2014 (não auditado)
a) Créditos bancários obtidos e não sacados	15	1.000.000	1.000.000
b) Compra de empresas através da emissão de ações		Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital		Não aplicável	Não aplicável

4. Repartição do fluxo de caixa por ramo de atividade

Atividade	Fluxo das atividades operacionais	Fluxo das atividades de investimento	Fluxo das atividades de financiamento	Varição de caixa e seus equivalentes
2015				
Multimédia	(507.146)	(118.287)	(14.960)	(640.392)
Sistemas de Informação	766.232	(300.919)	(378.370)	86.942
Holding	(1.063.153)	(105.253)	(79.381)	(1.247.787)
	(804.067)	(524.459)	(472.711)	(1.801.237)
2014				
Multimédia	(1.539.195)	(179.484)	(9.688)	(1.728.367)
Sistemas de Informação	(1.792.586)	(1.415.733)	(117.574)	(3.325.893)
Holding	1.205.086	2.399.826	(2.243.958)	1.360.954
	(2.126.695)	804.609	(2.371.220)	(3.693.306)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2015 e 2014.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier



5.2. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

A SONAE COM, SGPS, S.A. ('empresa' ou 'Sonaecom') foi constituída em 6 de junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal, sendo a empresa-mãe dum universo de empresas conforme indicado nas Notas 2 e 3 ('grupo').

Por escritura pública de 30 de setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, SGPS, S.A., passando a empresa a abarcar as participações financeiras das empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, SGPS, S.A.. Desde então, o objeto social da empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o sido redenominado para euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de ações de valor nominal unitário de 1 euro.

Em 1 de junho de 2000, a empresa foi objeto de uma Oferta Combinada de Ações, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 ações, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral;
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 ações, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da empresa, tendo as novas ações sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae-SGPS, S.A. (acionista da Sonaecom, doravante designada 'Sonae'). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 novas ações ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 euro. O preço de subscrição das novas ações foi igual ao preço fixado para a alienação das ações na referida Oferta Combinada (10 euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou, nesse exercício, 4.721.739 ações representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de

Venda e 1.507.865 ações a gestores do grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 euros para 226.250.000 euros por subscrição pública reservada aos acionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas ações, de valor nominal unitário de 1 euro, ao preço de 2,25 euros por ação.

Em 30 de abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para Sonaecom, SGPS, S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 euros de 226.250.000 euros para 296.526.868 euros, através da emissão de 70.276.868 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 euros, inteiramente subscrito pelo acionista France Télécom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 euros, de 296.526.868 euros para 366.246.868 euros, através da emissão de 69.720.000 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 euros, subscrito pelos acionistas 093X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de abril de 2008, as ações escriturais ao portador foram convertidas em ações escriturais nominativas.

Durante o exercício de 2013, foi concretizada uma operação de fusão por incorporação da Optimus SGPS, S.A. na Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. (Nota 8). Consequentemente, o segmento de telecomunicações foi classificado, para efeitos de apresentação, como uma unidade operacional descontinuada, pelo que atualmente, os negócios do grupo consistem, essencialmente, nas seguintes atividades, para além das atividades de holding:

- Multimédia;
- Consultoria em sistemas de informação.



Consequentemente, desde a fusão acima referida, o segmento das telecomunicações passou a ser controlado conjuntamente (Nota 8).

Em 5 de fevereiro de 2014, a Sonaecom publicou a decisão de lançar uma Oferta Pública, Geral e Voluntária de Aquisição de Ações Próprias representativas do capital social da Sonaecom. A Oferta foi geral e voluntária, sendo o Oferente obrigado a adquirir a totalidade das ações objeto da oferta que foram, até ao final do respetivo período da Oferta, objeto de aceitação válida pelos destinatários da Oferta.

O período da Oferta, durante o qual foram recebidas as Ordens de Venda, decorreu entre 6 de fevereiro e 19 de fevereiro de 2014. Em 20 de fevereiro de 2014, foram apurados os resultados da Oferta. O nível de aceitação atingiu 62%, correspondendo a 54.906.831 ações da Sonaecom (Notas 9 e 17).

Em 2014 a Sonaecom reduziu, desta forma, o seu capital social para 230.391.627 euros.

Na sequência deste resultado, a Euronext Lisbon anunciou a exclusão da Sonaecom do PSI-20 a partir de 24 de fevereiro de 2014.

O grupo desenvolve a sua atividade em Portugal, com algumas subsidiárias (da área de consultoria em sistemas de informação) a operar em cerca de 12 países.

Desde 1 de janeiro de 2001, as empresas do grupo sediadas na zona euro passaram a adotar o euro como moeda base nos seus processos, sistemas e registos contabilísticos.

As demonstrações financeiras consolidadas são também apresentadas em euros, arredondados à unidade, e as transações em moeda estrangeira são incluídas, de acordo com as políticas contabilísticas abaixo apresentadas.

1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas das empresas do grupo Sonaecom e foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação pelo método integral (Nota 2), os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') tal como adotadas pela União Europeia e, tendo em consideração a IAS 34 – Relato financeiro intercalar. Estas demonstrações foram preparadas tendo por base o custo histórico, exceto para a reavaliação de certos instrumentos financeiros.

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adotados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo *International Accounting Standards Board*, com exceção das datas de início de adoção das normas abaixo indicadas.

A data de 1 de janeiro de 2003 correspondeu ao início do período da primeira aplicação pela Sonaecom dos IFRS, de acordo com a SIC 8 (Primeira aplicação das IAS).

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras não existem normas, interpretações, emendas e revisões, que tivessem sido, aprovadas (endorsed) pela União Europeia e cuja aplicação seja obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 9 (Instrumentos Financeiros) e alterações subsequentes Esta norma introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos financeiros.	1-jan-18
Emendas às normas IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades e IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspetos relacionados com a aplicação da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento.	1-jan-16
IFRS 10 e IAS 28 - Alterações (Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e a sua Associada ou Empreendimento Conjunto) O objectivo é o de abordar a inconsistência entre as exigências da IFRS 10 e da IAS 28 no que respeita à perda de controlo de uma subsidiária. Ganhos ou perdas decorrentes de transações que envolvem ativos que constituem um negócio passam a ser reconhecidas nas demonstrações financeiras do investidor na sua totalidade. É reconhecido um ganho/perda parcial quando a transação envolve ativos que não constituem um negócio.	1-jan-16
IFRS 11 - Alterações (Contabilização das aquisições de interesses em operações conjuntas) O objetivo é o de guiar a contabilização da aquisição de uma participação numa operação conjunta quando esta constitui um negócio. O IASB decidiu que são aplicáveis todos os princípios em combinações de negócios previstos na IFRS 3 Combinações de Negócios e noutras IFRSs, desde que não entrem em conflito com a IFRS 11.	1-jan-16
IFRS 14 (Contas de diferimento regulatório) Permite que uma entidade que adote pela primeira vez as IFRS continue a apresentar, com algumas alterações, os saldos de diferimento regulatório, de acordo com os GAAP anteriores, tanto na adoção inicial das IFRS como nas demonstrações financeiras posteriores.	1-jan-16

Nome/interpretação

**Data de eficácia
(exercícios iniciados em
ou após)**

IFRS 15 (Receitas de contratos com clientes) 1-jan-17

A IFRS 15 especifica como e quando se deve reconhecer receita bem como exige às entidades que forneçam divulgações mais informativas e relevantes. A norma fornece um modelo de cinco passos simples que devem ser aplicados a todos os contratos com clientes.

Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de 1-jan-16

Demonstrações Financeiras
(Divulgações)

Esta emenda vem introduzir um conjunto de indicações e orientações que visam melhorar e simplificar as divulgações no contexto dos atuais requisitos de relato das IFRS.

IAS 16 e IAS 38 - Alterações (Clarificação dos métodos aceites de depreciação e amortização) 1-jan-16

O IASB clarificou que o uso de métodos baseados na receita para o cálculo da depreciação de um ativo não são apropriados uma vez que a receita gerada por uma atividade que inclua o uso de um ativo geralmente reflete outros fatores que não apenas o benefício económico do ativo.

IAS 16 e IAS 41 - Alterações (Agricultura: Plantas) 1-jan-16

As alterações trazem para o âmbito da IAS 16 as plantas que são utilizadas unicamente para cultivar produtos, e passam a ser contabilizadas da mesma forma como ativos fixos tangíveis.

IAS 27 - Alterações (Demonstrações Financeiras Separadas - método de equivalência patrimonial) 1-jan-16

Estas alterações irão permitir a utilização do método de equivalência patrimonial na contabilização de investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos nas demonstrações financeiras separadas.

Melhorias de algumas IFRS (2012-2014) 1-jan-16

Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a questões abordadas durante o ciclo 2012-2014 de melhorias anuais para IFRS.

Estas normas não foram ainda **aprovadas** ('endorsed') pela União Europeia e, como tal, não foram adotadas pelo grupo no período findo em 31 de março de 2015, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória.

Estima-se que a aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis ao grupo, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras futuras do grupo.

Venda da Mainroad

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014, em resultado da venda da Mainroad (Nota 3.d)), esta foi classificada, para efeitos de apresentação, como uma unidade operacional descontinuada. Conforme previsto pela IFRS 5, foram efetuadas alterações nas Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza para o período findo em 31 de março de 2014 para refletir numa única rubrica ('Resultado líquido do exercício de operações descontinuadas'), na face da demonstração dos resultados, os lucros ou prejuízos após os impostos das unidades operacionais descontinuadas.

Demonstração de resultados a 31 de março de 2014

(Montantes expressos em euros)	Antes da alteração	Reexpressão do contributo da Mainroad para unidades descontinuadas	Demonstração de resultados reexpressa
Receitas totais	31.460.690	(3.875.343)	27.585.347
Custos e perdas			
Fornecimentos e serviços externos	(11.796.160)	2.126.123	(9.670.037)
Amortizações e depreciações	(1.421.650)	173.482	(1.248.168)
Outros custos operacionais	(17.915.039)	1.162.794	(16.752.245)
	(31.132.849)	3.462.399	(27.670.450)
Resultados financeiros	7.259.244	2.846	7.262.090
Imposto sobre o rendimento	(422.475)	95.167	(327.308)
Resultado líquido consolidado do exercício das operações continuadas	7.164.610	(314.931)	6.849.679
Resultado líquido consolidado do exercício das operações descontinuadas	-	314.931	314.931
Resultado líquido consolidado do exercício	7.164.610	-	7.164.610
Atribuível a interesses sem controlo	(19.242)	-	(19.242)
Atribuível a acionistas da empresa mãe	7.183.852	-	7.183.852
Resultados por ação			
Incluindo operações em descontinuação:			
Básicos	0,02	0,00	0,02
Diluídos	0,02	0,00	0,02
Excluindo operações em descontinuação:			
Básicos	0,02	0,00	0,02
Diluídos	0,02	0,00	0,02

Regime Especial de Regularização de Regularização de Dívidas ao Fisco e Segurança-Social

No âmbito do Regime Especial de Regularizações de Dívidas ao Fisco e Segurança Social (Dec. Lei 248-A de 2002 e Decreto-Lei n.º 151- A/2013), a Sonae e a Sonaecom efetuaram pagamentos ao Estado relativos a liquidações adicionais de impostos de exercícios anteriores, em relação aos quais, à data dos referidos pagamentos, ambas as empresas tinham já interposto as correspondentes impugnações judiciais, encontrando-se os processos a correr termos nos tribunais competentes.

A avaliação efetuada até à altura dos referidos pagamentos, e não alterada desde então, é que os referidos processos correspondem a contingências cuja probabilidade de se concretizarem em exfluxos de recursos é remota, sendo tais processos motivados por diferenças de interpretação da legislação fiscal aplicável e, por conseguinte, correspondendo a posições incertas em termos fiscais. Em resultado da referida avaliação, os montantes envolvidos são objeto de divulgação nas demonstrações financeiras, não dando origem ao reconhecimento de qualquer passivo.

Os valores pagos ao abrigo dos regimes referidos foram reconhecidos como ativo, na rubrica de "Outras dívidas de terceiros", de acordo com o "IAS 12 – Impostos sobre o rendimento". No caso da Sonaecom apenas foram pagos valores relativos a outros impostos que não IRC, sendo que, não estando previsto tratamento específico no normativo, a Sonae e a Sonaecom definiram, por analogia, uma política semelhante à relativa aos pagamentos relativos a IRC. No entanto, a CMVM discorda da interpretação realizada, tendo solicitado à Sonae a correção retrospectiva das demonstrações financeiras com a argumentação de que os pagamentos efectuados relativos a outros impostos que não IRC se

enquadram como ativos contingentes. Embora não concordando com a posição da CMVM, a Sonae, e por coerência, a Sonae com efectuaram a reexpressão das demonstrações financeiras em conformidade.

Balanço consolidado para o período findo em 31 de março de 2014

(Montantes expressos em euros)	Antes da alteração	Reexpressão do RERD	Demonstração de resultados reexpressa
Ativo			
Ativos não correntes			
Total de ativos não correntes	768.927.971	-	768.927.971
Ativos correntes			
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	64.549.251	-	64.549.251
Inventários	381.316	-	381.316
Clientes	35.874.242	-	35.874.242
Outras dívidas de terceiros	13.369.399	5.413.223	7.956.176
Outros ativos correntes	10.281.405	-	10.281.405
Caixa e equivalentes de caixa	184.454.049	-	184.454.049
Total de ativos correntes	308.909.662	5.413.223	303.496.439
Total do ativo	1.077.837.633	5.413.223	1.072.424.410
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital social	230.391.627	-	230.391.627
Ações próprias	(7.686.952)	-	(7.686.952)
Reservas	767.409.665	5.413.223	761.996.442
Resultado líquido consolidado do período	7.183.852	-	7.183.852
	997.298.192	5.413.223	991.884.969
Interesses sem controlo	205.482	-	205.482
Total do capital próprio	997.503.674	5.413.223	992.090.451
Passivo			
Passivo não corrente			
Total de passivos não correntes	8.902.132	-	8.902.132
Passivo corrente			
Total de passivos correntes	71.431.827	-	71.431.827
Total do passivo e capital próprio	1.077.837.633	5.413.223	1.072.424.410

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pelo grupo a 31 de março de 2015 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de março de 2014.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram as seguintes:

a) Investimentos financeiros em empresas do grupo
As participações financeiras em empresas nas quais o grupo detenha direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo grupo), foram incluídas as demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respetivamente, na rubrica 'Interesses sem controlo'.

O rendimento integral total é atribuído aos proprietários da empresa-mãe e aos interesses sem controlo mesmo que isso resulte num saldo deficitário dos interesses sem controlo.

Na aquisição de empresas é seguido o método da compra. Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição (ou de tomada de controlo) ou até à data da sua venda (ou cedência de controlo). As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do grupo são eliminados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se descritas na Nota 2.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas e controladas conjuntamente

Os 'Investimentos em empresas associadas' correspondem a investimentos nos quais o grupo tem influência significativa (geralmente, investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) e são registados pelo método da equivalência patrimonial.

Os investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente são também registados pelo método de equivalência patrimonial. A classificação de investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, bem como pelas outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas por contrapartida da rubrica de 'Outras reservas'. Anualmente é efetuada uma avaliação dos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente, de modo a verificar se existem situações de imparidade.

Quando a proporção do grupo nos prejuízos acumulados da empresa associada ou controlada conjuntamente excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando o grupo tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou controlada conjuntamente, altura em que procede ao registo de uma provisão para outros riscos e encargos para esse efeito.

A diferença entre o preço de aquisição dos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente e o montante atribuído ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis à data de aquisição, quando positiva, é registada como goodwill incluída no valor do investimento e, quando



negativa, após uma reavaliação do seu apuramento, é registada diretamente na Demonstração de Resultados na rubrica 'Ganhos e Perdas em empresas associadas e controladas conjuntamente'.

As empresas associadas e controladas conjuntamente encontram-se descritas na Nota 8.

c) Ativos fixos tangíveis

Os 'ativos fixos tangíveis' encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização do ativo fixo tangível, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	1 - 20
Equipamento básico	3 - 15
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	1 - 10
Ferramentas e utensílios	4
Outros ativos fixos tangíveis	4-20

As despesas correntes com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os custos estimados de desmantelamento e remoção de bens corpóreos, em cuja obrigação o grupo incorre, são capitalizados e depreciados de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos fixos tangíveis ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas

condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

d) Ativos intangíveis

Os Ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os 'ativos intangíveis' só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o grupo, se o mesmo possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os Ativos intangíveis compreendem, essencialmente, *software*, propriedade industrial, os encargos incorridos com a aquisição de carteiras de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de atividades empresariais) e *know-how*.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (um a dezanove anos, sendo a maior parte amortizada entre 3 e 6 anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas. As amortizações das carteiras de clientes são calculadas pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que as compõem (6 anos).

As despesas com ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente, as despesas com investigação e desenvolvimento, são registadas como custo no momento em que são incorridas.

As despesas de desenvolvimento apenas são reconhecidas como ativo intangível na medida em que se demonstre a capacidade técnica para completar o ativo a fim de o mesmo estar disponível para uso ou comercialização.

As amortizações do exercício dos Ativos intangíveis são registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

e) Marcas e patentes

As marcas e patentes são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizadas a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimada. Nos casos em que a vida útil é indefinida, as mesmas não são amortizadas, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

O grupo Sonaecom não detém quaisquer marcas e/ou patentes com vida útil indefinida, pelo que não é aplicável a segunda parte do parágrafo supra.



f) Goodwill

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos financeiros em empresas do grupo acrescido do valor dos interesses sem controlo, e o montante atribuído ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica de 'Goodwill' e, quando negativas, após uma reavaliação do seu apuramento, são registadas diretamente na demonstração de resultados. O grupo optará numa base de transação a transação, pelo cálculo do valor dos interesses sem controlo de acordo com a proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, ou de acordo com o justo valor dos interesses sem controlo. Até 1 de janeiro de 2010, os interesses sem controlo eram valorizados exclusivamente de acordo com a proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos.

O valor dos pagamentos contingentes futuros é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor de 'Goodwill', mas apenas se ocorrer dentro do período de remensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com eventos anteriores à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida de resultados.

Transações de compra de interesses em entidades já controladas e transações de venda de interesses em entidades sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital afetando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto em 'Goodwill' ou em resultados.

No momento em que uma transação de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os ativos e passivos da entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada em resultados.

Até 1 de janeiro de 2004, o 'Goodwill' era amortizado durante o período estimado de recuperação do investimento, geralmente dez anos, sendo as amortizações registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' do exercício. A partir de 1 de janeiro de 2004, de acordo com a IFRS 3 – 'Concentrações de atividades empresariais', o grupo suspendeu a amortização de 'Goodwill', sujeitando o mesmo a testes de imparidade (alínea w). A partir dessa data, as perdas de imparidade do exercício relativas a 'Goodwill' são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

g) Instrumentos financeiros

O grupo classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de

resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

(i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfaseamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

(ii) 'Empréstimos e contas a receber'

'Empréstimos e contas a receber' são ativos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados ativos/líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando o grupo fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a sua maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como ativos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço, incluída nas rubricas de 'Clientes' e 'Outras dívidas de terceiros'.

(iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

A 31 de março de 2015 o grupo não detinha quaisquer investimentos detidos até ao vencimento.



(iv) 'Investimentos disponíveis para venda'

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que o grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'Investimentos disponíveis para venda' e os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/líquido (investimentos não cotados), o grupo estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transações de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para refletir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, o grupo valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

O grupo efetua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados.

h) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ('ALD') estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

i) Inventários

Os 'Inventários' são valorizados ao custo de aquisição, deduzido das eventuais perdas de imparidade, o qual reflete o seu valor estimado de realização.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de inventários refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado dos inventários, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação,



obsolescência e deterioração e são registados na demonstração de resultados, em 'Custo das vendas'.

j) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de 'Clientes' e as 'Outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando o grupo empresta dinheiro, fornece bens ou presta serviços diretamente a um devedor sem intenção de transacionar o montante a receber.

Os montantes destas rubricas encontram-se deduzidos de eventuais perdas de imparidade, que são registados na demonstração de resultados em 'Provisões e perdas de imparidade'. Recuperações e reversões subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditados na rubrica de 'Provisões e perdas por imparidade' da demonstração de resultados.

k) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto. O grupo classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias, associadas e controladas conjuntamente e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

l) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo 'custo amortizado'. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

m) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou ainda, quando o projeto em causa se encontra suspenso.

n) Instrumentos financeiros derivados

O grupo utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pelo grupo.

Os instrumentos financeiros derivados (*cash flow hedges*) utilizados normalmente pelo grupo respeitam a:

- (i) *Swaps* de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos *swaps* de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos *swaps* de cobertura de *cash-flow* é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios 'Reservas de cobertura';
- (ii) *Forward's* cambiais para cobertura do risco cambial, particularmente, de recebimentos de clientes da subsidiária Wedo Consulting. Os valores e prazos envolvidos são idênticos aos valores faturados e aos respetivos prazos de vencimento.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo



valor são registados diretamente na demonstração de resultados.

Em 31 de março de 2015, o grupo encontrava-se a utilizar forwards cambiais para cobertura do risco cambial de saldos a receber de clientes em dólares (Nota 1.v)), para além dos instrumentos financeiros derivados referidos na Nota 1.x).

o) Provisões e contingências

As 'Provisões' são reconhecidas quando, e somente quando, o grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso o grupo possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

p) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento' do período inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12 – 'Impostos sobre rendimento'.

A Sonaecom é abrangida, desde janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente, e ainda que por intermédio de sociedades residentes noutro Estado Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, desde que, neste último caso, exista obrigação de cooperação administrativa, em pelo menos, 75% do capital, desde que tal participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto, desde que cumpridos determinados requisitos. Para as empresas não abrangidas pelo regime especial de tributação, o imposto corrente é calculado com base nos respetivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os 'Impostos diferidos ativos' são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 11).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o ativo ou o passivo seja realizado, com base nas taxas que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data do balanço.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a ativos ou passivos registados diretamente no capital próprio, o seu registo também é efetuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

q) Subsídios atribuídos pelo Governo

Subsídios atribuídos para financiar custos com pessoal são reconhecidos como menos custo durante o período de tempo durante o qual o grupo incorre nos respetivos custos e são apresentados na demonstração de resultados na linha de 'Custos com pessoal'.

Subsídios atribuídos para financiar investimentos são registados no balanço como proveitos diferidos e reconhecidos na demonstração de resultados, em 'Outros proveitos operacionais'. O incentivo é reconhecido durante o período de vida útil estimado para os bens em causa.

Para as empresas da área da segurança digital, os subsídios não reembolsáveis são reconhecidos no balanço como proveitos diferidos e reconhecidos na demonstração de resultados, em 'Outros proveitos operacionais'. O incentivo é reconhecido durante o período de desenvolvimento do projeto.

Os subsídios reembolsáveis são reconhecidos no balanço como passivo, em 'Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo' e 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos' e são amortizados de acordo com os planos de pagamento estabelecidos. Estes subsídios são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.



r) Especialização de exercícios e Rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de 'Outros ativos não correntes', 'Outros ativos correntes', 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os custos, imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, são estimados e registados em 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes', sempre que seja possível estimar com grande fiabilidade o montante, bem como o momento da concretização da despesa. Se existir incerteza quer relativamente à data da saída de recursos, quer quanto ao montante da obrigação, o valor é classificado como Provisões (alínea o).

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos bens são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas antes de impostos e líquidas de descontos.

Os custos e proveitos dos projetos de consultoria, desenvolvidos na área de sistemas de informação, são reconhecidos, em cada exercício, em função da percentagem de acabamento dos mesmos.

Os ativos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a atualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas de 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos acionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

s) Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões para outros riscos e encargos' são classificados como ativos e passivos não correntes (Notas 11 e 17).

t) Reservas

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'Reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas de prémios de emissão de ações

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'Reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas para planos de incentivo de médio prazo

De acordo com a IFRS 2 – 'Pagamentos com base em ações', a responsabilidade com os planos de incentivo de médio prazo liquidados através da entrega de ações próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de cobertura

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura de *cash flow* que se consideram eficazes (Nota 1.n)), sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou serem utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de ações próprias

As 'Reservas de ações próprias' refletem o valor das ações próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da empresa, apresentadas de acordo com as IFRS. Adicionalmente, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes de capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas podem ser distribuídos quando os elementos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos liquidados ou quando terminar o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis ou intangíveis. Assim, a 31 de março de 2015, a



Sonaecom, SGPS, S.A. dispunha de reservas livres distribuíveis no montante de cerca de 19,6 milhões de euros. Para este efeito foram consideradas como distribuíveis os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor em elementos desreconhecidos durante o período findo em 31 de março de 2015.

u) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

v) Moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

São tratadas como entidades estrangeiras aquelas que, operando no estrangeiro, têm autonomia organizacional, económica e financeira.

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço, sendo que os custos e proveitos dessas demonstrações financeiras foram convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média do período. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica 'Outras reservas'.

O 'Goodwill' e os ajustamentos de justo valor gerados nas aquisições de entidades estrangeiras com moeda funcional diferente do euro são convertidos à data de fecho do balanço.

As cotações utilizadas para conversão em euros das contas das filiais estrangeiras e dos saldos em moeda estrangeira foram as seguintes:

	2015		2014	
	31 de março	Média	31 de março	Média
Libra inglesa	1,3750	1,3453	1,2074	1,2078
Real brasileiro	0,2861	0,3110	0,3197	0,3087
Dólar americano	0,9295	0,8880	0,7253	0,7301
Zloti (Polónia)	0,2448	0,2385	0,2397	0,2390
Dólar australiano	0,7065	0,6986	0,6693	0,6547
Pesos mexicanos	0,0606	0,0594	0,0555	0,0552
Libra egípcia	0,1222	0,1161	0,1042	0,1048
Ringgit (Malásia)	0,2508	0,2452	0,2223	0,2213
Peso chileno	0,0015	0,0014	0,0013	0,0013
Dólar de Singapura	0,6769	0,6546	0,5758	0,5754
Franco suíço	0,9558	0,9335	0,8201	0,8172
Coroa sueca	0,1076	0,1066	0,1118	0,1129
Rand de África do Sul	0,0762	0,0756	0,0686	0,0672
Kwanza (Angola)	0,0086	0,0084	0,0074	0,0075
Dinar de Marrocos	0,0935	0,0925	0,0890	0,0891

Em 31 de março de 2015, o grupo tinha contratado forwards cambiais no montante de USD 558.000 (USD 393.000 em 31 de março de 2014), que fixam a taxa de câmbio para EUR, os quais têm uma duração média de 1 mês (1 mês em 31 de março de 2014).

w) Imparidade de ativos

São efetuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Ativos fixos tangíveis e intangíveis e de Goodwill, na rubrica 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros ativos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.



Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de ativos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos individuais, esta é calculada em termos coletivos. Evidência objetiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

Para o valor de goodwill e de investimentos financeiros em empresas associadas, a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do grupo. Para o valor de goodwill e de investimentos em empresas controladas conjuntamente, a quantia recuperável é determinada tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração e a média de avaliações efetuadas por analistas externos (*researches*).

Para as dívidas a receber, o grupo utiliza informação histórica e estatística, que lhe permite efetuar uma previsão dos montantes em imparidade. No caso dos inventários, as imparidades são calculadas com base nos valores de mercado e em diversos indicadores de rotação dos inventários.

x) Planos de incentivo de médio prazo

O tratamento contabilístico dos planos de incentivo de médio prazo é baseado na IFRS 2 – ‘Pagamento com Base em Ações’.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pelo grupo são liquidados através da entrega de ações próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de ‘Reservas para planos de incentivo de médio prazo’, no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de ‘Custos com o pessoal’ da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa ao grupo, que assume a responsabilidade de entrega das ações na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- (i) O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas ‘Outros passivos não correntes’ e ‘Outros passivos correntes’;
- (ii) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas ‘Outros ativos não correntes’ e ‘Outros ativos correntes’;
- (iii) O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em capitais próprios;
- (iv) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica de ‘Custos com o pessoal’.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de ‘Outros passivos não correntes’ e ‘Outros passivos correntes’, por contrapartida da rubrica de ‘Custos com o pessoal’ da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efetuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de ações da Sonae SGPS são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de ‘Outros passivos não correntes’ e ‘Outros passivos correntes’, por contrapartida da rubrica de ‘Custos com o pessoal’ da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Para o plano de 2011 de ações Sonaecom, a empresa tinha celebrado com a Sonae-SGPS, S.A. um contrato em que esta se obriga à transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito do plano de incentivos de médio prazo, no qual fixou o preço de aquisição das referidas ações. Este contrato cessou durante o ano 2014.



Durante o período findo em 31 de março de 2014 a Sonaecom, converteu a totalidade dos planos Sonaecom em aberto em planos de ações Sonae SGPS.

O impacto associado a esta conversão dos planos de incentivo de médio prazo está contabilizado, no balanço, na rubrica de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes' (Nota 27).

A 31 de março de 2015, os dois planos de ações Sonae SGPS que resultam da conversão estavam cobertos por ações em carteira da empresa-mãe. O plano atribuído durante o ano não está coberto estando registada a responsabilidade ao justo valor. A responsabilidade de todos os planos encontra-se registada nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

y) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*adjusting events*) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*non adjusting events*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

z) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014 incluem:

- (i) Vidas úteis do ativo tangível e intangível;
- (ii) Análises de imparidade de goodwill e de outros ativos tangíveis e intangíveis; e
- (iii) Registo de ajustamentos aos valores do ativo (contas a receber e inventários) e provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8 - 'Políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas e erros'.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações

financeiras consolidadas são descritos nas correspondentes notas anexas, quando aplicável.

aa) Gestão do risco financeiro

A atividade do grupo está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros do grupo, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1. n)).

O grupo encontra-se ainda exposto aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras, contudo estes são efetuados geralmente tendo em conta objetivos estratégicos.

Risco de mercado

a) Risco de taxa de câmbio

O grupo opera internacionalmente e detém subsidiárias a operar em países com moeda diferente do euro, nomeadamente, no Brasil, no Reino Unido, na Polónia, nos Estados Unidos, no México, na Austrália, no Egipto, na Colômbia, no Panamá, em Singapura e na Malásia (sucursal), estando assim exposto ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do grupo a flutuações cambiais.

Sempre que possível, o grupo tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível ou adequado, o grupo recorre a outros instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.n)).

A exposição do grupo ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de algumas das suas subsidiárias relatarem em moeda diferente do euro, sendo imaterial o risco associado à atividade operacional.

b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexada a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível



de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (*natural hedge*); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O grupo apenas utiliza instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco da taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta; e
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios do grupo.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 15) encontra-se indexado a taxas variáveis, são utilizados *swaps* de taxa de juro e outros derivados, quando tal é considerado necessário, como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os *swaps* de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, o grupo acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respetivos montantes nominais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política do grupo privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento. Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o grupo utiliza determinados métodos, tais como modelos de

avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalentes à data de Balanço.

Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas diretamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Em 31 de março de 2015 não estão contratados quaisquer instrumentos derivados de cobertura de taxa de juro.

Risco de liquidez

A existência de liquidez nas empresas do grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que as empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de



risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente numa determinada subsidiária deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e o custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- (ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária; e
- (iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating* previamente definidas pela Administração, e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objetivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para

cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade dos empréstimos obtidos é apresentada na Nota 15.

Risco de crédito

A exposição do grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto de o grupo, apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do grupo. O grupo recorre a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, assim como seguros de crédito, que contribuem para mitigar tal risco.

O montante relativo a clientes e outros devedores apresentados nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do grupo ao risco de crédito.

2. Empresas incluídas na consolidação

As empresas do grupo incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais, atividade principal, detentor de capital e proporção do capital detido em 31 de março de 2015 e 2014, são as seguintes:

Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	Porcentagem do capital detido			
				2015		2014	
				Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
Empresa-mãe							
SONAECON, S.G.P.S., S.A. ('Sonaecom')	Maia	Gestão de participações sociais.	-	-	-	-	-
Subsidiárias							
Cape Technologies Limited ('Cape Technologies')	Dublín	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do	100%	100%	100%	100%
Digitmarket - Sistemas de Informação, S.A. ('Digitmarket' - usando a marca 'Bizdirect')	Maia	Desenvolvimento de plataformas de gestão e comercialização de produtos, serviços e informação, tendo como principal suporte a internet.	Sonae com SI	75,10%	75,10%	75,10%	75,10%
Itrust - Cyber Security Intelligence, S.A. ('Itrust') (a)	Maia	Comercialização de produtos e serviços de gestão, implementação e consultoria na área de sistemas e tecnologias de informação.	Sonaecom CSI	100%	100%	-	-
Lookwise, S.L.U. ('Lookwise') (b)	Navarra	Desenvolvimento, promoção e exploração comercial de sistemas informáticos com soluções em matéria de segurança e conformidade regulamentar, incluindo cessão ou transmissão a terceiros. Pesquisa, desenvolvimento e inovação, bem como consultoria, manutenção e auditoria relativos a produtos, sistemas, instalações e serviços de comunicação e segurança.	S21 Sec Gestion	100%	60%	-	-
Mainroad - Serviços em Tecnologias de Informação, S.A. ('Mainroad') (c)	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae com SI	Alienada		100%	100%
Miauger - Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A. ('Miauger') (d)	Maia	Organização e gestão de leilões eletrónicos <i>on-line</i> de produtos e serviços.	Sonaecom	Dissolvida		100%	100%
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. (PCJ)	Maia	Redação, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas e a exploração de estações e estúdios de rádio e de televisão.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Praesidium Services Limited ('Praesidium Services')	Berkshire	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae com SI We Do UK	100%	100%	-	-
Público - Comunicação Social, S.A. ('Público')	Porto	Redação, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
S21 Sec Barcelona, S.L. ('S21 Sec Barcelona') (b)	Barcelona	Consultoria, assessoria, auditoria e manutenção de todos os tipos de instalações e serviços avançados de comunicação e sistemas de segurança. Aquisição e instalação de sistemas avançados de comunicação e de segurança produzidos por	S21 Sec Gestion	100%	60%	-	-
S21 Sec Brasil, Ltda ('S21 Sec Brasil') (b)	São Paulo	Consultoria em tecnologia da informação. Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis. Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda. Suporte técnico, manutenção e outros serviços	S21 Sec Gestion	99,99%	59,99%	-	-
S21 Sec Fraud Risk Management, S.L. ('S21 Sec FRM') (b)	Navarra	Consultoria, assessoria, auditoria e manutenção de todos os tipos de instalações e serviços avançados de comunicação e sistemas de segurança. Aquisição e instalação de sistemas avançados de comunicação e de segurança produzidos por	S21 Sec Gestion	100%	60%	-	-
S21 Sec Gestion, S.A. ('S21 Sec Gestion') (b)	Navarra	Consultoria, assessoria, auditoria e manutenção de todos os tipos de instalações e serviços avançados de comunicação e sistemas de segurança. Aquisição e instalação de sistemas avançados de comunicação e de segurança produzidos por	Sonaecom CSI	60%	60%	-	-
S21 Sec Inc. ('S21 Sec Inc.') (b)	Texas	Consultoria, assessoria, auditoria e manutenção de todos os tipos de instalações e serviços avançados de comunicação e sistemas de segurança. Aquisição e instalação de sistemas avançados de comunicação e de segurança produzidos por	S21 Sec Gestion	100%	60%	-	-
S21 Sec Information Security Labs, S.L. ('S21 Sec Labs') (b)	Navarra	Pesquisa, desenvolvimento e inovação, bem como consultoria, manutenção e auditoria relativos a produtos, sistemas, instalações e serviços de comunicação e segurança.	S21 Sec Gestion	100%	60%	-	-
S21 Sec Institute, S.L. ('S21 Sec Institute') (b)	Gipuzcoa	Educação, formação, sensibilização, aconselhamento, assistência técnica, certificação, investigação, inovação e desenvolvimento, em todos os tipos de metodologias, planos de carreira, cultura de segurança, produtos e serviços de segurança digital e segurança cibernética, instalações, serviços e ambientes de sistemas avançados de comunicação e	S21 Sec Gestion	100%	60%	-	-
S21 Sec México, S.A. de CV ('S21 Sec México') (b)	Cidade do	Serviços de consultoria em informática.	S21 Sec Gestion	99,87%	60%	-	-
S21 Sec, S.A. de CV ('S21 Sec, S.A. de CV') (b)	Cidade do	Serviços de consultoria em informática.	S21 Sec Gestion	99,99%	60%	-	-



Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	Porcentagem do capital detido			
				2015		2014	
				Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
Saphety Level – Trusted Services, S.A. (Saphety)	Maia	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, e certificação eletrônica de dados; comercialização, desenvolvimento e representação de	Sonae com SI	86,995%	86,995%	86,995%	86,995%
Saphety Brasil Transações Eletrônicas Ltda. (Saphety Brasil)	São Paulo	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, segurança e certificação eletrônica de dados, identificação eletrônica, armazenamento e disponibilização de bases de dados e pagamentos eletrônicos; desenvolvimento,	Saphety	99,8%	86,821%	99,8%	86,821%
Saphety – Transacciones Electronicas SAS (Saphety Colombia)	Bogotá	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, segurança e certificação eletrônica de dados, identificação eletrônica, armazenamento e disponibilização de bases de dados e pagamentos eletrônicos; desenvolvimento,	Saphety	100%	86,995%	100%	86,995%
Servicios de Inteligencia Estratégica Global, S.L. (SIEG) (b)	Navarra	Prestação de serviços de aconselhamento, orientação, consultoria, formação de equipas e formação na área de pesquisa, análise, processamento e fornecimento de informações relevantes para a gestão operacional e estratégica das empresas, governos e organizações e instituições. Serviços de apoio e suporte aos negócios e de defesa às empresas e organizações a nível internacional. Pesquisa, desenvolvimento, inovação e comercialização de metodologias, software, hardware e tecnologias em geral, dentro do âmbito da pesquisa, análise e processamento automática e inteligente da informação, incluindo a análise de	S21 Sec Gestion	100%	60%	-	-
Sonae com – Cyber Security and Intelligence, SGPS, S.A. (Sonae com CSI) (e)	Maia	Gestão de participações sociais.	Sonae com SI	100%	100%	-	-
Sonae com - Serviços Partilhados, S.A. (Sonae com SP)	Maia	Prestação de serviços de apoio às empresas, consultorias de gestão e administração, designadamente nas áreas de contabilidade, fiscalidade, procedimentos administrativos, logística, recursos humanos e formação.	Sonae com	100%	100%	100%	100%
Sonae com - Sistemas de Informação, SGPS, S.A. (Sonae com SI)	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito do negócio de <i>corporate venturing</i> e <i>joint-ventures</i> .	Sonae com	100%	100%	100%	100%
Sonae com - Sistemas de Información Española, S.L. (SSI España)	Madrid	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae com SI	100%	100%	100%	100%
Sonae com BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonae com	100%	100%	100%	100%
Sonae telecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonae com	100%	100%	100%	100%
Tecnológica Telecomunicações, LTDA. (Tecnológica)	Rio de Janeiro	Prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e telecomunicações.	We Do Brasil	99,99%	99,90%	99,99%	99,90%
We Do Consulting – Sistemas de Informação, S.A. (We Do)	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae com SI	100%	100%	100%	100%
Wedo do Brasil Soluções Informáticas, Ltda. (We Do Brasil)	Rio de Janeiro	Comercialização de <i>software</i> e <i>hardware</i> ; prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e processamento de dados.	We Do	99,91%	99,91%	99,91%	99,91%
We Do Poland Sp. Z.o.o. (We Do Poland) (f)	Poznan	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Americas, Inc (We Do USA)	Delaware	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Australia PTY Limited (We Do Asia)	Sidney	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies BV (We Do BV)	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	We Do	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies BV – Sucursal Malásia (We Do Malásia)	Kuala Lumpur	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Egypt LLC (We Do Egypt)	Cairo	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV Sonae com BV Sonae telecom BV	90% 5% 5%	90% 5% 5%	90% 5% 5%	90% 5% 5%
We Do Technologies (UK) Limited (We Do UK)	Berkshire	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Mexico, S de RL. (We Do Mexico)	Cidade do México	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae com BV We Do BV	0,001% 99,999%	0,001% 99,999%	0,001% 99,999%	0,001% 99,999%
We Do Technologies Panamá S.A. (We Do Panamá) (g)	Cidade do Panamá	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	Liquidada		100%	100%



Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2015		2014	
				Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
We Do Technologies Singapore PTE. LTD. ('We Do Singapura') (h)	Singapura	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	Liquidada		100%	100%

* Percentagem efetiva de capital detido pela Sonaecom

(a) Empresa constituída em julho 2014

(b) Empresa adquirida em julho 2014

(c) Empresa alienada em setembro 2014

(d) Empresa dissolvida em maio 2014

(e) Empresa constituída em maio 2014

(f) Empresa iniciou o seu processo de liquidação a 1 de janeiro de 2015

(g) Empresa liquidada em 2014

(h) Empresa liquidada em dezembro 2014

Todas estas empresas foram incluídas na consolidação, pelo método de consolidação integral, conforme estabelecido pela IAS 27 – 'Demonstrações financeiras consolidadas e separadas' (maioria dos direitos de voto, sendo titular de capital da empresa).

3. Alterações ocorridas no grupo

Durante os períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014, verificaram-se as seguintes alterações no grupo:

a) Aquisições

Compradora	Participada	Data	% Participação Direta	% Participação Efetiva
2014				
Sonaecom CSI	Lookwise	jul-14	100%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec Barcelona	jul-14	100%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec Brasil	jul-14	99,99%	59,99%
Sonaecom CSI	S21 Sec FRM	jul-14	100%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec Gestion	jul-14	60%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec Inc.	jul-14	100%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec Labs	jul-14	100%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec Institute	jul-14	100%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec México	jul-14	99,87%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec, S.A. de CV	jul-14	99,99%	60%
Sonaecom CSI	SIEG	jul-14	100%	60%
Sonaecom CSI	S21 Sec Ciber seguridad	jul-14	50%	30%
Sonaecom CSI	Big Data	jul-14	50%	30%



O balanço destas empresas ('Grupo S21') adquiridas com efeitos a 31 de julho de 2014 incorporado nas contas consolidadas do Grupo desde essa data pode ser detalhado como se segue:

(Montantes expressos em euros)	Notas	Valor de Balanço antes da aquisição	Ajustamentos para o justo valor	Justo Valor
Ativos adquiridos				
Ativos fixos tangíveis	5	296.360	-	296.360
Ativos intangíveis	6	8.415.602	-	8.415.602
Outros ativos não correntes		373.756	-	373.756
Impostos diferidos ativos	11	1.044.217	-	1.044.217
Clientes		2.276.529	-	2.276.529
Outras dívidas de terceiros		1.983.746	-	1.983.746
Outros ativos correntes		746.850	-	746.850
Caixa e equivalentes de caixa		2.828.615	-	2.828.615
		17.965.675	-	17.965.675
Passivos adquiridos				
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo		10.550.712	-	10.550.712
Provisões para outros riscos e encargos	17	-	273.266	273.266
Outros passivos não correntes		41.901	-	41.901
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos		2.416.104	-	2.416.104
Fornecedores		1.679.816	-	1.679.816
Outras dívidas a terceiros		2.686.420	-	2.686.420
Outros passivos correntes		242.455	-	242.455
		17.617.408	273.266	17.890.674
Total dos ativos líquidos adquiridos		348.267	(273.266)	75.001
Preço de aquisição				75.001
Goodwill / (Badwill)				-

No seguimento da aquisição deste grupo de empresas foi feita uma avaliação preliminar do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos tendo sido registadas Provisões para outros riscos e encargos para fazer face a contingências diversas possíveis.

Foram contemplados diversos cenários nas várias avaliações e efetuadas análises de sensibilidade, dos quais não conduziram a variações significativas na afetação do justo valor dos ativos e passivos. Para os restantes ativos e passivos não foram identificadas diferenças significativas entre o justo valor e o respetivo valor contabilístico.

A alocação do preço de compra pode estar ainda sujeita a alterações até à conclusão do período de um ano a contar desde a data do controlo, conforme permitido pela IFRS 3 – Concentrações Empresariais. Não obstante, o Grupo não estima alterações materiais em resultado de eventuais alterações à alocação realizada.

O contributo do Grupo S21 para o resultado líquido atribuível a acionistas da Sonaecom, no período findo em 31 de março de 2015, foi negativo em 790,6 milhares de euros.



O detalhe do referido contributo é como segue:

(Montantes expressos em euros)	Contribuição a 31 de março de 2015
Receitas totais	2.476.001
Custos e perdas	
Custo das vendas	(316.777)
Fornecimentos e serviços externos	(686.008)
Custos com pessoal	(2.042.234)
Amortizações e depreciações	(860.722)
Provisões e perdas por imparidade	(18.182)
Outros custos operacionais	(4.352)
	(3.928.275)
Resultados financeiros	66.022
Imposto sobre o rendimento	(116)
Resultado líquido consolidado do exercício antes de interesses sem controlo	(1.386.368)
Resultado líquido consolidado atribuível a interesses sem controlo	(595.768)
Resultado líquido consolidado atribuível a acionistas da empresa mãe	(790.600)

O contributo do Grupo S21 no balanço consolidado da Sonaecom em 31 de março de 2015, é como segue:

(Montantes expressos em euros)	Contribuição a 31 de março de 2015
Ativo	
Ativos fixos tangíveis	178.507
Ativos intangíveis	6.440.446
Impostos diferidos ativos	924.079
Clientes	2.754.374
Outras dívidas de terceiros	1.915.950
Caixa e equivalentes de caixa	268.877
Outros ativos	1.849.111
Total do ativo	14.331.344
Passivo	
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	8.971.815
Outros passivos não correntes	368.310
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.242.151
Fornecedores	1.627.943
Outras dívidas a terceiros	1.018.031
Outros passivos correntes	1.672.024
Total do passivo	14.900.274
Ativos líquidos	(568.930)

b) Constituições

Participante	Participada	Data	Capital	% participação atual
2014				
Sonae com SI	Sonaecom CSI	mai-14	50.000 EUR	100%
Sonaecom CSI	Itrust	jul-14	50.000 EUR	100%



c) Dissoluções

Participante	Participada	Data	Capital
2014			
Miauger	Lugares Virtuais	fev-14	100%
Sonaecom	Miauger	mai-14	100%
We Do BV	We Do Panamá	dez-14	100%
We Do BV	We Do Singapura	dez-14	100%

d) Alienações

Participante	Participada	Data	Capital
2014			
Sonae com SI	Mainroad	set-14	100%

Em setembro de 2014 a Mainroad foi alienada à empresa conjuntamente controlada NOS Comunicações S.A. por 14 milhões de euros, montante baseado em avaliações independentes. O contrato de compra e venda contempla a possibilidade de ajustes futuros ao preço base, resultantes da evolução das receitas futuras. Em resultado do valor da venda e do desreconhecimento da Mainroad, foi gerada, nas contas consolidadas da Sonaecom, uma mais-valia de 12,6 milhões de euros, conforme segue:

(Montantes expressos em euros)	Notas	30 de setembro de 2014
Ativo		
Ativos não correntes		
Ativos fixos tangíveis	5	(2.437.500)
Ativos intangíveis	6	(169.646)
Impostos diferidos ativos	11	(169.548)
Total de ativos não correntes		(2.776.694)
Ativos correntes		
Clientes		(2.971.079)
Outras dívidas de terceiros		(122.457)
Outros ativos correntes		(545.243)
Caixa e equivalentes de caixa		(645.074)
Total de ativos correntes		(4.283.853)
Passivo		
Passivo não corrente		
Outros passivos financeiros não correntes		37.441
Provisões para outros riscos e encargos	17	315.990
Outros passivos não correntes		218.089
Total de passivos não correntes		571.520
Passivo corrente		
Fornecedores		2.121.435
Outros passivos financeiros		19.206
Outras dívidas a terceiros		666.821
Outros passivos correntes		2.296.831
Total de passivos correntes		5.104.293
Total dos ativos e passivos desreconhecidos		(1.384.734)
Contrapartida recebida		14.000.000
Ganho / (perda) resultante da alienação (Nota 25)		12.615.266

4. Classes de instrumentos financeiros

Em 31 de março de 2015 e 2014, as classes de instrumentos financeiros detidos pelo grupo eram como segue:

							2015
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos disponíveis para venda	Investimentos registrados ao justo valor através de resultados	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Ativos não correntes							
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 9)	-	-	1.069.775	-	1.069.775	-	1.069.775
Investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	-	113.054	-	-	113.054	-	113.054
Outros ativos não correntes	318.270	-	-	-	318.270	-	318.270
	318.270	113.054	1.069.775	-	1.501.099	-	1.501.099
Ativos correntes							
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 9)	-	-	75.894.216	-	75.894.216	-	75.894.216
Clientes	40.566.692	-	-	-	40.566.692	-	40.566.692
Outras dívidas de terceiros	9.157.572	-	-	-	9.157.572	7.570.200	16.727.772
Outros ativos correntes	-	-	-	9.577.736	9.577.736	2.498.191	12.075.927
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 12)	180.181.809	-	-	-	180.181.809	-	180.181.809
	229.906.073	-	75.894.216	9.577.736	315.378.025	10.068.391	325.446.416
2014 (reexpresso)							
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos disponíveis para venda	Investimentos registrados ao justo valor através de resultados	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Ativos não correntes							
Investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	-	115.448	-	-	115.448	-	115.448
Outros ativos não correntes	47.595	-	-	-	47.595	-	47.595
	47.595	115.448	-	-	163.043	-	163.043
Ativos correntes							
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 9)	-	-	64.549.251	-	64.549.251	-	64.549.251
Clientes	35.874.242	-	-	-	35.874.242	-	35.874.242
Outras dívidas de terceiros	1.833.914	-	-	-	1.833.914	6.122.262	7.956.176
Outros ativos correntes	-	-	-	8.065.073	8.065.073	2.216.332	10.281.405
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 12)	184.454.049	-	-	-	184.454.049	-	184.454.049
	222.162.205	-	64.549.251	8.065.073	294.776.529	8.338.594	303.115.123



					2015
	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente					
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo (Nota 15)	9.042.380	-	9.042.380	-	9.042.380
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 16)	-	491.436	491.436	-	491.436
Outros passivos não correntes	-	39.628	39.628	879.862	919.490
	9.042.380	531.064	9.573.444	879.862	10.453.306
Passivo corrente					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 15)	1.308.396	-	1.308.396	-	1.308.396
Fornecedores	-	23.714.139	23.714.139	-	23.714.139
Outros passivos financeiros (Nota 18)	-	294.080	294.080	-	294.080
Outras dívidas a terceiros	-	1.277.948	1.277.948	6.058.942	7.336.890
Outros passivos correntes	-	15.464.621	15.464.621	11.205.972	26.670.593
	1.308.396	40.750.788	42.059.184	17.264.914	59.324.098

					2014 (reexpresso)
	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente					
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo (Nota 15)	4.865.646	-	4.865.646	-	4.865.646
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 16)	-	387.176	387.176	-	387.176
Outros passivos não correntes	-	63.485	63.485	622.024	685.509
	4.865.646	450.661	5.316.307	622.024	5.938.331
Passivo corrente					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 15)	21.276.826	-	21.276.826	-	21.276.826
Fornecedores	-	19.173.420	19.173.420	-	19.173.420
Outros passivos financeiros (Nota 18)	-	174.861	174.861	-	174.861
Outras dívidas a terceiros	-	249.739	249.739	4.329.277	4.579.016
Outros passivos correntes	-	17.516.996	17.516.996	8.710.708	26.227.704
	21.276.826	37.115.016	58.391.842	13.039.985	71.431.827

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, bem como os custos especializados com o plano de ações, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. Por sua vez, os custos e proveitos diferidos registados nas rubricas de outros ativos/passivos correntes e não correntes foram considerados como instrumentos não financeiros.

No âmbito das medidas de regularização de dívidas ao fisco a Sonaecom, ao abrigo regime de regularização de dívidas ao Fisco e Segurança Social, (DL 151-A/2013 e DL 248-A/2002), efetuaram, voluntariamente, pagamentos de impostos no montante de cerca de 5,4 milhões de euros, tendo sido eliminadas as respetivas garantias e mantendo-se em curso os processos de impugnação judiciais associadas, tendo o valor máximo de contingência sido reduzido por via da eliminação de coimas e juros corridos até à data de pagamento. Conforme previsto nos diplomas de suporte aos referidos programas a Sonaecom mantém os procedimentos judiciais tendentes a que lhe venha a ser dada razão perante as situações em concreto, tendo sido reconhecido como ativo o valor pago ao abrigo dos referidos planos, de acordo com a política adotada pela Sonaecom.

No entanto, a CMVM discorda da interpretação realizada, tendo solicitado à Sonae a correção retrospectiva das demonstrações financeiras de todos os pagamentos que não sejam relativos a liquidações de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) com a argumentação de que se trata de um ativo contingente. Embora não concordando com a posição da CMVM, a Sonae, e por coerência, a Sonaecom efectuaram a reexpressão das demonstrações financeiras em conformidade (Nota 1).

É entendimento do Conselho de Administração do grupo que o justo valor das classes de instrumentos financeiros registados ao custo amortizado e dos registados ao valor presente dos pagamentos não difere de forma significativa do seu valor contabilístico, atendendo às condições contratuais de cada um desses instrumentos financeiros.

5. Ativos fixos tangíveis

Nos períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

							2015
	Terrenos Edifícios e outras	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto							
Saldo em 31 dezembro 2014	3.528.324	10.256.267	72.116	8.375.847	424.270	29.848	22.686.672
Adições	-	363	-	60.726	1.735	48.837	111.661
Alienações	-	-	-	(15.511)	-	-	(15.511)
Transferências e abates	(1.266)	16.474	-	162.780	(60)	(66.632)	111.296
Saldo em 31 março 2015	3.527.058	10.273.104	72.116	8.583.842	425.945	12.053	22.894.118
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas							
Saldo em 31 dezembro 2014	2.116.298	9.969.925	31.159	7.552.193	320.668	-	19.990.243
Depreciações do período	64.737	26.952	3.362	102.238	11.548	-	208.837
Alienações	-	-	-	(15.368)	-	-	(15.368)
Transferências e abates	(19.251)	5.704	-	113.132	(20)	-	99.565
Saldo em 31 março 2015	2.161.784	10.002.581	34.521	7.752.195	332.196	-	20.283.277
Valor líquido	1.365.274	270.523	37.595	831.647	93.749	12.053	2.610.841

							2014 (reexpresso)
	Terrenos Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto							
Saldo em 31 dezembro 2013	7.444.000	11.448.857	36.094	7.013.597	251.073	1.302.572	27.496.193
Adições	19.510	3.931	-	43.605	-	218.990	286.036
Alienações	(63)	(203.518)	-	(19.664)	-	-	(223.245)
Transferências e abates	790.863	61.026	-	497.737	19	(1.343.060)	6.585
Saldo em 31 março 2014	8.254.310	11.310.296	36.094	7.535.275	251.092	178.502	27.565.569
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas							
Saldo em 31 dezembro 2013	4.614.466	11.042.578	12.625	6.061.365	235.061	-	21.966.095
Depreciações do período (reexpresso - Nota 1)	171.375	34.036	1.843	135.689	1.783	-	344.726
Alienações	(6)	(203.520)	-	(19.664)	-	-	(223.190)
Transferências e abates	7.768	494	-	7.241	3	-	15.506
Saldo em 31 março 2014	4.793.603	10.873.588	14.468	6.184.631	236.847	-	22.103.137
Valor líquido	3.460.707	436.708	21.626	1.350.644	14.245	178.502	5.462.432

As depreciações e amortizações do período findo em 31 de março de 2014 podem ser detalhadas como se segue:

			2014
	Operações continuadas	Unidades descontinuadas (Nota 25)	Total
Ativos fixos tangíveis	189.056	155.670	344.726
Ativos intangíveis (Nota 6)	1.059.112	17.812	1.076.924
	1.248.168	173.482	1.421.650

O custo de aquisição dos 'Ativos fixos tangíveis' e 'Ativos Intangíveis' detidos pelo grupo no âmbito de contratos de locação financeira, em 31 de março de 2015 e 2014, ascendia a 2.180.572 euros e a 1.359.302 euros, sendo o seu valor líquido contabilístico, nessas datas, de 951.847 euros e 505.900 euros, respetivamente.

Em 31 de março de 2015 e 2014, a rubrica de 'Ativos fixos tangíveis' não inclui qualquer bem dado como penhor ou em garantia da liquidação de empréstimos ou passivos, exceção feita aos ativos afetos a contratos de locação financeira.



O 'Ativo fixo tangível em curso' apresentava, em 31 de março de 2015 e 2014, a seguinte composição:

	2015	2014
Sistemas de informação / equipamento informático	2.703	104.192
Outros projetos em curso	9.350	74.310
	12.053	178.502

Em 31 de março de 2015 e 2014, não existem compromissos perante terceiros respeitantes a investimentos a efetuar.

6. Ativos intangíveis

Nos períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

				2015
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2014	11.000.702	55.566.461	5.418.866	71.986.029
Adições	10.477	409.944	1.263.570	1.683.991
Transferências e abates	696.961	1.779.304	(1.210.713)	1.265.552
Saldo em 31 março 2015	11.708.140	57.755.709	5.471.723	74.935.572
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2014	10.344.118	36.059.975	-	46.404.093
Amortizações do período	298.787	1.380.222	-	1.679.009
Transferências e abates	578.457	31.962	-	610.419
Saldo em 31 março 2015	11.221.362	37.472.159	-	48.693.521
Valor líquido	486.778	20.283.550	5.471.723	26.242.051

				2014 (reexpresso)
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2013	10.348.140	30.539.349	4.561.408	45.448.897
Adições	181.918	5.220	1.114.644	1.301.782
Transferências e abates	11.878	2.198.090	(2.092.772)	117.196
Saldo em 31 março 2014	10.541.936	32.742.659	3.583.280	46.867.875
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2013	7.141.359	21.660.278	-	28.801.637
Amortizações do período (reexpresso - Nota 1)	555.115	521.809	-	1.076.924
Transferências e abates	(1.741)	84.423	-	82.682
Saldo em 31 março 2014	7.694.733	22.266.510	-	29.961.243
Valor líquido	2.847.203	10.476.149	3.583.280	16.906.632

As amortizações do período findo em 31 de março de 2014 no montante de 1.076.924 euros incluem o montante de 17.812 euros relativos a amortizações de ativos de unidades descontinuadas (Notas 3.d), 8 e 25) e o montante de 1.059.112 euros relativo a unidades continuadas.



Em 31 de março de 2015 as adições do período relativos a ativos intangíveis, incluem cerca de 1,3 milhões de euros de capitalizações de custos com pessoal referentes a trabalhos para a própria empresa (cerca de 1,1 milhões de euros em 31 de março de 2014), associados essencialmente a projetos de desenvolvimento de *software* de IT e aos produtos RAID, NetClarus e Bitácora.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores dos ativos fixos tangíveis e intangíveis para os vários segmentos é efetuada de acordo com o descrito na Nota 7 ('Goodwill'), na medida em que tais ativos estão intimamente relacionados com a atividade global do segmento, pelo que os mesmos não podem ser analisados separadamente.

7. Goodwill

Nos períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos na rubrica 'Goodwill' foram os seguintes:

	2015	2014
Saldo inicial	28.719.066	28.434.416
Outros movimentos do período	343.302	10.118
Saldo final	29.062.368	28.444.534

Nos períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014, a rubrica 'Outros movimentos do período' inclui os efeitos da atualização cambial de goodwill.

Assim, em 31 de março de 2015 e 2014, a rubrica 'Goodwill' tinha a seguinte composição:

	Sistemas de Informação	Multimédia
2015		
Goodwill	23.032.368	6.030.000
2014		
Goodwill	22.414.534	6.030.000

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de goodwill registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do grupo efetuados numa base anual excepto se existirem indícios de imparidade, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos. No setor de sistemas de informação, os pressupostos utilizados têm por base essencialmente os vários negócios do grupo e os crescimentos das várias áreas geográficas onde o grupo opera. A taxa de crescimento média considerada para o volume de negócios dos 5 anos foi de 12,6%. Para este crescimento contribuiu essencialmente o grupo WeDo pela aposta em novos setores de atividade e a recente aposta no mercado de segurança que está em forte crescimento. Para o setor do Multimédia, a taxa de crescimento média considerada foi de 2,0%. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade são consideradas taxas de crescimento de 2% no setor de sistemas de informação e de 0% no setor do Multimédia. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efetuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transações semelhantes e outras propostas efetuadas. No que respeita ao setor das telecomunicações (Zopt), a aferição da existência ou não de imparidade é determinada tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração, cuja taxa de crescimento média implícita da margem operacional ascende a 2,7%, e a média de avaliações efetuadas por analistas externos (*researches*).

	Sistemas de Informação	Multimédia	Telecomunicações
Pressupostos			
Base da quantia recuperável	Valor de uso	Valor de uso	Valor de uso
Taxa de desconto	10,5%	9,0%	8,2%
Taxa de crescimento na perpetuidade	2,0%	0,0%	2,0%

Para o setor dos sistemas de informação, na área da segurança digital (*Cibersecurity*), foi utilizada uma taxa de crescimento de 3%.

A análise de indícios de imparidade e revisão das projeções e testes de imparidade não conduziram ao apuramento de perdas, no período findo em 31 de março de 2015 e 2014. Da análise de sensibilidade efetuada, exigida pela IAS 36 – Imparidade de Ativos, não conduziu a variações materiais dos valores de recuperação, pelo que não resultariam imparidades materiais adicionais.

8. Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente

As empresas associadas e controladas conjuntamente, suas sedes sociais, proporção do capital detido e valor na demonstração de resultados em 31 de março de 2015 e 2014 são as seguintes:

Sede social	Porcentagem de capital detido				Valor na demonstração dos resultados		
	31 março 2015		31 março 2014		31 março 2015	31 março 2014	
	Direto	Total	Direto	Total			
ZOPT (a)	Porto	50%	50%	50%	50%	5.096.605	5.004.355
Unipress – Centro Gráfico, Lda.	Vila Nova de Gaia	50%	50%	50%	50%	1.469	60.336
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. ('S.I.R.S.' – usando a marca 'Rádio Nova')	Porto	45%	45%	45%	45%	(5.790)	(20.401)
S21Sec Ciber seguridad SA de CV ('Ciber seguridad') (b)	Cidade do México	50%	30%	-	-	(25.661)	-
Intelligent Big Data, S.L. ('Big Data') (c)	Gipuzcoa	50%	30%	-	-	(5)	-
Total (Nota 20)						5.066.618	5.044.290

(a) Inclui a incorporação dos resultados das participadas proporcionalmente ao capital detido

(b) Empresa detida diretamente pela S21 Sec México

(c) Empresa detida diretamente pela S21 Sec Gestion

As empresas associadas e controladas conjuntamente foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com a IFRS 11, a classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base na existência de acordos parassociais que demonstrem e regulem o controlo conjunto. Desta forma e de acordo com o disposto nesta norma, a 31 de março de 2015 o grupo apenas detinha empresas controladas conjuntamente.

Durante os períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente, foi o seguinte:

	31 março 2015			31 março 2014		
	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento
Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente						
Saldo em 1 de janeiro	633.758.552	87.849.200	721.607.752	622.585.085	87.849.200	710.434.285
Equivalência patrimonial:						
Efeito em ganhos e perdas (Nota 20)	5.098.661	-	5.098.661	5.064.691	-	5.064.691
Efeito em reservas	7.364.505	-	7.364.505	(2.580.773)	-	(2.580.773)
Dividendos	(7.315.500)	-	(7.315.500)	-	-	-
	638.906.218	87.849.200	726.755.418	625.069.003	87.849.200	712.918.203
Registado em Provisões para outros riscos e encargos (Nota 17)						
Saldo em 1 de janeiro	168.071	-	168.071	(146.186)	-	(146.186)
Equivalência patrimonial:						
Efeito em ganhos e perdas (Nota 20)	32.044	-	32.044	20.401	-	20.401
	200.115	-	200.115	(125.785)	-	(125.785)
Total de Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente líquidos de perdas por imparidade	638.706.104	87.849.200	726.555.304	624.943.218	87.849.200	712.792.418

A divisão por empresa dos montantes incluídos no valor dos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente é a seguinte:

	31 março 2015			31 março 2014		
	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento
Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente						
Zopt	638.438.101	87.527.500	725.965.601	624.503.026	87.527.500	712.030.526
Unipress	467.529	321.700	789.229	565.977	321.700	887.677
SIRS	(143.912)	-	(143.912)	(125.785)	-	(125.785)
Ciberseguridad	(56.203)	-	(56.203)	-	-	-
Big Data	589	-	589	-	-	-
Total	638.706.104	87.849.200	726.555.304	624.943.218	87.849.200	712.792.418

Os montantes agregados dos principais indicadores financeiros das entidades podem ser resumidos como segue:

(Montantes expressos em milhares de euros)							2015
Empresa	% Participação	Ativo	Passivo	Capitais Próprios	Receita	Resultados operacionais	Resultado Líquido
ZOPT*	50%	4.599.865	2.017.193	2.582.673	344.075	36.281	20.336
Unipress	50%	3.938	3.003	935	722	197	3
SIRS	45%	277	597	(320)	188	(7)	(13)
Ciberseguridad	30%	238	505	(267)	68	(86)	(86)
Big Data	30%	1	1	-	-	-	(0)

* Contas consolidadas não auditadas das empresas do grupo Zopt, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia. O valor dos capitais próprios inclui interesses sem controlo, sendo que a 31 de março de 2015 a capitalização bolsista da NOS ascende a 3.473 milhões de euros.

Durante o período findo em 31 de março de 2015, a empresa reconheceu o montante de 7.315.500 euros referente a dividendos a receber da Zopt SGPS, por contrapartida da rubrica de balanço "Outras dívidas de terceiros" (Nota 22).

Na sequência do anúncio efetuado a 14 de dezembro de 2012, entre a Sonaecom SGPS, S.A., a Kento Holding Limited e a Jadeium BV (atualmente denominada Unitel International Holdings, BV, conjuntamente referidas como 'Kento/Jadeium'), de terem alcançado um acordo no sentido de promover junto das administrações da Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. ('Zon'), e da Optimus SGPS, S.A. uma operação de fusão entre as duas empresas, a 11 de janeiro de 2013, a Sonaecom, SGPS, S.A. ('Sonaecom') efetuou um aumento de capital em espécie transferindo 81,807% da participação financeira na Optimus SGPS, S.A. para a ZOPT, SGPS, S.A. ('Zopt') (sociedade veículo usada para o efeito), condicionado à concretização da fusão.

Assim, na sequência deste acordo, a 27 de agosto de 2013 formalizou-se a operação de fusão, após estarem cumpridos todos os requisitos para que a mesma se concretizasse pelo que a Sonaecom considera ser esta a data em que a Zopt passou a controlar a Zon Optimus (atualmente NOS SGPS, SA (doravante 'NOS', após a alteração da sua denominação em junho de 2014), detendo 50,01% das ações representativas do seu capital social, tendo a Sonaecom, efetuado, nesse dia, o registo do aumento de capital em espécie transferindo 81,807% da participação financeira na Optimus SGPS, S.A. para a Zopt. Decorrente do aumento de capital da Zopt e fusão entre a Optimus SGPS e a Zon, a Sonaecom desreconheceu em 2013 nas contas consolidadas os ativos e passivos provenientes da Optimus SGPS e das suas participadas integralmente no montante de 992 milhões de euros. Simultaneamente reconheceu um investimento na Zopt de 598 milhões de euros¹, suprimentos a receber da Zopt no montante de 230 milhões de euros, os quais seriam posteriormente convertidos em prestações acessórias e reduzidos para 115 milhões de euros, e um investimento registado ao justo valor através de resultados de ações da NOS (conversão de 20.921.650 ações Optimus SGPS, representativas de 18,193% do capital, em 37.489.324 ações NOS, representativas de 7,28% do capital) à cotação bolsista à data da fusão (27 de agosto de 2013) no montante de

¹ A participação da Zopt de 598 milhões de euros ($598 = ((2.850 \times 50,01\%) - 230) \times 50\%$) resulta da valorização da NOS em 2.850 milhões de euros correspondendo à soma da valorização realizada para o aumento de capital na Zopt da Zon e da Optimus em 1.500 milhões de euros e 1.000 milhões de euros, respetivamente (realizada pelas entidades intervenientes no aumento de capital e no projeto de fusão), e das sinergias mínimas estimadas e divulgadas no projeto de fusão no montante de 350 milhões de euros deduzidos dos suprimentos de 230 milhões de euros (nível 3 de inputs na hierarquia de justo valor). Foi entendido que a cotação de mercado da Zon, à data da fusão, não refletia ainda o justo valor da NOS (a comprovar este argumento para a não utilização da cotação da Zon à data da fusão está a evolução positiva da cotação bolsista da NOS desde a concretização da fusão até 31 de dezembro de 2013 (2.782 milhões de euros versus os 2.141 milhões de euros à cotação do dia 27 de agosto de 2013, dia da fusão)) e por este motivo não foi utilizada a capitalização bolsista da Zon para a valorização do investimento Zopt. A valorização da Zon e da Optimus teve por base projeções realizadas internamente e de analistas no que diz respeito aos principais indicadores económicos, nomeadamente resultados operacionais e investimento, tendo sido usado um custo médio ponderado de capital de 9,5% e uma taxa de crescimento de 3%.



156 milhões de euros (Nota 9). O investimento registado ao justo valor foi reduzido na sequência da Oferta Pública Geral e Voluntária de aquisição de ações próprias (Nota 13), em 5 de fevereiro de 2014, diminuindo o investimento em ações NOS em 26.476.792 ações (141.650.837 euros). Desta forma, a Sonaecom, SGPS, S.A passou a deter 11.012.532 ações representativas do capital social da NOS, correspondentes a uma participação de 2,14%.

Conforme acordo parassocial assinado entre as partes envolvidas na operação de fusão, a Sonaecom e o Grupo Kento/Jadeium obrigaram-se a não adquirir quaisquer ações representativas do capital social da NOS, exceção feita às ações adquiridas pela Sonaecom em resultado da operação fusão. Por esta razão, o acordo parassocial prevê também que decorridos 2 anos sobre a data da inscrição da fusão no registo comercial, e por um período de 3 meses, o Grupo Kento/Jadeium poderá exercer uma opção de compra sobre metade das ações representativas do capital social da NOS, de que a Sonaecom seja titular à data do exercício da opção, pelo preço unitário igual à cotação média ponderada do mês anterior.

No seguimento da fusão foi efetuada na Zopt uma avaliação preliminar do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos através desta operação. Conforme permitido pela IFRS 3 – Concentrações Empresariais a avaliação preliminar do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos nesta operação esteve sujeita a alterações durante um período de um ano a contar desde a data de controlo, tendo este terminado em 26 de agosto de 2014.

O detalhe dos ativos líquidos do grupo ZON em 26 de agosto de 2013 e do goodwill apurado no âmbito desta transação, atualizado a 26 de agosto de 2014, é como segue:

(Montantes expressos em milhares de euros)	Valor Contabilístico	Ajustamentos para o justo valor inicialmente reportados	Alterações aos ajustamentos para o justo valor	Justo Valor
Ativos adquiridos				
Ativos fixos tangíveis	598.675	57.301	-	655.976
Ativos intangíveis	137.644	170.575	(33.202)	275.017
Investimentos em empresas do grupo	33.646	284.807	(41.259)	277.194
Ativos por impostos diferidos	55.972	10.381	10.009	76.362
Inventários	18.034	-	-	18.034
Contas a receber e outros ativos	169.888	1.861	-	171.749
Caixa e equivalentes de caixa	157.914	-	-	157.914
	1.171.773	524.925	(64.452)	1.632.246
Passivos adquiridos				
Empréstimos obtidos	817.435	7.634	-	825.069
Provisões	25.948	7.798	42.872	76.618
Passivos por impostos diferidos	7.450	68.591	(9.994)	66.047
Planos de ações	3.694	-	-	3.694
Contas a pagar e outros passivos	296.169	2.062	-	298.231
Minoritários	9.662	-	-	9.662
	1.160.358	86.085	32.878	1.279.321
Total dos ativos líquidos adquiridos	11.415	438.840	(97.330)	352.925
Goodwill				1.147.075
Preço de aquisição				1.500.000

O justo valor dos ativos líquidos adquiridos foi determinado através de diversas metodologias de valorização para cada tipo de ativo ou passivo, com base na melhor informação disponível. Os principais ajustamentos ao justo valor efetuados no âmbito deste processo foram: (i) valorização dos canais TV Cines e TV Series (+66,1 milhões de euros), o qual será amortizado linearmente por um período de 10 anos; (ii) carteira de clientes (+71,3 milhões de euros), a qual será amortizada linearmente com base no prazo médio estimado de retenção dos clientes que é de 6 anos; (iii) investimentos financeiros (+262,1 milhões de euros) que incluem +224,2 milhões de euros de benefícios económicos futuros estimados ('goodwill') das participadas, valorizações de canais no montante de +29,4 milhões de euros, valorização de carteira de clientes no montante de +17,1 milhões de euros, entre outros e respetivos impostos diferidos associados; (iv) aumento em +57,3 milhões de euros ao valor contabilístico de equipamento básico; (v) alteração do justo valor dos empréstimos obtidos no montante de -7,6 milhões de euros; e (vi) passivos contingentes relativos a obrigações presentes no montante de -59,6 milhões de euros.



O detalhe dos ativos líquidos do grupo Optimus em 26 de agosto de 2013 e do Goodwill apurado no âmbito desta transação, atualizado a 26 de agosto de 2014, é como segue:

(Montantes expressos em milhares de euros)	Valor Contabilístico	Ajustamentos para o justo valor inicialmente reportados	Alterações aos ajustamentos para o justo valor	Justo Valor
Ativos adquiridos				
Ativos fixos tangíveis	569.441	(62.616)	-	506.825
Ativos intangíveis	353.331	45.480	-	398.811
Ativos por impostos diferidos	100.976	27.626	(2.368)	126.234
Inventários	19.125	(1.384)	-	17.741
Contas a receber e outros ativos	224.165	-	-	224.165
Caixa e equivalentes de caixa	17.987	-	-	17.987
	1.285.025	9.106	(2.368)	1.291.763
Passivos adquiridos				
Empréstimos obtidos	452.362	-	-	452.362
Provisões	35.224	30.091	47.124	112.439
Passivos por impostos diferidos	1.142	10.997	-	12.139
Planos de ações	6.469	3.144	-	9.613
Contas a pagar e outros passivos	287.368	15.326	-	302.694
	782.565	59.558	47.124	889.247
Total dos ativos líquidos adquiridos	502.460	(50.452)	(49.492)	402.516
Goodwill				597.484
Preço de aquisição				1.000.000

O justo valor dos ativos líquidos adquiridos foi determinado através de diversas metodologias de valorização para cada tipo de ativo ou passivo, com base na melhor informação disponível. Os principais ajustamentos ao justo valor efetuados no âmbito deste processo foram: (i) carteira de clientes (+23,4 milhões de euros), a qual será amortizada linearmente com base no prazo médio estimado de retenção dos clientes; (ii) licenças de telecomunicações (+12,7 milhões de euros), as quais serão amortizadas pelo período de vida remanescente das mesmas; (iii) custos de reconstrução de infraestruturas e reposição de equipamentos e outros ajustamentos de equipamento básico no montante de -22,7 milhões de euros; (iv) ajustamento de -27,7 milhões de euros ao valor contabilístico dos ativos abrangidos pelos compromissos assumidos com a Autoridade da Concorrência, no âmbito da operação de fusão, nomeadamente, o acordo para a existência de uma opção de compra da rede de fibra da Optimus; (v) passivos contingentes relativos a obrigações presentes no montante de -80,9 milhões de euros, conforme permitido pela IFRS 3, dos quais uma parte, correspondente a contingências fiscais, foi registada como redução aos ativos por impostos diferidos sobre prejuízos fiscais; e (vi) obrigações contratuais no montante de -15,3 milhões de euros referentes a contratos de longa duração cujos preços praticados são distintos dos preços de mercado.

A metodologia utilizada nos principais ajustamentos ao justo valor foi os *Cash flows* descontados (Nível 3) com exceção das Torres de telecomunicações que foi usado os Custos de reconstrução atual (Nível 2), o Equipamento básico que foi usado os Custos de reposição (Nível 2) e as Obrigações contratuais que foi usada a Comparação com custos atuais (Nível 2).

No processo de identificação do justo valor dos ativos e passivos adquiridos o Conselho de Administração recorreu ao uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos, tais como: (i) o período de permanência médio dos clientes Optimus utilizado na valorização da carteira de clientes; (ii) o tempo médio de utilização das atuais tecnologias 2G/3G e LTE e evolução das receitas em resultado do surgimento de novas tecnologias, na valorização das licenças de telecomunicações; entre outras. Apesar destas estimativas terem por base a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os resultados atuais e futuros podem diferir das mesmas.

Foram contemplados diversos cenários nas várias avaliações e efetuadas análises de sensibilidade, os quais não conduziram a variações significativas na afetação do justo valor dos ativos e passivos.

Para os restantes ativos e passivos não foram identificadas diferenças significativas entre o justo valor e o respetivo valor contabilístico.

Como habitualmente acontece nas concentrações de atividades empresariais, também nesta operação, não foi possível atribuir, em termos contabilísticos, ao justo valor de ativos identificados e de passivos assumidos, uma parte do custo de aquisição, sendo essa



componente reconhecida como Goodwill e registada na rubrica de Ativos intangíveis. Este Goodwill está relacionado com diversos elementos, que não podem ser isolados e quantificados de forma fiável e incluem, entre outros, sinergias, força de trabalho qualificada e capacidades tecnológicas.

Processos judiciais em curso, ativos contingentes e passivos contingentes do Grupo Zopt

1. Processos com entidades reguladoras

- Em 8 de julho de 2009, a NOS SA (à data ZON TV Cabo) foi notificada pela AdC, no âmbito de um processo de contraordenação sobre a disponibilização dos canais TV CINES, solicitando que a NOS SA se pronunciasse sobre o teor da mesma, o que esta já fez em tempo. O processo encontra-se ainda em fase de inquérito na AdC, tendo sido solicitadas informações a que a NOS tem vindo a responder. Caso se venha a concluir pela existência de uma infração, poderá haver lugar a aplicação de uma coima que não poderá exceder os 10% do seu volume de negócios do último ano da infração, estando a mesma provisionada, atendendo ao nível de risco, no grupo Zopt.
- A NOS SA, a NOS Açores e a NOS Madeira têm vindo a impugnar judicialmente os atos do ICP-ANACOM de liquidação da Taxa Anual (anos de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014) pela atividade de Fornecedor de Redes de Serviços de Comunicações Eletrónicas nos valores (i) de 1.861 milhares de euros, 3.808 milhares de euros, 6.049 milhares de euros, 6.283 milhares de euros, 7.270 milhares de euros e 7.426 milhares de euros; (ii) 29 milhares de euros, 60 milhares de euros, 95 milhares de euros, 95 milhares de euros, 104 milhares de euros e 107 milhares de euros (iii) 40 milhares de euros, 83 milhares de euros, 130 milhares de euros, 132 milhares de euros, 149 milhares de euros e 165 milhares de euros, respetivamente, tendo sido peticionada a restituição das quantias entretanto pagas no âmbito da execução dos referidos atos de liquidação. Esta taxa é uma percentagem definida anualmente pelo ICP-ANACOM (em 2009 foi de 0,5826%) sobre as receitas de comunicações eletrónicas dos operadores; o regime entra gradualmente em vigor: 1/3 no 1º. ano, 2/3 no 2º. ano e 100% no 3º. ano. As empresas NOS SA, NOS Açores e NOS Madeira argumentam, nomeadamente, além de vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade, que apenas as receitas relativas à atividade de comunicações eletrónicas propriamente dita, sujeita à regulação do ICP-ANACOM podem ser consideradas para efeitos de aplicação da percentagem e cálculo da taxa a pagar, não devendo ser consideradas receitas de conteúdos televisivos.

Em 18 de dezembro de 2012 foi proferida sentença no processo instaurado pela NOS SA referente a 2009, a qual julgou procedente a impugnação, tendo apenas apreciado o vício da falta de audiência prévia, condenando, ainda, o ICP-ANACOM a pagar juros, decisão contra a qual o ICP-Anacom apresentou recurso, ao qual, por decisão de julho de 2013, não foi dado provimento.

Os demais processos encontram-se a aguardar julgamento e decisão.

2. Administração Fiscal

No decurso dos exercícios de 2003 a 2014, algumas empresas do Grupo NOS foram objeto de Inspeção Tributária aos exercícios de 2001 a 2012. Na sequência destas inspeções, a NOS, enquanto sociedade dominante do Grupo Fiscal, e as empresas não abrangidas pelo Grupo Fiscal, foram notificadas das correções efetuadas pelos Serviços de Inspeção Tributária ao prejuízo fiscal do Grupo e correções em sede de IVA e Imposto de selo e para fazer pagamentos correspondentes às correções aos exercícios acima referidos. O valor total das notificações ascende a 25,8 milhões de euros. De salientar que o Grupo entendeu que as correções efetuadas não tinham fundamento, tendo contestado as referidas correções e montantes. O Grupo prestou garantias bancárias exigidas pela Administração Fiscal, no âmbito destes processos.

No final do exercício de 2013 e aproveitando o regime extraordinário de regularização de dívidas fiscais, a empresa liquidou 7,7 milhões de euros (correspondendo a notificações no montante de 17,3 milhões de euros deduzido de juros de mora). Este montante ficou registado como 'Imposto a recuperar' não corrente deduzido de provisão constituída no montante de 3,5 milhões de euros.

Conforme convicção do Conselho de Administração do Grupo NOS corroborada pelos seus advogados e consultores fiscais, o risco de perda destes processos não é provável e o desfecho dos mesmos não afetará de forma material a posição consolidada.

3. Ações da PT contra a NOS SA, NOS Madeira e NOS Açores e da NOS SA contra a PT

- A PT tentou contra a NOS Madeira, um processo no valor de cerca de 1,6 milhões de euros, acrescido de juros, relativo a alegada utilização de condutas, prestação de MID, prestação de serviço de vias Vídeo/Áudio, despesas de operação, manutenção e gestão de cabo submarino Madeira/Porto Santo e utilização de dois troços de fibra ótica. A empresa contestou a ação, nomeadamente quanto aos preços em causa, aos serviços e à legitimidade da PT quanto às condutas. Foi proferida sentença em final de julho de 2013, que foi largamente favorável à NOS Madeira, da qual, entretanto, a PT recorreu, estando o processo a aguardar normal desenvolvimento.



- Em 2011, a PT intentou contra a NOS SA, no Tribunal Judicial de Lisboa, um pedido de indemnização de 10,3 milhões de euros, a título de compensação por alegadas portabilidades indevidas da NOS SA no período compreendido entre março de 2009 e julho de 2011. A NOS SA apresentou contestação e réplica, estando agora em curso a realização da prova pericial.
- A PT efetuou uma notificação judicial avulsa à NOS SA (abril de 2013), duas à NOS Açores (março e junho de 2013) e duas à NOS Madeira (março e junho de 2013), todas com vista a interromper a prescrição de danos alegadamente emergentes de pedidos de portabilidade indevida, da ausência de resposta em tempo a pedidos que lhes foram apresentados pela PT e de pretensas recusas ilícitas de pedidos eletrónicos.
A PT não indica os montantes totais em que pretenda ser ressarcida, concretizando apenas parte desses, no caso da NOS Açores, no valor de 195 milhares de euros e da NOS Madeira, no valor de 817 milhares de euros.
- Em 2011, a NOS SA intentou contra a PT, no Tribunal Judicial de Lisboa, um pedido de indemnização de 22,4 milhões de euros, por danos sofridos pela NOS SA, decorrentes da violação do Regulamento da Portabilidade por parte da PT, mais concretamente, do avultado número de recusas injustificadas de pedidos de portabilidade pela PT no período entre fevereiro de 2008 a fevereiro de 2011. O tribunal decretou oficiosamente a realização de prova pericial, que está atualmente em curso.
É entendimento do Conselho de Administração, corroborado pelos advogados que acompanham o processo, de que existem, em termos substantivos, boas probabilidades de a NOS SA obter vencimento na ação, até pelo facto da PT já ter sido condenada, pelos mesmos ilícitos, pelo ICP- ANACOM, não sendo, contudo, possível determinar qual o desfecho da ação.

Os casos e processos acima descritos encontram-se provisionados nas contas consolidadas da Zopt, atendendo ao grau de risco identificado.

- Em abril de 2012 e na sequência de decisão judicial em anterior processo em que, por decisão de 19 de julho de 2011, a NOS Açores foi absolvida da instância, a PT veio a apresentar duas novas ações contra a NOS Açores, uma respeitante à prestação de serviço MID e outra à prestação de serviço de vias Vídeo/Áudio, peticionando o pagamento de 222 milhares de euros e de 316 milhares de euros, respetivamente, acrescidos de juros, estando a aguardar julgamento e decisão. Relativamente ao primeiro processo, foi proferida sentença que, sem prejuízo dos juros, reduz o valor a pagar pela NOS Açores para cerca de 97 milhares de euros. No seguimento do recurso apresentado pela PT que a Relação de Lisboa veio a julgar procedente, a NOS Açores foi condenada ao pagamento de 222 milhares de euros. Esta decisão foi objeto de recurso, em fevereiro de 2015, para o Supremo Tribunal de Justiça, aguardando decisão. Relativamente ao segundo processo, no terceiro trimestre de 2014 a NOS Açores foi condenada a pagar os 316 milhares de euros, sem prejuízo dos juros e custas, montante pago durante o exercício de 2014.

4. Ação contra a NOS SA

Em 2014, foi intentada ação judicial cível contra a NOS SA por uma empresa prestadora de serviços de comercialização de serviços NOS, a qual pede a condenação desta no pagamento de cerca de 1.243 mil euros, por alegada rescisão antecipada de contrato e a título de indemnização de clientela. É convicção do Conselho de Administração que os argumentos utilizados não são corretos, pelo que do desfecho do processo não resultarão impactos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo. A ação aguarda julgamento.

5. Ações contra a SPORT TV

- A SPORT TV Portugal, SA foi condenada pela Autoridade da Concorrência ao pagamento de uma coima no valor de 3.730 milhares de euros pela alegada prática da infração de abuso de posição dominante no mercado nacional de canais de acesso condicionado com conteúdos desportivos *premium*.

A SPORT TV não concorda com a decisão e por isso decidiu recorrer da mesma para as instâncias judiciais competentes, tendo entretanto sido proferida decisão pelo Tribunal de Concorrência, Regulação e Supervisão, que alterou a coima para 2.700 milhares de euros. A Sport TV apresentou, entretanto, recurso para o Tribunal da Relação que foi julgado improcedente, tendo a Sport TV recorrido desta decisão.

- Ação intentada pela Cogeco Cable INC, antiga acionista da Cabovisão, contra a Sport TV, NOS SGPS e um terceiro, solicitando, entre outros: (i) a condenação solidariamente das Rés ao pagamento à Autora da indemnização pelos danos decorrentes dos comportamentos anticoncorrenciais, culposos e ilícitos, entre 3 de agosto de 2006 e 30 de março de 2011, especificamente pelo excesso de preço pago pela Cabovisão dos canais Sport TV, no valor de 9,1 milhões de euros; (ii) a condenação pelos danos correspondentes à remuneração de capital não disponível por força deste excesso de preço, no valor de 2,4 milhões de euros; e (iii) a condenação pelos danos decorrentes da perda de negócio resultante das práticas anticoncorrenciais da Sport TV, em termos a liquidar em execução da sentença.



É entendimento do Conselho de Administração do Grupo NOS, corroborado pelos advogados que acompanham o processo, de que, em termos formais e substantivos, não é provável que o Grupo seja responsabilizado neste processo.

6. Penalidades Contratuais

As condições gerais que regulam a vigência e cessação da relação contratual entre a NOS e os seus clientes, estabelecem que em caso de desativação dos produtos e serviços por iniciativa do cliente antes de decorrido o período de fidelização, o cliente fica obrigado ao pagamento imediato de uma indemnização.

Até 31 de dezembro de 2014, o rédito das penalidades, face às incertezas inerentes, apenas era reconhecido no momento do recebimento, sendo que a 31 de dezembro de 2014, os valores a receber pela NOS SA, NOS Madeira e NOS Açores de indemnizações faturadas ascendia a um total de 119.395 milhares de euros. Durante o período findo em 31 de março de 2015 foram reconhecidos, como réditos, recebimentos no montante de 1.282 milhares de euros dos valores em aberto a 31 de dezembro de 2014.

A partir de 1 de janeiro de 2015, o rédito de penalidades passou a ser reconhecido em receita tendo em conta uma taxa de cobrabilidade estimada recorrendo ao histórico de cobranças do Grupo. As penalidades faturadas são registadas como conta a receber e os valores apurados de incobrabilidade destes montantes são registados como imparidade deduzindo à receita reconhecida a quando da faturação.

7. Tarifas de Interligação

Em 31 de março de 2015, existem saldos em aberto com operadores nacionais, registados nas rubricas de clientes e fornecedores, no montante de 37.139.253 euros e 29.913.608 euros, respetivamente, que resultam de um diferendo mantido, entre a subsidiária, NOS SA e essencialmente, a MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. (anteriormente designada TMN-Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.), relativo à indefinição dos preços de interligação do ano de 2001, tendo os respetivos custos e proveitos sido registados nesse ano. Em Primeira Instância a sentença foi totalmente favorável à NOS SA. O Tribunal da Relação, em sede de recurso, julgou novamente improcedentes os intentos da MEO. Contudo, a MEO voltou a recorrer desta decisão, agora para o Supremo Tribunal de Justiça, o qual confirmou a decisão do Tribunal da Relação, por sentença já transitada em julgado, julgando improcedentes os intentos da MEO, concluindo assim que os preços de interligação do ano de 2001 não estavam definidos. A regularização dos valores em aberto vai depender do preço que vier a ser estabelecido.

8. CNPD

Processo de contraordenação no valor de cerca de 4,5 milhões de euros, instaurado pela Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) contra a NOS SA, por alegada violação de normas relacionadas com a proteção legal de dados. Logo durante a fase de projeto de decisão, a NOS SA alegou, por um lado, um conjunto de vícios processuais e, por outro, um conjunto de argumentos de facto e de direito que o Conselho de Administração entendia imporem uma decisão final de arquivamento do processo contraordenacional. Em 16 de janeiro de 2014, a NOS SA recebeu a Nota de Liquidação referente à coima aplicada pela CNPD, e impugnou judicialmente a coima. Em 8 de setembro de 2014, o Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão reduziu o valor da coima para 600 mil euros, tendo a NOS SA recorrido desta decisão. Decorrente destas decisões, a provisão inicial foi reduzida em 3,9 milhões de euros, afetando o resultado líquido do exercício de 2014. Em 5 de fevereiro de 2015, o Tribunal da Relação Lisboa em sede de recurso fixou a coima em 100 mil euros, decisão que transitou em julgado, tendo a NOS SA procedido ao respetivo pagamento em Abril de 2015 e reversão da provisão em 500 mil euros.

9. ANACOM

Processo de contraordenação relativo ao alegado incumprimento, pela NOS SA, de uma deliberação da Anacom em 26 de outubro de 2005, relativa ao tarifário de terminação de chamadas na rede fixa e que originou a aplicação de uma coima, no montante de cerca de 6,5 milhões de euros, à NOS SA, por deliberação do Conselho de Administração da Anacom, em abril de 2012. A NOS SA impugnou judicialmente a decisão e o tribunal declarou, em janeiro de 2014, a nulidade do processo (violação do direito de defesa da NOS SA). Em abril de 2014, a ANACOM notificou a NOS SA de um novo processo de contraordenação, tendo por base as mesmas acusações, processo que constitui uma repetição da acusação inicialmente apresentada contra a NOS SA. Em setembro de 2014 a ANACOM aplicou, com base nos mesmos factos, uma coima à NOS SA, no montante de cerca de 6,5 milhões de euros, tendo sido impugnado judicialmente tal decisão.

10. Prestações acessórias

A Administração Tributária defende que a NOS SA violou o princípio da plena concorrência estatuído no n.º 1 do artigo 58.º do CIRC, ao ter efetuado em exercícios anteriores prestações acessórias em benefício da sua participada NOS Towering, sem ter sido remunerada de harmonia com uma taxa de juro de mercado. Em consequência foi notificada, relativamente aos exercícios de 2004, 2005, 2006 e 2007 de correções ao apuramento do lucro tributável no valor total de 20,5 milhões de euros. A NOS SA impugnou as decisões referentes a todos os exercícios. Relativamente ao exercício de 2007, o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto já se pronunciou desfavoravelmente, tendo a empresa recorrido da decisão.



11. Cedência de créditos futuros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a NOS SA foi notificada do Relatório da Inspeção Tributária, onde se considera que é indevido o acréscimo, no apuramento do lucro tributável do exercício de 2008, do montante de 100 milhões de euros, respeitante ao preço inicial dos créditos futuros cedidos para titularização. Atendendo ao princípio da periodização do lucro tributável, a NOS SA foi posteriormente, notificada da dedução indevida do montante de 20 milhões de euros, no apuramento do lucro tributável dos exercícios de 2009 a 2012 (Relatório da Inspeção Tributária rececionado em janeiro de 2015). Dado que o acréscimo efetuado em 2008, não foi aceite por não cumprir o disposto no artigo 18º do CIRC, também nos exercícios seguintes a dedução correspondente aos créditos gerados nesses anos para cumprimento da amortização anual contratada no âmbito da operação (20 milhões por ano durante 5 anos) serão de eliminar no apuramento do lucro tributável. A NOS SA impugnou as decisões referentes aos exercícios de 2008, 2009, 2010 e 2011 e impugnará em seu devido tempo a decisão referente ao exercício de 2012. Relativamente ao exercício de 2008, o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto já se pronunciou desfavoravelmente, em março de 2014, tendo a empresa interposto o competente recurso.

12. Contribuição extraordinária para o fundo de compensação dos custos líquidos do serviço universal de comunicações eletrónicas (CSLU)

A Contribuição extraordinária para o fundo de compensação dos custos líquidos do serviço universal de comunicações eletrónicas (CSLU), está prevista nos artigos 17º a 22º, da Lei nº 35/2012, de 23 de Agosto. Desde 1995 até Junho de 2014, a PT Comunicações, SA (PTC) prestou o serviço universal de comunicações eletrónicas, em regime de exclusivo, tendo sido designada ilegalmente sem um procedimento concursal (aliás, como reconhecido pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, que através da sua decisão de junho de 2014 condenou o Estado Português ao pagamento de uma multa de 3 milhões de euros por designação ilegal da Portugal Telecom). De acordo com o Artigo 18º da referida Lei 35, os custos líquidos do operador responsável pelo serviço universal aprovados pelo ICP-ANACOM devem ser repartidos pelas outras empresas que ofereçam, no território nacional, redes de comunicações públicas e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público. A NOS fica assim abrangida por esta contribuição extraordinária visto que a PTC veio solicitar o pagamento dos CSLU ao fundo de compensação. O fundo de compensação pode ser acionado para compensar os custos líquidos do serviço universal de comunicações eletrónicas, relativos ao período anterior à designação do respetivo prestador por concurso, sempre que, cumulativamente, se verifique (i) a existência de custos líquidos, que sejam considerados excessivos, cujo montante seja aprovado pelo ICP-Anacom, na sequência de auditoria ao cálculo preliminar e respetivos documentos de suporte, que sejam transmitidos pelo prestador do serviço universal e (ii) o prestador do serviço universal solicite ao Governo a compensação dos custos líquidos que tenham sido aprovados nos termos da alínea anterior. Em Setembro de 2013, o ICP-Anacom deliberou a aprovação dos resultados finais da auditoria aos CSLU apresentados pela PTC, relativos ao exercício de 2007 a 2009, num montante total de cerca de 66,8 milhões de euros, decisão esta que foi impugnada pela NOS e em relação à qual a NOS foi, em Junho de 2014, notificada da contestação oferecida pelo ICP-Anacom. Ainda em Junho de 2014, o ICP-Anacom solicitou à NOS o envio da informação sobre o volume de negócios elegível, para efeito do pagamento da contribuição para o fundo de compensação relativa aos CSLU de 2007 a 2009, informação esta enviada com a ressalva de que tal não significava a aceitação ou concordância por parte da NOS quanto à existência de qualquer obrigação de efectuar o pagamento da contribuição extraordinária. Em novembro de 2014 o ICP – ANACOM deliberou a aprovação dos resultados finais da auditoria aos CSLU apresentados pela PTC, relativos ao exercício de 2010 a 2011, num montante total de cerca de 47 milhões de euros, decisão esta impugnada pela NOS. Após a conclusão de auditoria aos volumes de negócio elegível reportados em junho de 2014, o ICP – ANACOM, em janeiro de 2015, emitiu as notas de liquidação relativas à NOS no montante total de 18,6 milhões de euros referentes aos CSLU de 2007 a 2009, as quais serão impugnadas pela NOS e em relação às quais foi apresentada fiança, de modo a evitar os respetivos processos de execução fiscal. Acrescenta-se que é expectável que a PTC venha a submeter ao ICP-Anacom os cálculos dos CSLU incorridos no período entre 2012 e Junho de 2014, sendo estimado que o valor da contribuição referente à Optimus, SA, até à data da fusão, seja de 22 milhões de euros.

É entendimento do Conselho de Administração da NOS que esta contribuição extraordinária viola a Diretiva do Serviço Universal, na medida em que a PTC não foi designada como prestadora do serviço universal através de um procedimento concursal. Acresce que, considerando o quadro legal e o direito em vigor desde que a NOS iniciou a sua atividade, a exigência do pagamento da contribuição extraordinária viola o princípio da proteção da confiança, reconhecido a nível legal e constitucional no direito interno português. Por estas razões, a NOS irá impugnar judicialmente todas as liquidações de todas e cada uma das contribuições extraordinárias, sendo convicção do Conselho de Administração da NOS de que terão sucesso as impugnações efetuadas e a efetuar;

Independentemente da convicção do Conselho de Administração da NOS, foi atribuída, já em 2014, no período de alocação do Goodwill previsto pela IFRS 3, uma provisão para fazer face a esta situação, relativamente à eventual responsabilidade até à data da fusão.

É convicção do Conselho de Administração da Sonaecom que os processos acima descritos que possam resultar em contingências que afetem as contas do grupo NOS estão devidamente provisionados, atendendo ao grau de risco, nas contas consolidadas da Sonaecom.

9. Investimentos registados ao justo valor através de resultados

Em agosto de 2013, o grupo Sonaecom, em resultado do processo de fusão entre a Optimus SGPS e Zon, passou a deter ações NOS registadas ao justo valor através de resultados (Nota 8), uma vez que se trata da classificação inicial de um ativo detido com o propósito de venda no curto prazo. Conforme acordo parassocial, estas ações não conferem qualquer direito de voto adicional nem interferem na situação de controlo partilhado na ZOPT. Parte destas ações foram utilizadas no âmbito da Oferta Pública Geral e Voluntária de aquisição de ações próprias, conforme descrito abaixo.

No período findo em 31 de março de 2014 foram ainda adquiridas ações Sonaecom de acordo com o movimento abaixo descrito.

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante o período findo em 31 de março de 2015 e 2014 foram como segue:

						2015
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Aumento e diminuições do justo valor (Nota 20)	diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura MTIP*	Saldo final
NOS	57.661.618	-	-	16.573.860	-	74.235.478
Sonaecom SGPS	2.303.954	-	(450.640)	420.554	454.645	2.728.513
	59.965.572	-	(450.640)	16.994.414	454.645	76.963.991
Registado em ativos não correntes (Nota 4)						1.069.775
Registado em ativos correntes (Nota 4)						75.894.216
* Planos de incentivo de médio prazo						
						2014
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Aumento e diminuições do justo valor (Nota 20)	diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura MTIP*	Saldo final
NOS	202.442.350	-	(141.650.837)	1.979.919	-	62.771.432
Sonaecom SGPS	-	2.578.234	(851.758)	51.343	-	1.777.819
	202.442.350	2.578.234	(142.502.595)	2.031.262	-	64.549.251
Registado em ativos correntes						64.549.251
* Planos de incentivo de médio prazo						

Os aumentos e diminuições do justo valor são registados por contrapartida da rubrica 'Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo' da demonstração de resultados (Nota 20), com exceção dos aumentos e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura dos planos de incentivo de médio prazo cujo valor é registado na rubrica 'Outros custos operacionais' e 'Outros custos financeiros' da demonstração de resultados.

As diminuições a 31 de março de 2015 do investimento em ações Sonaecom SGPS, correspondem essencialmente ao pagamento do plano de incentivos de médio prazo vencido no período findo em 31 de março de 2015.

As diminuições a 31 de março de 2014 do investimento em ações NOS correspondem à contrapartida em ações NOS prevista nos termos de troca da Oferta Pública Geral e Voluntária de aquisição de ações próprias (Nota 13). Em resultado desta oferta a Sonaecom reduziu o seu investimento em ações NOS em 26.476.792 ações (141.650.837 euros), passando a deter 11.012.532 ações representativas do capital social da NOS, correspondentes a uma participação de 2,14%.

O valor registado em ativos não correntes corresponde ao investimento em ações Sonaecom SGPS, para cobertura dos planos de incentivo de médio prazo, cujo pagamento irá ocorrer em mais de um ano.



A determinação do justo valor do investimento detalha-se como segue:

2015	NOS	Sonae SGPS
Ações	11.012.532	1.926.916
Nível de inputs na hierarquia de justo valor	Nível 1	
Método de valorização	Preço cotado em bolsa	
Preço cotado*	6,741	1,416
Justo valor	74.235.478	2.728.513

* Utilizada a cotação de 31 de março de 2015 no apuramento do justo valor.

2014	NOS	Sonae SGPS
Ações	11.012.532	1.303.386
Nível de inputs na hierarquia de justo valor	Nível 1	
Método de valorização	Preço cotado em bolsa	
Preço cotado*	5,7	1,364
Justo valor	62.771.432	1.777.819

* Utilizada a cotação de 31 de março de 2014 no apuramento do justo valor.

10. Investimentos disponíveis para venda

Em 31 de março de 2015 e 2014, esta rubrica incluía investimentos financeiros classificados como disponíveis para venda e tinha a seguinte composição:

	%	2015	2014
Lusa – Agência de Notícias e Portugal, S.A.	1,38%	197.344	197.344
VISAPRESS - Gestão de Conteúdos dos Média, CRL	10,00%	5.000	5.000
Outros	-	10.710	13.104
Perdas por imparidade		(100.000)	100.000
		113.054	115.448

Em 31 de março de 2015, estes investimentos correspondem a participações de valor imaterial em empresas não cotadas e nas quais o grupo não detém influência significativa, pelo que o seu custo de aquisição foi considerado uma aproximação razoável do seu respetivo justo valor, ajustado, sempre que aplicável, pelas respetivas imparidades identificadas.

A aferição da existência, ou não, de imparidades para os investimentos acima descritos é efetuada recorrendo a comparações com a quota-parte do valor dos capitais próprios pertencentes ao grupo e com múltiplos de vendas e de EBITDA de empresas do mesmo setor.

A informação financeira relativa a estes investimentos pode ser resumida como segue (em milhares de euros):

	Ativo	Capital próprio	Dívida Bruta	Volume de Negócios	Resultado antes de juros, impostos e amortizações	Resultado Líquido
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. ⁽¹⁾	12.350	5.440	696	14.594	357	(802)
VISAPRESS - Gestão de Conteúdos dos Média, CRL ⁽¹⁾	40	2	-	45	(10)	(10)

⁽¹⁾ Valores em milhares de euros reportados a 31-12-2014.

11. Impostos diferidos

Os ativos por impostos diferidos, em 31 de março de 2015 e 2014, no montante de 6.604.112 euros e 5.033.127 euros, respetivamente, decorrem, essencialmente, de prejuízos fiscais reportáveis, benefícios fiscais, da diferença entre o valor contabilístico e fiscal de alguns ativos fixos e de outras diferenças temporárias. O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos nos períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014 foi como segue:

					2015
	Saldo em 31 dezembro 2014	Movimentos nos Impostos Diferidos do período	Utilização de Impostos diferidos	Registo/(Anulação) de Impostos Diferidos anos anteriores	Saldo em 31 março 2015
Prejuízos fiscais	2.397.494	61.226	(105.360)	-	2.353.360
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	1.726.512	(70.056)	-	(39.572)	1.616.884
Benefícios Fiscais (SIFIDE, RFAI e CFEI)	1.178.811	-	-	(216.620)	962.191
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos e outros	1.745.300	(63.083)	-	-	1.682.217
Efeito em resultados (Nota 21)	7.048.117	(71.913)	(105.360)	(256.192)	6.614.652
Unidades descontinuadas (Nota 3.d))	(169.548)	-	-	-	(169.548)
Outros	(41.339)	200.347	-	-	159.008
Saldo final	6.837.230	128.434	(105.360)	(256.192)	6.604.112

					2014
	Saldo em 31 dezembro 2013	Movimentos nos Impostos Diferidos do período	Utilização de Impostos diferidos	Registo/(Anulação) de Impostos Diferidos anos anteriores	Saldo em 31 março 2014
Prejuízos fiscais	848.995	192.494	-	-	1.041.489
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	1.510.903	(187.779)	-	(15.308)	1.307.816
Benefícios Fiscais (SIFIDE, RFAI e CFEI)	946.535	-	(153.151)	(56.312)	737.072
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	227	-	-	(81)	146
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos e outros	1.997.545	-	-	(63.042)	1.934.503
Efeito em resultados (Nota 21)	5.304.205	4.715	(153.151)	(134.743)	5.021.026
Outros	(104.319)	116.420	-	-	12.101
Saldo final	5.199.886	121.135	(153.151)	(134.743)	5.033.127

Os impostos diferidos relacionados com os ajustamentos na conversão para IAS/IFRS correspondem a diferenças temporárias geradas nas empresas incluídas na consolidação e resultam do facto de os ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, registados nestas empresas, à data de 31 de dezembro de 2009, já considerados nas demonstrações financeiras consolidadas em IAS/IFRS, de exercícios anteriores, apenas serem considerados para efeitos fiscais, linearmente, pelo período de 5 anos entre 2010 e 2014.

Em 31 de março de 2015 e 2014, foi efetuada uma avaliação dos impostos diferidos a recuperar e a reconhecer, de que decorrem, essencialmente, ativos por impostos diferidos, tendo os mesmos sido registados apenas na extensão em que era provável, com razoável segurança, que lucros tributáveis futuros estariam utilizáveis e contra os quais pudessem ser utilizadas as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos últimos planos de negócio aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração das empresas do grupo, periodicamente revistos e atualizados. Os principais critérios utilizados nesses planos de negócio encontram-se descritos na Nota 7.

Em 31 de março de 2015, a taxa de imposto a utilizar nas empresas portuguesas, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais é de 21% (23% em março de 2014), devido à alteração da taxa de IRC de 23% para 21% a partir de 2015. No caso das diferenças temporárias com origem em empresas portuguesas, nomeadamente das provisões não aceites e perdas de imparidade, a taxa a utilizar é de 22,5% (24,5% em março 2014). Não foi considerada derrama estadual por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa. Os benefícios fiscais, por se tratarem de deduções à coleta, são considerados a 100%, sendo que em alguns casos, a sua integral aceitação encontra-se dependente da

aprovação das autoridades concedentes de tais benefícios fiscais. Para as empresas estrangeiras foi utilizada a taxa em vigor em cada um dos países.

De acordo com as declarações fiscais e outra informação preparada pelas empresas que registam ativos por impostos diferidos, o detalhe dos mesmos em 31 de março de 2015, por situação geradora, era como segue:

Situação geradora	Empresas incluídas no RETGS*											2015	
		We Do Brasil	We Do USA	SSI Espanã	We Do Mexico	Saphety Brasil	S21 Sec Gestion	S21 Sec Institute	S21 Sec Labs	Lookwise	Total	Total Grupo Sonaecom	
Prejuízos fiscais reportáveis:													
A serem utilizados até 2023	-	-	-	-	125.160	-	-	-	-	-	-	125.160	125.160
A serem utilizados até 2025	-	-	-	126.288	-	-	-	-	-	-	-	126.288	126.288
A serem utilizados até 2026	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A serem utilizados até 2027	-	-	-	-	-	-	-	13.482	45.833	-	-	59.315	59.315
A serem utilizados até 2028	-	-	-	-	-	-	289.787	36.623	12.017	526.337	-	864.764	864.764
A serem utilizados até 2030	-	-	137.641	32.650	-	-	-	-	-	-	-	170.291	170.291
A serem utilizados até 2033	-	-	98.249	-	-	-	-	-	-	-	-	98.249	98.249
A serem utilizados até 2034	-	-	848.067	-	-	-	-	-	-	-	-	848.067	848.067
A serem utilizados até 2034	-	-	61.226	-	-	-	-	-	-	-	-	61.226	61.226
Prejuízos fiscais	-	-	1.145.183	158.938	125.160	-	289.787	50.105	57.850	526.337	2.353.360	2.353.360	2.353.360
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	784.873	206.424	327.215	-	162.892	8.167	23.132	-	-	-	727.830	1.512.703	1.512.703
Benefícios Fiscais (SIFIDE, RFAI e CFEI)	875.642	-	21.182	-	-	-	-	-	-	-	21.182	896.824	896.824
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos e outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.682.217	1.682.217
Outros	-	(19.023)	144.348	-	34.338	(655)	-	-	-	-	159.008	159.008	159.008
Total	1.660.515	187.401	1.637.928	158.938	322.390	7.512	312.919	50.105	57.850	526.337	3.261.380	6.604.112	6.604.112

* A partir de 2014, a Digitmarket foi incluída no RETGS, devido às alterações ocorridas na legislação aplicável.

Em 31 de março de 2015 e 2014, os valores de impostos diferidos não registados por, atualmente, não ser provável a existência de lucros fiscais futuros suficientes para os absorver eram como se segue:

	2015	2014
Prejuízos fiscais	8.743.145	6.087.577
Diferenças temporárias (provisões não aceites e outras diferenças temporárias)	30.435.191	35.095.847
Outros	677.935	1.312.096
Total	39.856.271	42.495.520



Em 31 de março de 2015 e 2014, os impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais não registados têm as seguintes datas limite de utilização:

Limite de utilização	2015	2014
2014	-	305.884
2015	1.206.773	1.234.808
2016	269.298	304.480
2017	183.243	209.189
2018	252.091	215.564
2019	372.923	347.638
2020	141.011	28.467
2021	86.539	53.860
2022	361.200	53.174
2023	99.785	11.676
2024	6.280	-
2025	123.915	-
2026	332.746	4.674
2027	229.243	-
2028	183.642	-
2029	1.154.359	-
2030	452.037	84.942
2031	89.045	105.369
2032	54.390	39.734
2033	10.109	-
Sem limite de utilização	3.134.516	3.088.118
	8.743.145	6.087.577

Os anos de 2028 e seguintes são aplicáveis a subsidiárias localizadas em países com um período de reporte de prejuízos fiscais superior a 12 anos.

Os passivos por impostos diferidos em 31 de março de 2014 no montante de 47.736 euros resultam essencialmente de diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos intangíveis.

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos, nos períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014, foi como segue:

	2015	2014
Saldo inicial	-	(89.522)
Diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e fiscal	-	41.488
Sub-total do efeito em resultados (Nota 21)	-	(48.034)
Outros	-	298
Saldo final	-	(47.736)

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014 é como segue:

	2015	2014 (reexpresso)
Resultado antes de imposto	21.818.991	7.176.985
Imposto	(4.581.988)	(1.650.707)
Ativos por impostos diferidos não registados nas contas individuais e/ou resultantes de ajustamentos de consolidação, tributação autónoma, derrama e outros ajustamentos contabilísticos não aceites fiscalmente	3.723.333	1.495.267
Registo/(anulação) de ativos por impostos diferidos relativos a exercícios anteriores e benefícios fiscais	256.192	(134.743)
Utilização de prejuízos fiscais e benefícios fiscais, sem registo de imposto diferido ativo em exercícios anteriores	205.675	45.145
Diferenças temporárias do exercício sem registo de impostos diferidos ativos	(713.581)	(82.270)
Impostos registados no período (Nota 21)	(1.110.369)	(327.308)



A taxa fiscal aplicável na reconciliação entre o gasto de impostos e o lucro contabilístico é de 21% (23% em 2014) por ser esta a taxa normal de IRC em Portugal, em 2015, país onde a quase totalidade dos rendimentos do grupo Sonaecom são tributados.

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da empresa e das empresas participadas com sede social em Portugal durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2011 (inclusive), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração do grupo corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2015.

12. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de março de 2015 e 2014, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2015	2014
Numerário	26.205	25.802
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	11.854.995	9.869.025
Aplicações de tesouraria	168.300.609	174.559.222
Caixa e equivalentes de caixa	180.181.809	184.454.049
Descobertos bancários (Nota 15)	(98.388)	(73.288)
	180.083.421	184.380.761

Em 31 de março de 2015 e 2014, a rubrica 'Aplicações de tesouraria' correspondia exclusivamente a aplicações bancárias.

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o período findo em 31 de março de 2015, venceram juros a uma taxa média de 0,23% (0,65% em 2014) estando distribuídas, aquela data, por 6 instituições financeiras.

13. Capital social

Em 31 de março de 2015 e 2014, o capital social da Sonaecom estava representado por 311.340.037 ações, correspondentes a ações ordinárias escriturais nominativas, com o valor unitário de 0,74 euros.

Nessas datas, a estrutura acionista era a seguinte:

	2015		2014	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Sontel BV	194.063.119	62,33%	194.063.119	62,33%
Sonae SGPS	81.022.964	26,02%	79.290.757	25,47%
Ações dispersas em Bolsa	30.682.940	9,86%	32.415.147	10,41%
Ações próprias (Nota 14)	5.571.014	1,79%	5.571.014	1,79%
	311.340.037	100,00%	311.340.037	100,00%

Em 5 de fevereiro de 2014, a Sonaecom publicou a decisão de lançar uma Oferta Pública, Geral e Voluntária de Aquisição de Ações Próprias representativas do capital social da Sonaecom.

A Oferta foi geral e voluntária, sendo o Oferente obrigado a adquirir a totalidade das ações objeto da oferta que foram, até ao final do respetivo período da Oferta, objeto de aceitação válida pelos destinatários da Oferta.



O período da Oferta, durante o qual foram recebidas as Ordens de Venda, decorreu ao longo de duas semanas, tendo início em 6 de fevereiro e término em 19 de fevereiro de 2014.

Em 20 de fevereiro de 2014, foram apurados os resultados da Oferta. O nível de aceitação atingiu 62%, correspondendo a 54.906.831 ações da Sonaecom. Em 2014 a Sonaecom reduziu assim o seu capital social em cerca de 136 milhões de euros, em resultado da extinção das ações próprias adquiridas (54.906.831 ações) e redução do valor nominal das restantes ações representativas do capital social da Sonaecom de 1 euro para 0,74 euros por ação. Na sequência deste resultado, o Euronext Lisbon anunciou a exclusão da Sonaecom do PSI-20 a partir de 24 de fevereiro de 2014.

Como contrapartida das ações próprias adquiridas neste processo de Oferta Pública Geral e Voluntária a Sonaecom entregou 26.476.792 ações representativas do capital social da NOS que se encontravam registadas no balanço por 141.650.837 euros (Nota 9) e o montante de 19.632 euros em dinheiro, pelo que em resultado desta Oferta Pública Geral e Voluntária, o ativo e o capital próprio da Sonaecom reduziu-se em 141.670.470 euros.

A totalidade das ações que representam o capital social da Sonaecom corresponde a ações autorizadas, subscritas e pagas. Todas as ações têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

14. Ações próprias

Durante o período findo em 31 de março de 2015, a Sonaecom não adquiriu, alienou ou entregou ações próprias, para além das ações próprias adquiridas no processo de Oferta Pública Geral e Voluntária referida na Nota 13, pelo que o montante detido à data é de 5.571.014 ações próprias representativas de 1,79% do seu capital social, a um preço médio de 1,380 euros.

15. Empréstimos

Em 31 de março de 2015 e 2014, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

a) Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo:

Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
					2015	2014
WeDo USA	Empréstimo bancário	-	abr-19	Parcelar	-	4.450.520
S21GES	Empréstimo bancário	1.229.223	jul-21	Parcelar	1.229.223	-
S21GES	Empréstimo bancário	600.919	jul-21	Parcelar	600.919	-
S21GES	Empréstimo bancário	573.839	jul-21	Parcelar	573.839	-
S21GES	Empréstimo bancário	547.000	jul-21	Parcelar	547.000	-
S21GES	Empréstimo bancário	309.000	jul-21	Parcelar	309.000	-
S21GES	Empréstimo bancário	296.000	jul-21	Parcelar	296.000	-
S21GES	Empréstimo bancário	192.000	jul-21	Parcelar	192.000	-
S21 Sec Labs	Subsídios reembolsáveis	-	jun-24	Parcelar	2.046.893	-
S21 Sec Gestion	Subsídios reembolsáveis	-	jun-25	Parcelar	1.701.292	-
Lookwise	Subsídios reembolsáveis	-	dez-25	Parcelar	1.215.945	-
Saphety	Suprimentos de minoritários	-	-	-	451.322	451.322
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	(152.924)	(110.166)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	31.871	73.970
					9.042.380	4.865.646
					9.042.380	4.865.646

b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos:

Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
					2015	2014
Sonaecom SGPS	'Obrigações Sonaecom SGPS 2013'	20.000.000	Jun-14	Final	-	20.000.000
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	-	(88.934)
	Juros corridos não vencidos	-	-	-	-	303.468
						20.214.534
WeDo USA	Empréstimo bancário	-	abr-14/out-14	-	-	989.004
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	200.000	jul-15	-	199.912	-
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	150.000	jul-15	-	150.000	-
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	150.000	jul-15	-	112.287	-
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	100.000	jul-15	-	100.000	-
S21 Sec Gestion	Factoring	300.000	jul-15	-	-	-
S21 Sec Gestion	Factoring	400.000	jul-15	-	151.390	-
S21 Sec Labs	Subsídios reembolsáveis	-	dez-15	-	160.838	-
Lookwise	Subsídios reembolsáveis	-	dez-15	-	179.164	-
S21 Sec Gestion	Subsídios reembolsáveis	-	dez-15	-	156.417	-
Diversas	Descobertos bancários (Nota 12)	-	-	-	98.388	73.288
					1.308.396	1.062.292
					1.308.396	21.276.826

Empréstimos Obrigacionistas

Em maio de 2013, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 20 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de três anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pela Caixa Económica Montepio Geral. Este empréstimo foi reembolsado antecipadamente em junho de 2014.

O empréstimo acima mencionado não tinha garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos era, exclusivamente, garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da respetiva empresa devedora.

Programas de Papel Comercial

Em junho de 2010, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 15 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de três anos, organizado pela Caixa Económica Montepio Geral. Em junho de 2013 foi efetuado um aditamento ao contrato que o prolongou por um ano, automaticamente prorrogável por iguais períodos até ao máximo de 5 anos tendo sido, em março de 2014, cedida esta linha à Sonae SGPS.

O empréstimo acima mencionado não tinha garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos era exclusivamente garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da respetiva empresa devedora.

Linhas de crédito bancário de curto prazo

A Sonaecom dispõe de uma linha de crédito bancário de curto prazo, sob a forma de conta corrente e autorização de descoberto em conta, no montante de 1 milhão de euros e a S21GES no montante de cerca de 756 mil euros com prazos, geralmente, até um ano.

Todos os Programas de Papel Comercial e linhas de crédito bancário de curto prazo foram contraídos em euros e vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respetivo prazo.

Subsídios reembolsáveis

Em 31 de março de 2015 o Grupo tinha subsídios reembolsáveis obtidos de entidades dependentes do Governo de Navarra, CDTI e 'Ministerio de Ciencia y Tecnología'. Estes subsídios são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva e apresentam o seguinte plano de reembolso:

	2015
2015	496.419
2016	866.430
2017	1.039.114
2018	1.025.130
2019 e seguintes	2.033.456
	5.460.549

Estes subsídios vencem juros a taxas compreendidas entre os 0% e os 4%.

Outros

Em abril de 2012, a Wedo Americas procedeu à contratação de um empréstimo de longo prazo junto do Espirito Santo Bank, no valor de 7,5 milhões USD e pelo prazo de 7 anos. O plano de reembolso deste financiamento era composto por 11 *tranches* semestrais, tendo sido a primeira exigível em abril de 2014. Este empréstimo foi antecipadamente reembolsado em outubro de 2014.

Os empréstimos da S21 Sec. Gestion podem ser detalhados como se segue:

				2015
Denominação	Limite	Vencimento	Banco	
Empréstimo bancário	1.229.223	jul-21	Popular	
Empréstimo bancário	600.919	jul-21	Santander	
Empréstimo bancário	573.839	jul-21	BBVA	
Empréstimo bancário	547.000	jul-21	Bankinter	
Empréstimo bancário	309.000	jul-21	Sabadell	
Empréstimo bancário	296.000	jul-21	Popular	
Empréstimo bancário	192.000	jul-21	La Caixa	

A taxa de juro média destes empréstimos em 31 de março de 2015 foi de 3,01%.

Em 31 de março de 2015, os principais condicionalismos financeiros (covenants) incluídos em contratos de dívida estão relacionados com cláusulas de *Negative pledge*, as quais impõem determinadas restrições, nomeadamente, à oeração ou constituição de garantias reais sobre os bens, elementos ou ativos do seu património das subsidiárias, à alteração das atividades principais empresas, à emissão de novas ações ou alteração dos direitos acionistas. As penalidades aplicáveis no caso de incumprimento destes condicionalismos financeiros traduzem-se genericamente no pagamento antecipado do financiamento obtido.

Em 31 de março de 2015 e na presente data, a Sonaecom cumpria integralmente todos os condicionalismos financeiros acima mencionados.

Em 31 de março de 2015 e 2014, as dívidas a instituições de crédito (valores nominais), relacionadas com empréstimos classificados em médio e longo prazo, tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto (valores determinados com base nas últimas taxas fixadas para cada tipo de empréstimo):

	Em 12 meses	Entre 12 e 24 meses	Entre 24 e 36 meses	Entre 36 e 48 meses	Entre 48 e 60 meses	Entre 60 e 72 meses
2015						
Outros empréstimos S21GES:						
Amortização	-	-	185.913	874.779	865.083	1.822.129
Juros	115.902	112.809	131.734	166.717	123.119	116.829
	115.902	112.809	317.647	1.041.496	988.202	1.938.958
2014						
Outros empréstimos Wedo USA:						
Amortização	-	989.005	989.005	989.005	989.005	494.500
Juros	125.721	99.936	73.649	47.541	21.577	1.007
	125.721	1.088.941	1.062.654	1.036.546	1.010.582	495.507

Os suprimentos de minoritários, não têm qualquer maturidade definida.

Em 31 de março de 2015 e 2014, as linhas de crédito bancário disponíveis pelo grupo são como segue:

Empresa	Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Maturidade	
					Até 12 meses	Mais de 12 meses
2015						
Sonaecom	Descobertos autorizados	1.000.000	-	1.000.000	x	
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	200.000	199.912	88	x	
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	150.000	150.000	-	x	
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	150.000	112.287	37.713	x	
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	125.457	-	125.457		x
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	100.000	100.000	-	x	
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	30.191	-	30.191		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	1.229.223	1.229.223	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	600.919	600.919	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	573.839	573.839	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	547.000	547.000	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	309.000	309.000	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	296.000	296.000	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	192.000	192.000	-		x
Outras	Diversos	-	151.390	-	x	
		5.503.629	4.461.570	1.193.449		
2014						
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	20.000.000	20.000.000	-	x	
Sonaecom	Descobertos autorizados	1.000.000	-	1.000.000	x	
WeDo USA	Empréstimo bancário	5.439.524	5.439.524	-	x	x
Outras	Diversos	-	73.288	-	x	
		26.439.524	25.512.812	1.000.000		

Em 31 de março de 2015 e 2014 não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro pelo que a totalidade da dívida bruta encontra-se exposta a alterações nas taxas de juro de mercado.

16. Outros passivos financeiros não correntes

Em 31 de março de 2015 e 2014, esta rubrica era composta por saldos de fornecedores de ativos fixos tangíveis e de ativos intangíveis relativos a contratos de *leasing* cujo vencimento é superior a um ano nos montantes de 491.436 euros e 387.176 euros, respetivamente.



O plano de reembolso previsto para estes saldos, a 31 de março de 2015 e 2014 era o seguinte:

	2015		2014	
	Pagamentos de leasing	Atualização dos pagamentos de leasing	Pagamentos de leasing	Atualização dos pagamentos de leasing
2014	-	-	152.371	134.876
2015	252.154	223.741	169.571	152.728
2016	300.274	277.974	154.380	144.529
2017	275.355	266.687	133.420	129.904
2017 e seguintes	16.970	17.114	-	-
	844.753	785.516	609.742	562.037
Juros	(59.717)	-	(47.704)	-
	785.036	785.516	562.038	562.037
Parcela curto prazo (Nota 18)	-	(294.080)	-	(174.861)
	785.036	491.436	562.038	387.176

17. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas durante os períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	Saldo inicial	Reforço	Redução	Utilização e Transferências	Saldo final
2015					
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber	3.814.053	98.844	(99.265)	(45.286)	3.768.346
Perdas por imparidade acumuladas em inventários	25.000	-	-	-	25.000
Provisões para outros riscos e encargos	2.579.321	267.984	(23.900)	(2.582)	2.820.823
	6.418.374	366.828	(123.165)	(47.868)	6.614.169
2014					
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber	3.999.525	-	(3.500)	-	3.996.025
Perdas por imparidade acumuladas em inventários	25.000	-	-	-	25.000
Provisões para outros riscos e encargos	3.060.986	117.487	(5.914)	(256.494)	2.916.065
	7.085.511	117.487	(9.414)	(256.494)	6.937.090



Os valores de reforços e reduções das Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber e das Provisões para outros riscos e encargos em 31 de março de 2015 e 2014 podem ser detalhados como se segue:

	2015		2014	
	Reforço	Redução	Reforço	Redução
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber				
Registadas na linha de 'Provisões e perdas por imparidade' (reforços) e em 'Outros proveitos operacionais' (reduções)	98.844	(99.265)	-	(3.500)
Total reforços/(reduções) de perdas por imparidade acumuladas em contas a receber	98.844	(99.265)	-	(3.500)
Provisões para outros riscos e encargos				
Registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento' (Nota 21)	129.416	(23.900)	95.190	(5.914)
Registado por contrapartida de 'Ativos fixos tangíveis' respeitante à provisão para desmantelamento e abandono de escritórios líquido do valor registado em 'Outros custos financeiros', respeitante à atualização da provisão para desmantelamento, conforme previsto na IAS 16 - 'Ativos fixos tangíveis' (Nota 1.c))	424	-	1.896	-
Registado, na demonstração de resultados, em 'Ganhos e perdas relativos a empresas associadas e controladas conjuntamente', relativo ao registo da provisão resultante da aplicação do método de equivalência patrimonial (Nota 8)	32.043	-	20.401	-
Outros aumentos e reversões - registadas na linha de 'Provisões e perdas por imparidade'	106.101	-	-	-
Total reforços/(reduções) de provisões para outros riscos e encargos	267.984	(23.900)	117.487	(5.914)
Total registado na Demonstração de resultados na linha de 'Provisões e perdas por imparidade' (reforços) e em 'Outros proveitos operacionais' (reduções)	204.945	(99.265)	-	(3.500)

A 31 de março de 2015 e 2014, o detalhe das provisões para outros riscos e encargos é como segue:

	2015	2014
Contingências diversas	1.923.808	243.969
Processos judiciais em curso	120.197	1.750.043
Desmantelamentos	48.920	179.646
Outras responsabilidades	727.898	742.407
	2.820.823	2.916.065

A 31 de março de 2015 e 2014, o valor das provisões para desmantelamentos encontra-se registado pelo valor presente tendo em consideração a data de utilização das mesmas, de acordo com a IAS 37 – 'Provisões, Passivos e Ativos Contingentes'.

A rubrica de 'Contingências diversas' diz respeito a passivos prováveis resultantes de transações diversas efetuadas em períodos anteriores e cuja saída de fundos é provável.

Relativamente às provisões constituídas para processos judiciais em curso e para outras responsabilidades, dada a incerteza de tais processos, o Conselho de Administração não consegue estimar, com fiabilidade, o momento em que tais provisões terão de ser utilizadas, pelo que não se procedeu à atualização financeira dos mesmos.

18. Outros passivos financeiros

Em 31 de março de 2015, a rubrica 'Outros passivos financeiros' inclui o montante de 294.080 euros (174.861 euros em 2014) relativos à parcela de curto prazo dos contratos de *leasing* (Nota 16).



19. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de março de 2015 e 2014, a rubrica 'Fornecimentos e serviços externos' apresentava a seguinte composição:

	2015	2014 (reexpresso - Nota 1)
Subcontratos	4.792.084	4.790.324
Trabalhos especializados	1.544.273	1.165.795
Rendas e alugueres	1.326.371	981.973
Deslocações e estadas	1.215.111	995.462
Publicidade e propaganda	605.749	580.956
Comunicação	318.866	309.839
Honorários	309.322	303.539
Comissões	207.676	64.323
Eletricidade	93.185	60.680
Conservação e reparação	83.956	43.274
Outros	452.508	373.872
	10.949.101	9.670.037

Os compromissos assumidos em 31 de março de 2015 e 2014 com contratos de locação operacional são como seguem:

	2015	2014 (reexpresso - Nota 1)
Pagamentos mínimos de locação operacional:		
2014	-	2.127.651
2015	3.370.005	2.563.853
2016	3.061.377	2.148.994
2017	2.357.858	1.633.305
2018	1.867.792	1.057.411
2019 e seguintes	1.240.921	181.117
Renováveis por 1 ano	957.394	1.360.422
	12.855.347	11.072.753

Durante o período findo em 31 de março de 2015 foram reconhecidos 1.165.798 euros (968.874 euros em 31 de março de 2014) na rubrica de 'Fornecimentos e serviços externos' relativos a rendas de locações operacionais, registados essencialmente na rubrica 'Rendas e alugueres'.



20. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014 têm a seguinte composição ((custos)/proveitos):

	2015	2014 (reexpresso - Nota 1)
Resultados financeiros relativos a empresas associadas e controladas conjuntamente:		
Ganhos e perdas relacionadas com a aplicação do método de equivalência patrimonial (Nota 8)	5.066.618	5.044.290
	5.066.618	5.044.290
Ganhos e perdas em Investimentos registados ao justo valor através de resultados		
Ganhos relativos a Investimentos registados ao justo valor através de resultados (Nota 9)	16.994.414	2.031.262
	16.994.414	2.031.262
Custos financeiros:		
Juros suportados:		
Empréstimos bancários	(155.102)	(302.759)
Juros de leasing	(126.543)	(224.540)
Juros de leasing	(12.658)	(53.555)
Outros juros	(15.901)	(24.664)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(262.857)	(89.382)
Outros custos financeiros	(58.803)	(314.165)
	(476.762)	(706.306)
Proveitos financeiros:		
Juros obtidos	124.352	665.834
Diferenças de câmbio favoráveis	861.772	69.219
Outros proveitos financeiros	-	157.791
	986.124	892.844

Nos períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014, a rubrica 'Juros obtidos' inclui, principalmente, juros relativos a aplicações de tesouraria.

21. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014 é composto como segue ((custos)/proveitos):

	2015	2014 (reexpresso)
Imposto corrente	(571.388)	(3.660)
Provisão para impostos líquida da redução (Nota 17)	(105.516)	(89.276)
Imposto diferido ativo (Nota 11)	(433.465)	(283.179)
Imposto diferido passivo (Nota 11)	-	41.488
	(1.110.369)	(334.627)

22. Partes relacionadas

Durante os períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014, os saldos e transações mantidos com partes relacionadas respeitam, essencialmente, à atividade operacional do grupo, bem como à concessão e obtenção de empréstimos.

Os saldos e transações mais significativos efetuados com entidades relacionadas (as quais se encontram descritas em anexo), durante os períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014, foram os seguintes:

	Saldos em 31 de março de 2015		
	Contas a receber	Contas a pagar	Outros ativos / (passivos)
Empresa-mãe			
Sonae SGPS	(871)	58.025	(10.456)
Outras partes relacionadas			
Zopt SGPS	7.315.500	-	-
Artis	-	6.396	(398.196)
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	369.854	370.923	1.755
NOS Comunicações	-	-	(78.387)
Raso Viagens	7.644	320.380	4.687
SC-Sociedade de Consultadoria	373.715	-	(139.895)
Sonae Indústria PCDM	164.485	-	-
Sonaecenter II	2.080.475	181.425	(1.025.170)
Worten	41.117	(1.485)	-
NOS SGPS	25.177	106.433	-
	10.377.096	1.042.097	(1.645.662)

	Saldos em 31 de março de 2014		
	Contas a receber	Contas a pagar	Outros ativos / (passivos)
Empresa-mãe			
Sonae SGPS	1.348	-	(6.755)
Outras partes relacionadas			
Artis	1.246.651	16.871	(276.392)
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	340.825	31.403	(298.455)
NOS Comunicações	955.647	393.981	(150.564)
Raso Viagens	20.267	345.784	(4.694)
SC-Sociedade de Consultadoria	549.344	1.242	(178.023)
Sierra Portugal	563.601	(724)	180.778
Sonae Indústria PCDM	191.818	-	-
Sonaecenter II	1.428.437	(3.890)	(650.917)
Worten	39.431	(2.256)	-
NOS SGPS	115.371	-	-
	5.452.740	782.411	(1.385.022)



	Transações durante o período findo em 31 de março de 2015			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos (Nota 19)	Juros obtidos / (suportados) (Nota 20)	Proveitos suplementares
Empresa-mãe				
Sonae SGPS	1	-	6	-
Subsidiárias				
Unipress	-	129.909	-	37.500
Outras partes relacionadas				
Be Artis	1.765.740	-	-	-
MDS	-	1.815	-	-
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	203.764	(284.787)	-	124.668
NOS Comunicações	365.377	140.733	-	16.825
Raso Viagens	1.780	369.263	-	-
SC-Sociedade de Consultadoria	256.867	-	-	-
Sonae Indústria PCDM	132.310	-	-	-
Sonaecenter II	4.198.307	92.178	-	-
NOS SGPS	-	-	-	-
	6.924.146	449.111	6	178.993

	Transações durante o período findo em 31 de março de 2014 (reexpresso)			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos (Nota 19)	Juros obtidos / (suportados) (Nota 20)	Proveitos suplementares
Empresa-mãe				
Sonae SGPS	1.805	(771)	453.180	-
Subsidiárias				
Unipress	41.263	148.553	-	-
Outras partes relacionadas				
Be Artis	1.837.094	23.438	-	-
MDS	-	1.833	-	-
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	194.511	6.156	-	19.418
NOS Comunicações	378.387	175.476	-	24.972
Raso Viagens	16.119	395.964	-	-
SC-Sociedade de Consultadoria	554.547	-	-	-
Sonae Indústria PCDM	270.393	-	-	-
Sonaecenter II	2.113.317	42.311	-	-
NOS SGPS	170	(7.936)	1.329	-
	5.407.606	785.024	454.509	44.390

Durante o exercício de 2012, o Grupo celebrou um contrato com a Sonae SGPS, S.A., no qual esta se obrigou a proceder, até ao termo do exercício de 2016 à transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo. O preço médio deste contrato era 1,184 euros por ações e foi pago antecipadamente à Sonae SGPS, S.A. o montante de 3.291.520. Durante o período findo em 31 de março de 2013, a Sonaecom antecipou parcialmente o vencimento do contrato, originando um recebimento de 4.444.207 euros. No dia 11 de julho de 2014 a empresa cessou o contrato acima referido pelo que, desta forma, a Sonae SGPS, S.A. restituiu o valor remanescente em dívida.

Durante o período findo em 31 de março de 2015, a empresa reconheceu o montante de 7.315.500 euros referente a dividendos a receber da Zopt SGPS (Nota 8).

As transações efetuadas entre empresas do grupo foram eliminadas no processo de consolidação, pelo que não são divulgadas nesta nota.

Todas as transações acima referidas foram efetuadas a preços de mercado.

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias. Durante os períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014, não foram reconhecidas perdas de imparidade em contas a receber de entidades relacionadas.



Uma listagem integral das partes relacionadas do grupo Sonaecom é apresentada em anexo ao presente relatório.

23. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 31 de março de 2015 e 2014, tinha a seguinte composição:

Empresa	Beneficiário da garantia	Descrição	2015	2014
We Do, WeDo Egpto e S21 Sec Gestion	Digi Tecomunications; Emirates Telecom. Corp.; Group Etisalat; Scotia Leasing Panama; Viva Bahrain; Zain Jordan; TT dotCom Snd Bhd; Empresa de Telecomunicaciones; Sociedad Estatal de Correos y Telegrafos; Asiacell Communicationes e Oman Telecomunications	Boa execução de trabalhos a realizar	1.479.550	902.842
Sonaecom	Direção de Contribuições e Impostos	Reembolso de IVA	1.435.379	1.435.379
S21 Sec Gestion, S21 Sec Labs e Lookwise	Centro para Desarrollo Tecnolo; Ministerio de Indústria e Ingenieria de sistemas para la Defensa de España, S.A.	Incentivos	1.311.276	-
We Do e Saphety	IAPMEI	Projetos OREN	334.299	392.707
Sonaecom e Público	Direção de Contribuições e Impostos e Autoridade Tributária e Aduaneira	Liquidações adicionais de IRC, IS, IVA	240.622	240.622
Várias	Outros		560.253	322.811
			5.361.379	2.391.519

Adicionalmente a estas garantias, foram constituídas fianças relativas a processos fiscais em curso. A Sonae SGPS constituiu-se fiadora da Sonaecom SGPS, até ao montante de 6.594.560 euros e a Sonaecom SGPS constituiu-se fiadora da NOS Comunicações até ao montante de 10.502.945 euros e do Público até ao montante de 565.026 euros.

Em 31 de março de 2015, é convicção do Conselho de Administração do grupo que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas anexas.

24. Informação por segmentos

Atendendo à descontinuação da atividade das Telecomunicações (Nota 8), nos períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014 foram identificados como segmentos de negócio os seguintes:

- Multimédia;
- Sistemas de informação; e
- Atividades de Holding.

Estes segmentos foram identificados tendo em consideração os seguintes critérios/condições: o facto de serem unidades do grupo que desenvolvem atividades onde se podem identificar separadamente as receitas e as despesas, em relação às quais é desenvolvida informação financeira separadamente, os seus resultados operacionais são regularmente revistos pela gestão e sobre os quais esta toma decisões sobre, por exemplo, alocação de recursos, o facto de terem produtos/serviços semelhantes e ainda tendo em consideração o *threshold* quantitativo (conforme previsto na IFRS 7).

O segmento denominado 'Atividades de Holding' engloba todas as operações realizadas pelas empresas do grupo cuja atividade principal corresponde à gestão de participações sociais.

As restantes atividades do grupo, para além das acima identificadas, encontram-se classificadas como não alocadas.

As transações ocorridas nos períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014 inter-segmentos foram anuladas no processo de consolidação. Todas estas transações foram efetuadas a preços de mercado.



As transferências e transações entre segmentos são efetuadas nas condições comerciais e termos contratuais idênticos aos praticados para entidades terceiras, sendo na sua maioria relativas a juros de aplicações de tesouraria e *fees* de gestão.

No período findo em 31 de março de 2014, em resultado da venda da Mainroad (Nota 3.d)), esta foi classificada, para efeitos de apresentação, como uma unidade operacional descontinuada. Conforme previsto pela IFRS 5, foram efetuadas alterações nas Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza para o período findo em 31 de março de 2014 para refletir numa quantia única na face da demonstração dos resultados, os lucros ou prejuízos após os impostos das unidades operacionais descontinuadas (Nota 25).

A principal informação relativa aos segmentos de negócio existentes em 31 de março de 2015 e 2014, preparada de acordo com as mesmas políticas e critérios contabilísticos adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, é como segue:

	Multimédia		Sistemas de Informação		Atividades de Holding		Sub-Total		Eliminações e outros		Total	
	mar-15	mar-14	mar-15	mar-14 (reexpresso - Nota 1)	mar-15	mar-14	mar-15	mar-14 (reexpresso - Nota 1)	mar-15	mar-14 (reexpresso - Nota 1)	mar-15	mar-14 (reexpresso - Nota 1)
Proveitos:												
Vendas e Prestações de serviços	3.699.831	3.720.742	28.328.320	23.386.436	96.460	105.658	32.124.611	27.212.836	(160.144)	95.324	31.964.467	27.308.160
Redução de provisões	-	3.500	-	-	-	-	-	3.500	-	-	-	3.500
Outros proveitos operacionais	74.571	71.678	385.015	147.719	46.884	54.330	506.470	273.727	(28.834)	3.460	477.636	277.187
Total de proveitos	3.774.402	3.795.920	28.713.335	23.534.155	143.344	159.988	32.631.081	27.490.063	(188.978)	98.784	32.442.103	27.588.847
Amortizações e depreciações	(133.754)	(129.535)	(1.730.384)	(1.110.572)	(3.826)	(4.361)	(1.867.964)	(1.244.468)	(19.882)	(3.700)	(1.887.846)	(1.248.168)
Provisões e perdas de imparidade	421	-	(158.876)	-	(46.490)	-	(204.945)	-	-	-	(204.945)	-
Resultado operacional do segmento	(820.778)	(954.599)	367.726	1.441.071	(345.598)	(540.655)	(798.650)	(54.183)	47.247	(30.920)	(751.403)	(85.103)
Juros obtidos	54	1.978	18.108	69.718	382.341	984.720	400.503	1.056.416	(276.152)	(390.582)	124.351	665.834
Juros suportados	(98.220)	(113.435)	(290.408)	(331.975)	(33.664)	(237.188)	(422.292)	(682.598)	267.190	379.839	(155.102)	(302.759)
Ganhos e perdas em Investimentos registados ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	16.994.414	2.031.262	16.994.414	2.031.262	-	-	16.994.414	2.031.262
Ganhos e perdas em associadas	(4.320)	89.895	(25.666)	-	5.096.605	-	5.066.619	89.895	(1)	4.954.395	5.066.618	5.044.290
Outros resultados financeiros	(316)	(1.284)	573.858	(94.477)	(958.180)	(698.578)	(384.638)	(794.339)	924.751	617.802	540.113	(176.537)
Impostos sobre o rendimento	182.044	226.477	(1.225.581)	(553.900)	(63.193)	463	(1.106.730)	(326.961)	(3.639)	(348)	(1.110.369)	(327.308)
Resultado líquido consolidado do período das operações continuadas	(741.536)	(750.968)	(581.963)	530.437	21.072.725	1.540.024	19.749.226	1.319.493	959.396	5.530.186	20.708.622	6.849.679
Resultado líquido do período de operações descontinuadas	-	-	-	288.466	-	-	-	288.466	-	-	-	314.931
Atribuível a:												
Acionistas da empresa mãe	(741.536)	(750.968)	(9.891)	839.677	21.072.725	1.540.024	20.321.298	1.628.733	964.733	5.555.119	21.286.031	7.183.852
Interesses sem controlo	-	-	(572.072)	(20.774)	-	-	(572.072)	(20.774)	(5.337)	1.532	(577.409)	(19.242)
Ativos:												
Ativos fixos tangíveis, intangíveis e Goodwill	1.487.828	2.128.938	77.863.498	78.225.380	38.981	55.441	79.390.307	80.409.759	(21.475.047)	(29.596.161)	57.915.260	50.813.598
Inventários	269.783	347.197	1.388.005	34.119	-	-	1.657.788	381.316	-	-	1.657.788	381.316
Investimentos financeiros	923.794	1.014.562	10.908	2.494	663.348.783	649.950.350	664.283.485	650.967.406	63.654.762	62.066.245	727.938.247	713.033.651
Outros ativos não correntes	3.570	3.570	6.894.634	5.363.351	167.991.642	174.738.642	174.889.846	180.105.563	(167.967.464)	(175.024.841)	6.922.382	5.080.722
Outros ativos correntes do segmento	5.654.654	6.495.426	56.633.567	54.150.202	269.834.877	259.133.707	332.123.098	319.779.335	(6.676.682)	(16.664.212)	325.446.416	303.115.123
Passivos:												
Passivos do segmento	15.628.056	14.679.674	78.130.999	71.127.709	5.981.456	25.117.288	99.740.511	110.924.671	(27.142.284)	(30.590.712)	72.598.227	80.333.959
CAPEX	118.178	121.481	1.637.173	1.413.352	(2)	4.079.124	1.755.349	5.613.956	40.303	(1.486.051)	1.795.652	4.127.905



Durante os períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014, as vendas e prestações de serviços inter-segmentos foram como segue:

	Multimédia	Sistemas de Informação	Atividades de Holding
2015			
Multimédia	-	36.493	-
Sistemas de Informação	-	-	80.593
Atividades de Holding	-	14.189	-
Cientes externos	3.699.831	28.277.638	15.867
	3.699.831	28.328.320	96.460
2014 (reexpresso - Nota 1)			
Multimédia	-	31.352	34.346
Sistemas de Informação	147	-	71.312
Atividades de Holding	-	509	-
Cientes externos	3.720.595	23.354.575	-
	3.720.742	23.386.436	105.658

Durante os períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014, as vendas e prestações de serviços dos segmentos de Multimédia e Atividades de Holding foram obtidas predominantemente no mercado português, representando este mercado mais de 90% do rédito.

Durante o período findo em 31 de março de 2015, para o segmento Sistemas de Informação, também o mercado português é preponderante, representando 37,8% do rédito (76,4% em 2014) seguido dos mercados espanhol e brasileiro, representando 17,9% e 9,1% do rédito (2,9% e 6,6% em 2014), respetivamente.

As demonstrações financeiras consolidadas da NOS a 31 de março de 2015 e 2014, incorporadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom através da ZOPT pelo método da equivalência patrimonial (Notas 8), podem ser resumidas como se segue:

Balanços consolidados condensados

(Montantes expressos em milhares de euros)	março 2015	março 2014 (reexpresso)
Ativo		
Ativos fixos tangíveis	1.143.425	1.077.736
Ativos intangíveis	1.168.467	1.152.423
Impostos diferidos ativos	136.660	150.644
Outros ativos não correntes	48.227	58.699
Ativo não corrente	2.496.779	2.439.502
Cientes	331.663	288.034
Caixa e equivalentes de caixa	10.802	22.898
Outros ativos correntes	141.004	108.475
Ativo corrente	483.469	419.407
Total do ativo	2.980.248	2.858.909
Passivo		
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	782.860	731.752
Provisões para outros riscos e encargos	131.845	125.995
Outros passivos não correntes	48.555	46.070
Passivos não correntes	963.260	903.817
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	339.250	339.565
Fornecedores	327.253	283.743
Outros passivos correntes	267.377	256.216
Passivos correntes	933.880	879.524
Total do passivo	1.897.140	1.783.341
Capital próprio excluindo interesses sem controlo	1.073.325	1.065.634
Interesses sem controlo	9.783	9.934
Total do capital próprio	1.083.108	1.075.568
Total do capital próprio e do passivo	2.980.248	2.858.909



Demonstrações consolidadas condensadas dos resultados por natureza

(Montantes expressos em milhares de euros)	março 2015	março 2014 (reexpresso)
Receitas totais	344.075	337.344
Custos e perdas		
Custos diretos e Fornecimentos e serviços externos	(147.038)	(143.780)
Amortizações	(87.694)	(83.871)
Outros custos operacionais	(67.868)	(61.615)
	(302.600)	(289.266)
Resultados financeiros	(11.800)	(15.187)
Imposto sobre o rendimento	(6.455)	(7.327)
Resultado líquido consolidado do período	23.220	25.564
Resultado líquido consolidado do período atribuível a interesses sem controlo	(23)	301
Atribuível a acionistas da empresa mãe	23.243	25.263

25. Unidades descontinuadas

O resultado líquido das operações descontinuadas pode ser detalhado como se segue:

	31 de março de 2014
Vendas	-
Prestações de serviços	3.815.248
Outros proveitos operacionais	60.095
	3.875.343
Custo das vendas	-
Fornecimentos e serviços externos	(2.126.123)
Custos com o pessoal	(1.160.655)
Amortizações e depreciações	(173.482)
Provisões e perdas de imparidade	-
Outros custos operacionais	(2.139)
	(3.462.399)
Outros custos financeiros	(2.846)
Outros proveitos financeiros	-
Resultados correntes	410.098
Imposto sobre o rendimento	(95.167)
Resultado líquido do período de operações descontinuadas	314.931
Ganho / (perda) resultante da alienação (Nota 3.d)	12.615.266

O resultado líquido do período de 31 de março de 2014 corresponde ao resultado líquido gerado pela Mainroad no montante de 314.391 euros e do ganho resultante da sua alienação no montante de 12.615.266 euros (Notas 1 e 3.d).

26. Resultados por ação

Os resultados por ação, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido consolidado do período atribuível ao grupo (20.708.622 euros em 2015 e 7.183.852 euros em 2014) pelo número médio de ações existente durante os períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014, deduzidas das ações próprias (305.769.023 em 2015 e 342.373.577 em 2014).

27. Planos de incentivo de médio prazo

Em junho de 2000, o grupo Sonaecom implementou um sistema de incentivos em ações a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e ações da Sonaecom e ações da Sonae-SGPS, S.A.. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período.

Em 10 de março de 2014, os Planos de ações da Sonaecom foram convertidos na totalidade para ações Sonae SGPS. Esta conversão ocorreu com base nos termos de troca fixados na Oferta Pública de Aquisição em 20 de fevereiro de 2014, referida na Nota 13 para determinar o justo valor dos planos Sonaecom, e com base na cotação das ações Sonae SGPS.

Assim, a conversão dos planos foi efetuada com base do rácio Sonaecom/Sonae SGPS implícito nos termos fixados na Oferta Pública de Aquisição (1 Ação Sonaecom – aproximadamente 2,05 Ações Sonae SGPS).

Após a conversão a 10 de março de 2014, os planos convertidos podem ser detalhados como se segue:

	Período de Diferimento			10 março 2014	
	Cotação 20 fevereiro 2014 *	Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
Ações Sonae SGPS (Provenientes da conversão dos planos Sonaecom)					
Plano 2010	1,258	10-mar-11	10-mar-14	46	1.003.507
Plano 2011	1,258	09-mar-12	10-mar-15	48	1.132.008
Plano 2012	1,258	08-mar-13	10-mar-16	50	863.405

* Cotação do dia da divulgação dos resultados da Oferta Pública de Aquisição.

Por decisão da Comissão de Nomeações e Remunerações, a entrega aos colaboradores da empresa do Plano 2010 foi realizada em Maio de 2014.

O plano 2011 foi entregue em março de 2015 para todas as empresas exceto para os colaboradores da Sonaecom SGPS, S.A., cuja entrega será efetuada no segundo trimestre do ano 2015. Desta forma, os planos em aberto a 31 de março de 2015 são os seguintes:

	Período de Diferimento			31 março 2015	
	Cotação na data de atribuição*	Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
Ações Sonae SGPS (Provenientes da conversão dos planos Sonaecom)					
Plano 2011	1,416	09-mar-12	10-mar-15	2	466.679
Plano 2012	1,416	08-mar-13	10-mar-16	24	554.543
Ações Sonae SGPS					
Plano 2011	0,401	09-mar-12	10-mar-15	2	431.413
Plano 2012	0,701	08-mar-13	10-mar-16	2	168.427
Plano 2013	1,416	10-mar-14	10-mar-17	188	1.623.137

O plano de 2013 inclui 164 colaboradores do Grupo Wedo, na sequência da adoção por estas empresas do mesmo sistema de incentivos de médio prazo que o restante grupo.

Durante o período findo em 31 de março de 2015, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Ações Sonae SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de ações
Saldo a 31 dezembro 2014:		
Ainda diferidas	240	3.563.810
Total	240	3.563.810
Movimentos no período:		
Vencidas	(20)	(323.039)
Canceladas / extintas / corrigidas/ transferidas ⁽¹⁾	(2)	3.428
Saldo a 31 março 2015:	(1)As correções são efetuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital	
Ainda diferidas	218	3.244.199
Total	218	3.244.199

social e outros ajustamentos, nomeadamente, resultantes da alteração na forma de vencimento do MTIP, que passou a poder ser feita através da aquisição de ações com desconto.

A responsabilidade dos planos foi registada na rubrica de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'. Para os planos de ações Sonae SGPS, exceto para os planos convertidos de ações Sonaecom, o grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado. Os contratos de cobertura acima referidos podem ser detalhados como se segue:

	Ações Sonae SGPS
	Plano 2012
Valor nocional	268.451
Maturidade	mar-16
Nível de inputs na hierarquia de justo valor	Nível 2
Método de valorização	Custo atual de substituição
Justo valor*	270.680

* Utilizada a cotação de 31 de março de 2015 no apuramento do justo valor.

Os custos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no período findo em 31 de março de 2015 são como se segue:

	Ações Sonaecom	Ações Sonae SGPS	Ações NOS SGPS	Total
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	29.770.168	5.072.382	289.992	35.132.542
Custos reconhecidos no período	-	859.111	-	859.111
Saída de empresas do perímetro de consolidação	-	(300.629)	-	(300.629)
Impacto da conversão	(1.251.767)	2.386.427	-	1.134.660
Custo de planos exercidos em anos anteriores	(28.518.401)	(5.550.706)	-	(34.069.107)
Custos dos planos exercidos no período	-	(405.575)	-	(405.575)
Total de custos dos Planos	-	2.061.010	289.992	2.351.002
Responsabilidade dos Planos	-	2.331.690	289.992	2.621.682
Justo valor dos Contratos de cobertura (1)	-	(270.680)	-	(270.680)
Registados em 'Caixa e equivalentes de caixa' (2)	-	(194.530)	(43.048)	(237.578)
Registados em 'Outros passivos correntes'	-	1.545.298	163.420	1.708.718
Registados em 'Outros passivos não correntes'	-	710.242	169.620	879.862

(1) A Sonaecom assinou contratos para cobertura da responsabilidade com os planos de incentivo de médio e longo prazo do grupo, transferindo posteriormente, através de contratos celebrados com as várias empresas do grupo, a responsabilidade relativa a cada empresa. O justo valor dos contratos de cobertura, considerado na tabela acima, corresponde à componente destinada a cobrir a responsabilidade dos planos dos colaboradores da Sonaecom SGPS;

(2) A Sonaecom antecipou parcialmente o vencimento do contrato de cobertura com a Sonae SGPS, o que originou um reembolso pelo valor atual de mercado das ações Sonaecom.



No período findo em 31 de março de 2015, a rubrica 'Outros passivos correntes' incluía ainda 728.948 euros, referentes ao recebimento da cessação do contrato de cobertura do Plano 2011 de ações Sonae SGPS. Este valor será reconhecido aquando do pagamento do referido plano.

A 10 de março de 2014, os planos de ações Sonaecom foram totalmente convertidos para ações Sonae SGPS. Esta conversão teve por base os termos de troca fixados na Oferta Pública de Aquisição, em 20 de fevereiro de 2014, referida na Nota 13 para determinar o justo valor dos planos e, com base na cotação das ações Sonae SGPS. Deste modo, foi determinado o número de ações Sonae SGPS a entregar aos colaboradores da empresa. A responsabilidade relativa ao período decorrido de cada plano na data da conversão (2.317.853 euros) foi registada na rubrica de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes' por contrapartida dos capitais próprios, de acordo com as disposições da IFRS 2.

A 27 de agosto de 2013, parte dos planos de ações Sonaecom e Sonae SGPS em aberto foram convertidos em planos de ações NOS. Esta conversão ocorreu com base no rácio do projeto de fusão, no caso dos planos de ações Sonaecom, e com base no justo valor das ações, no caso dos planos de ações Sonae SGPS, e foi devidamente aprovada pela Comissão de Nomeações e Remunerações. O custo com os planos de ações NOS foi reconhecido até 30 de setembro de 2013, data em que a NOS passou a assumir a responsabilidade dos mesmos. Para os planos NOS, a responsabilidade foi calculada com base na cotação das ações do dia 30 de setembro de 2013. A responsabilidade de tais planos foi registada nas rubricas de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 4 de maio de 2015.

Anexo

Pessoal chave gerência - Sonaecom	
Ângelo Gabriel Ribeiro dos Santos Paupério	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	

Pessoal chave gerência - Sonae SGPS	
Álvaro Carmona e Costa Portela	Christine Cross
Álvaro Cuervo Garcia	José Manuel Neves Adelino
Belmiro de Azevedo	Michel Marie Bon
Bernd Hubert Joachim Bothe	

Empresas do grupo Sonae/Efanor/Zon	
3shoppings - Holding, SGPS, SA	BIG Picture 2 Films
ADD Avaliações Eng.Aval.e Perícias, Ltda	Bloco Q-Sociedade Imobiliária,SA
Adlands BV	Bloco W-Sociedade Imobiliária,SA
Aegean Park, SA	BOM MOMENTO - Restauração, S.A.
Agepan Eiweiler Management GmbH	Canasta-Empreendimentos Imobiliários,SA
Agepan Tarket Laminat Park GmbH Co. KG	Cape Technologies Limited
Aglom Investimentos, Sgps, S.A.	CAPWATT - Brainpower, S.A.
Aglom -Soc.Ind.Madeiras e Aglom.,SA	Capwatt ACE, S.A.
Airone - Shopping Centre, Srl	Capwatt Colombo - Heat Power, S.A.
ALEXA Administration GmbH	Capwatt Engenho Novo - Heat Power, S.A.
ALEXA Holding GmbH	Capwatt Hectare - Heat Power, ACE
ALEXA Shopping Centre GmbH	Capwatt II - Heat Power, S.A.
Algarveshopping- Centro Comercial, SA	Capwatt III - Heat Power, S.A.
Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda	Capwatt Maia - Heat Power, S.A.
Arat Inmuebles, S.A.	Capwatt Martim Longo - Solar Power, S.A.
ARP Alverca Retail Park, SA	Capwatt Vale do Caima - Heat Power, S.A.
Arrábidasshopping - Centro Comercial, SA	Capwatt Vale do Tejo - Heat Power, S.A.
Aserraderos de Cuellar,SA	CAPWATT, SGPS, S.A.
Atelgen-Produção Energia, ACE	Carnes do Continente-Ind.Distr.Carnes,SA
Atlantic Ferries-Tráf.Loc,Flu.e Marít,SA	Carvemagere-Manut.e Energias Renov., Lda
Avenida M-40 BV	Casa da Ribeira - Hotelaria e Turismo,SA
Azulino Imobiliária, S.A.	Casa da Ribeira-Sociedade Imobiliária,SA
BA Business Angels, SGPS, SA	Cascaishopping Centro Comercial, SA
BA Capital, SGPS	Cascaishopping Holding I, SGPS, SA
BB Food Service, SA	CCCB Caldas da Rainha-Centro Comerc., SA
Be Artis-Conc.,Const.e Gest.Redes Com,SA	Centro Colombo Centro Comercial, SA
Be Towering-Gestão de Torres de Telec,SA	Centro Residencial da Maia,Urbán.,SA
Beeskow Holzwerkstoffe	Centro Vasco da Gama Centro Comercial,SA
Beralands BV	Chão Verde-Soc. de Gestão Imobiliária,SA
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A.	Cinclus Imobiliária,SA



Citic Capital Sierra Limited	Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, SA
Citic Capital Sierra Prop. Man. Limited	Freccia Rossa - Shopping Centre, Srl
Citorres - Sociedade Imobiliária, SA	Fundo de Invest.Imobiliário Fec. Imosede
Coimbrashopping Centro Comercial, SA	Fundo Esp.Inv.Imo.Fec. WTC
Colombo Towers Holding BV	Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop. Center
Companhia Térmica do Serrado, ACE	Fundo Invest. Imobiliário Imosona e Dois
Companhia Térmica Tagol, Lda.	Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D. Pedro
Contacto Concessões, SGPS, S.A.	Gaiashopping I Centro Comercial, SA
Contibomba-Comérc.Distr.Combustíveis,SA	Gaiashopping II Centro Comercial, SA
Contimobe - Imobiliária Castelo Paiva,SA	GHP GmbH
Continente Hipermercados, SA	Gli Orsi Shopping Centre 1, Srl
Country Club da Maia-Imobiliária,SA	Glunz AG
Craiova Mall BV	Glunz Service GmbH
Cronosaúde - Gestão Hospitalar, S.A.	Glunz UK Holdings Ltd
CTE-Central Termoeléct. do Estuário, Lda	Glunz Uka GmbH
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A.	Golf Time-Golfe e Invest. Turísticos, SA
Darbo SAS	Guimarãesshopping Centro Comercial, SA
Digitmarket - Sistemas de Informação, S.A.	Harvey Dos Iberica, SL
Discovery Sports, SA	Herco Consult.Risco Corret.Seguros, Ltda
Distodo Distribui e Logist,Lda	Herco Consultoria de Risco, S.A.
Dortmund Tower GmbH	HighDome PCC Limited
Dos Mares Shopping Centre BV	HighDome PCC Limited (Cell Europe)
Dos Mares Shopping Centre, SA	Iberian Assets, SA
Dreamia, B.V	Igimo - Sociedade Imobiliária, SA
Dreamia, Serv de Televisão, SA	Iginha - Sociedade Imobiliária, SA
Ecociclo - Energia e Ambiente, SA	Imoareaia - Invest. Turísticos, SGPS, SA
Ecociclo II	Imobeauty, SA
Edições Book.it, S.A.	Imobiliária da Cacela, S.A.
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	Imoclub-Serviços Imobiliários, SA
Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Imoconti - Sociedade Imobiliária, SA
Empracine-E.Pro.Act. Cinem,Lda	Imodivor - Sociedade Imobiliária, SA
Empreend.Imob.Quinta da Azenha,SA	Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA
Enerlousado-Recursos Energéticos, Lda.	Imohotel-Emp.Turísticos Imobiliários,SA
Equador & Mendes-Ag. Viagens e Tur.,Lda	Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA
Estação Viana Centro Comercial, SA	Imopeninsula - Sociedade Imobiliária, SA
Estêvão Neves-Hipermercados Madeira,SA	Imoplamac Gestão de Imóveis, SA
Euroresinas-Indústrias Químicas,SA	Imoponte - Sociedade Imobiliária, SA
Farmácia Selecção, SA	Imoresort - Sociedade Imobiliária, SA
Fashion Division Canárias, SL	Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA
Fashion Division, S.A.	Imosedas - Imobiliária e Serviços, SA
Feneralt-Produção de Energia, ACE	Imosistema - Sociedade Imobiliária, SA
FINSTAR-Socied.Investim.Par SA	Impaper Europe GmbH
Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA	Implantação - Imobiliária, S.A.



Infocfield - Informática, SA	Marvero-Expl.Hoteleira Imob.,SA
Inparsi - Gestão Galeria Comercial, SA	MDS - Corretor de Seguros, SA
Inparvi SGPS, SA	MDS Affinity-Sociedade de Mediação Lda
Integrum - Energia, SA	MDS Africa SGPS, S.A.
Integrum ACE, SA	MDS Auto - Mediação de Seguros, SA
Integrum Colombo Energia, SA	Mds Knowledge Centre, Unipessoal, Lda
Integrum Engenho Novo - Energia, S.A.	MDS Malta Holding Limited
INTEGRUM II - ENERGIA, S.A.	MDS RE - Mediador de resseguros
INTEGRUM III - ENERGIA, S.A.	MDS, SGPS, SA
Integrum Martim Longo - Energia, S.A.	Megantic BV
Integrum Vale do Caima - Energia, SA	Miral Administração Corretagem Seg, Ltda
Integrum Vale do Tejo - Energia, SA	MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA
Intelligent Big Data, S.L.	Modalfa - Comércio e Serviços, SA
Interlog-SGPS, SA	MODALLOOP - Vestuário e Calçado, SA
Invesaude - Gestão Hospitalar S.A.	Modelo - Dist.de Mat. de Construção,S.A.
Ioannina Develop.of Shopping Centres, SA	Modelo Continente Hipermercados, SA
Isoroy SAS	Modelo Continente International Trade,SA
ITRUST - Cyber security intelligence services, S.A.	Modelo Hiper Imobiliária, SA
La Farga - Shopping Center, SL	Modelo.com-Vendas por Correspondência,SA
Land Retail BV	Movelpartes-Comp.para Ind.Mobiliária,SA
Larim Corretora de Resseguros, Ltda	Movimento Viagens-Viag.e Turismo S.U.Lda
Larissa Develop. of Shopping Centers, SA	MSTAR, SA
Lazam MDS Corretora e Adm. Seguros, SA	Münster Arkaden BV
Le Terrazze - Shopping Centre 1, Srl	Norte Shop. Retail and Leisure Centre BV
Libra Serviços, Lda	Norteshopping Centro Comercial, SA
Lidergraf - Artes Gráficas, Lta	NOS Açores Comunicações, SA
Lookwise, S.L.	NOS Comunicações, S.A.
Loop 5 Shopping Centre GmbH	NOS Lusomundo Audiovisuais, SA
Lusomundo Espanha, SL	NOS Lusomundo Cinemas, SA
Lusomundo Imobiliária 2, SA	NOS Lusomundo TV Lda
Lusomundo Moçambique, Lda	NOS Madeira Comunicações, SA
Lusomundo Soc. Inv. Imob. SA	NOS, SGPS, S.A.
Luz del Tajo BV	NOSPUB, Publicidade e Conteúdos, S.A.
Luz del Tajo Centro Comercial, SA	Nova Equador Internacional,Ag.Viag.T.Lda
Madeirashopping Centro Comercial, SA	Nova Equador P.C.O. e Eventos, S.U., Lda
Maiashopping Centro Comercial, SA	Novobord (PTY) Ltd.
Maiequipa - Gestão Florestal, SA	Novodecor (PTY), LTD
Mainroad – Serviços em Tecnologias de Informação, S.A.	OSB Deustchland GmbH
Marcas do Mundo-Viag. e Turismo Unip,Lda	Pantheon Plaza BV
Marcas MC, ZRT	Paracentro - Gestão de Galerias Com., SA
Marina de Tróia S.A.	Pareuro BV
Marinamagic-Expl.Cent.Lúdicos Marit,Lda	Park Avenue Develop.of Shop. Centers, SA
Marmagno-Expl.Hoteleira Imob.,SA	Parklake Shopping, SA
Martimope-Empreendimentos Turísticos, SA	Parque Atlântico Shopping-C.Comerc., SA



Parque D. Pedro 1 BV	Project Sierra 11 BV
Parque de Famacão - Empreend.Imob., SA	Project Sierra 12 BV
Parque Principado SL	Project Sierra 2 BV
Pátio Boavista Shopping, Ltda	Project Sierra 6 BV
Pátio Campinas Shopping, Ltda	Project Sierra 8 BV
Pátio Goiânia Shopping, Ltda	Project Sierra Four Srl
Pátio Londrina Empreend.e Particp.,Ltda	Project Sierra Germany 2 (two)-Sh.C.GmbH
Pátio Penha Shopping Ltda.	Project Sierra Germany 4 (four)-S.C.GmbH
Pátio São Bernardo Shopping Ltda	Project Sierra Spain 1 BV
Pátio Sertório Shopping Ltda	Project Sierra Spain 2 - C.Comercial, SA
Pátio Uberlândia Shopping Ltda	Project Sierra Spain 3 BV
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	Project Sierra Spain 3-Centro Comer. SA
Peixes do Continente-Ind.Dist.Peixes,SA	Project Sierra Two Srl
Per-Mar-Sociedade de Construções,SA	Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.
Pharmaconcept - Actividades em Saúde, SA	Público - Comunicação Social, S.A.
Pharmacontinente - Saúde e Higiene, SA	Quorum Corretores de Seguros Ltda
PJP - Equipamento de Refrigeração, Ltda	Racionaliz. y Manufact.Florestales,SA
Plaza Eboli B.V.	Raso - Viagens e Turismo, SA
Plaza Eboli - Centro Comercial, SA	RASO II-Viagens e Turismo,Unipessoal Ltda
Plaza Mayor Holding, SGPS, S.A.	Raso, SGPS, SA
Plaza Mayor Parque de Ócio BV	River Plaza BV
Plaza Mayor Parque de Ocio, SA	River Plaza Mall, Srl
Plaza Mayor Shopping BV	Rochester Real Estate,Limited
Plaza Mayor Shopping, SA	Ronfegen-Recursos Energéticos, Lda.
Poliface North America	RSI Corretora de Seguros, Ltda
Ponto de Chegada - Soc. Imobiliária, SA	S.C. Microcom Doi Srl
Porturbe-Edifícios e Urbanizações,SA	S21 Sec Barcelona, S.L.
Powercer-Soc.de Cogeração da Vialonga,SA	S21 Sec Brasil, Ltda
Praedium - Serviços, SA	S21 Sec Ciber Seguridad, S.A. de CV
Praedium II - Imobiliária, SA	S21 Sec Fraud Risk Management, S.L.
Praedium SGPS, SA	S21 SEC Gestion, S.A.
Praesidium Services Limited	S21 Sec Inc.
Predicomercial - Promoção Imobiliária,SA	S21 Sec Information Security Labs, S.L.
Predilugar - Sociedade Imobiliária, SA	S21 Sec Institute, S.L.
Prédios Privados Imobiliária, SA	S21 Sec México, S.A. de CV
Predisedas - Predial das Sedas, SA	S21 Sec, S.A. de CV
Proj. Sierra Germany 4 (four)-Sh.C.GmbH	Saphety - Transacciones Electronicas SAS
Proj. Sierra Italy 2 - Dev.of Sh.C. Srl	Saphety Brasil Transações Eletrônicas Ltda.
Proj.Sierra Germany 2 (two)-Sh.C.GmbH	Saphety Level- Trusted Services, S.A.
Project 4, Srl	Saúde Atlântica - Gestão Hospitalar, SA
Project SC 1 BV	SC Aegean BV
Project SC 2 BV	SC Assets SGPS, SA
Project Sierra 10 BV	SC Finance BV



SC For-Serv.Form.e Desenv.R.H.,Unip.,Lda	Sierra Portugal, SA
SC Hospitality, SGPS, S.A.	Sierra Project Nürnberg BV
SC Mediterranean Cosmos B.V.	Sierra Property Management Greece, SA
SC, SGPS, SA	Sierra Real Estate Greece BV
SC-Consultadoria,SA	Sierra Reval-PM Mark. and Consult., Inc
SC-Eng. e promoção imobiliária,SGPS,SA	Sierra Romania Sh. Centers Services Srl
SCS Beheer,BV	Sierra Services Holland 2 BV
SDSR - Sports Division 2, S.A.	Sierra Services Holland B.V.
SDSR - Sports Division SR, S.A.	Sierra Solingen Holding GmbH
Selifa-Empreend. Imobiliários de Fafe,SA	Sierra Spain 2 Services, S.A.
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	Sierra Spain Shop. Centers Serv., S.A.U.
Servicios de Int.Estratégica Global,S.L.	Sierra Spain, Shop. Centers Services, SL
Servicios de Inteligencia Estratégica Global, S.L.	Sierra Turkey Gayrim.Yön.P.Dan.An.Sirket
Sesagest - Proj. Gestão Imobiliária, SA	Sierra Zenata Project BV
Sete e Meio - Invest. Consultadoria, SA	SII - Soberana Invest. Imobiliários, SA
Sete e Meio Herdades-Inv. Agr. e Tur.,SA	SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.
Shopping Centre Colombo Holding BV	SISTAVAC, S.A.
Shopping Centre Parque Principado BV	SISTAVAC, SGPS, S.A.
SIAL Participações, Lda	SISTAVAC-Sistemas HVAC-R do Brasil, Ltda
Sierra - OST Property Management	SKK SRL
Sierra Asia Limited	SKK-Central de Distr.,SA
Sierra Berlin Holding BV	SKKFOR - Ser. For. e Desen. de Recursos
Sierra Brazil 1 BV	Soc.Inic.Aproveit.Florest.-Energias,SA
Sierra Central S.A.S.	Sociedade de Construções do Chile, S.A.
Sierra Cevital Shopping Center, Spa	Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.
Sierra Corporate Services Holland BV	Société de Tranchage Isoroy SAS.
Sierra Developments Holding BV	Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA
Sierra Developments, SGPS, SA	Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA
Sierra Enplanta Ltda	Soconstrução BV
Sierra European R.R.E. Assets Hold. BV	Sodesa, S.A.
Sierra Germany GmbH	Soflorin BV
Sierra GP, Limited	Soira-Soc.Imobiliária de Ramalde,SA
Sierra Greece, SA	Solinca - Eventos e Catering, SA
Sierra Investimentos Brasil Ltda	Solinca - Health & Fitness, SA
Sierra Investments (Holland) 1 BV	Solinca-Investimentos Turísticos,SA
Sierra Investments (Holland) 2 BV	Solinfitness - Club Malaga, S.L.
Sierra Investments Holding BV	Solingen Shopping Center GmbH
Sierra Investments SGPS, SA	SOLSWIM-Gestão e Expl.Equip.Aquáticos,SA
Sierra Italy Holding B.V.	Soltroia-Imob.de Urb.Turismo de Tróia,SA
Sierra Italy, Srl	Somit Imobiliária, SA
Sierra Management Germany GmbH	Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA
Sierra Management Italy S.r.l.	Sonae Capital Brasil, Lda
Sierra Management Romania, Srl	Sonae Capital, SGPS, SA
Sierra Management Spain – Gestión C.Com.S.A.	Sonae Center Serviços II, SA
Sierra Management, SGPS, SA	Sonae Center Serviços, S.A.



Sonae Financial Services, S.A.	Sport TV Portugal, SA
Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira,SA	Sport Zone Canárias, SL
Sonae Indústria - Management Services,SA	Sport Zone España -Com.Art.de Deporte,SA
Sonae Indústria - SGPS, S.A.	Sport Zone Turquia
Sonae Industria (UK),Ltd	Spred, SGPS, SA
Sonae Industria de Revestimentos,SA	Tableros Tradema,S.L.
Sonae Indústria-SGPS,SA	Tafiber,Tableros de Fibras Ibéricas,SL
Sonae Investimentos, SGPS, SA	Tafibra Suisse, SA
Sonae Investments BV	Tafisa Canadá Societé en Commandite
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	Tafisa Développement
Sonae Novobord (PTY) Ltd	Tafisa France, SA
Sonae RE, S.A.	Tafisa Investissement
Sonae Retalho España-Serv.Generales, SA	Tafisa Participation
Sonae SGPS, SA	Tafisa UK,Ltd
Sonae Sierra Brasil, SA	Tafisa-Tableros de Fibras, SA
Sonae Sierra Brazil, BV / SARL	Taiber,Tableros Aglomerados Ibéricos,SL
Sonae Sierra, SGPS, SA	Tecmasa Reciclados de Andalucía, S.L.
Sonae Specialized Retail, SGPS, SA	Tecnológica Telecomunicações LTDA.
Sonae SR Malta Holding Limited	Tecnológica Telecomunicações, Ltda
Sonae Tafibra Benelux, BV	Teconologias del Medio Ambiente,SA
Sonae Turismo, SGPS, S.A.	Teliz Holding B.V.
SONAECENTER SERVIÇOS, SA	Têxtil do Marco, SA
Sonaecom - Cyber security and intelligence, SGPS, S.A.	The Artist Porto Hot.&Bistró-Act.Hot.,SA
Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A.	Tlantic BV
Sonaecom - Sistemas de Información España, S.L.	Tlantic Portugal - Sist.de Informação,SA
Sonaecom - Sistemas Informação, SGPS, S.A.	Tlantic Sistemas de Informação, Ltda
Sonaecom BV	Todos os Dias-Com.Ret.Expl.C.Comer.,S.A.
Sonaecom, SGPS, S.A.	Tool Gmbh
Sonaegest-Soc.Gest.Fundos Investimentos	Torre Ocidente Imobiliária, SA
Sonaerp - Retail Properties, SA	Torre São Gabriel Imobiliária, SA
SONAESR - Serviços e logística, SA	Troia Market-Supermercados, S.A.
Sonaetelecom BV	Troia Natura, S.A.
Sondis Imobiliária, SA	Troiaresort-Investimentos Turísticos, SA
Sontaria-Empreend.Imobiliários,SA	Troiaverde-Expl.Hoteleira Imob.,SA
Sontel BV	Tulipamar-Expl.Hoteleira Imob.,SA
Sontur BV	Unipress - Centro Gráfico, Lda
Sonvecap BV	Unishopping Administradora Ltda.
Sopair, S.A.	Unishopping Consultoria Imobiliária,Ltda
Sótaqua - Soc. de Empreendimentos Turist	Upstar Comunicações SA
Soternix-Produção de Energia, ACE	Urbisedas-Imobiliária das Sedas,SA
Spanboard Products,Ltd	Valecenter Srl
SPF - Sierra Portugal	Valor N, SA
Spinarq Moçambique, Lda	Via Catarina Centro Comercial, SA
Spinarq-Engenharia,Energia e Ambiente,SA	Viajens y Turismo de Geotur España, S.L.
Spinveste - Promoção Imobiliária, SA	Vistas do Freixo-Emp.Tur.Imobiliários,SA
Spinveste-Gestão Imobiliária SGII,SA	Vuelta Omega, S.L.



WeDo Consulting – Sistemas de Informação, S.A.	Zenata Commercial Project S.A.
WeDo do Brasil – Soluções Informáticas, Ltda	ZIPPY - Comércio e Distribuição, SA
WeDo Poland Sp. Z.o.o.	Zippy - Comercio y Distribución, SA
WeDo Technologies (UK) Limited	Zippy Turquia
WeDo Technologies Americas, Inc.	Zon Audiovisuais, SGPS
WeDo Technologies Australia PTY Limited	Zon Cinemas, SGPS
WeDo Technologies BV	ZON Finance BV
WeDo Technologies BV – Sucursal Malaysia	ZON III-COMUNICAÇ ELETRÓN SA
WeDo Technologies Egypt LLC	ZON II-SERVIÇOS TELEVISÃO,SA
WeDo Technologies Mexico, S de R.L.	Zon TV Cabo SGPS SA
Weierstadt Shopping BV	Zon TV Cabo, SA
World Trade Center Porto, S.A.	Zubiarte Inversiones Inmob,SA
Worten - Equipamento para o Lar, SA	Zubiarte Inversiones Inmobiliarias, SA
Worten Canárias, SL	ZYEVOOLUTION-Invest.Desenv.,SA
Worten España Distribución, SL	

5.3 Demonstrações financeiras individuais da Sonaecom

Balanços

Para os períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014 (reexpresso – Nota 1) e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (reexpresso – Nota 1)

(Montantes expressos em euros)	Notas	março 2015	março 2014 (não auditado e reexpresso)	dezembro 2014 (reexpresso)
Ativo				
Ativos não correntes				
Ativos fixos tangíveis	1.a), 1.f) e 2	33.616	48.746	38.672
Ativos intangíveis	1.b) e 3	5.365	6.695	6.085
Investimentos em empresas do grupo	1.c) e 5	51.847.142	67.433.159	52.792.142
Investimentos em empreendimentos conjuntos	1.d) e 6	597.666.944	597.666.944	597.666.944
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.e), 4 e 7	1.069.775	-	1.424.996
Outros ativos não correntes	1. d), 1.n), 4, 8 e 20	162.629.236	172.556.237	165.651.236
Total de ativos não correntes		813.252.078	837.711.781	817.580.075
Ativos correntes				
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.e), 4 e 7	75.894.217	64.549.251	58.540.576
Outras dívidas de terceiros	1.e), 1.g), 4, 10 e 20	10.548.348	4.352.405	3.313.610
Outros ativos correntes	1.e), 1.n), 4 e 20	313.522	954.272	517.881
Caixa e equivalentes de caixa	1.e), 1.h), 4, 11 e 20	180.414.578	182.602.118	176.887.883
Total de ativos correntes		267.170.665	252.458.046	239.259.950
Total do ativo		1.080.422.743	1.090.169.827	1.056.840.025
Capital próprio e passivo				
Capital próprio				
Capital social	12	230.391.627	230.391.627	230.391.627
Ações próprias	1.q) e 13	(8.441.804)	(8.441.804)	(8.441.804)
Reservas	1.p)	831.341.366	825.286.001	825.520.566
Resultado líquido do período		23.313.862	1.427.705	5.820.800
Total do capital próprio		1.076.605.051	1.048.663.529	1.053.291.189
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões para outros riscos e encargos	1.l), 1.o) e 15	351.301	332.483	304.811
Outros passivos não correntes	1.n), 1.t), 4 e 23	276.363	386.277	399.254
Total de passivos não correntes		627.664	718.760	704.065
Passivo corrente				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.h), 1.i), 1.j), 4, 14 e 20	-	36.668.043	87.859
Outras dívidas a terceiros	4, 16 e 20	695.864	1.378.844	1.065.550
Outros passivos correntes	1.n), 1.t), 4 e 23	2.494.164	2.740.651	1.691.362
Total de passivos correntes		3.190.028	40.787.538	2.844.771
Total do passivo e capital próprio		1.080.422.743	1.090.169.827	1.056.840.025

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de março de 2015 e 2014 (reexpresso – Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Demonstrações dos resultados por naturezas

Para os períodos findos em 31 março de 2015 e 2014 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Montantes expressos em euros)	Notas	março 2015	março 2014	dezembro 2014
Prestações de serviços	20	96.460	105.658	303.482
Outros proveitos operacionais	20	46.882	54.330	153.199
		143.342	159.988	456.681
Fornecimentos e serviços externos	1.f), 17 e 20	(198.865)	(240.874)	(1.018.283)
Custos com o pessoal	1.t), e 23	(211.160)	(419.850)	(1.313.559)
Amortizações e depreciações	1.a), 1.b), 2 e 3	(3.826)	(4.361)	(15.779)
Provisões e perdas de imparidade	1.l) e 15	(46.490)	-	-
Outros custos operacionais		(7.067)	(16.166)	(135.696)
		(467.408)	(681.251)	(2.483.317)
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo	5 e 18	6.390.500	(960.000)	7.032.750
Ganhos e perdas em Investimentos registados ao justo valor através de resultados	5, 7 e 18	16.994.414	2.528.197	(1.975.451)
Outros custos financeiros	1.c), 1.i), 1.j), 1.r), 1.s), 14 e 18	(67.199)	(604.449)	(1.018.096)
Outros proveitos financeiros	1.r), 8, 11 e 18	383.406	984.757	3.369.520
Resultados correntes		23.377.055	1.427.242	5.382.087
Imposto sobre o rendimento	1.m), 9 e 19	(63.193)	463	438.713
Resultado líquido do período		23.313.862	1.427.705	5.820.800
Resultados por ação	22			
Incluindo operações em descontinuação:				
Básicos		0,08	0,00	0,02
Diluídos		0,08	0,00	0,02
Excluindo operações em descontinuação:				
Básicos		0,08	0,00	0,02
Diluídos		0,08	0,00	0,02

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de março de 2015 e 2014.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier



Demonstrações de resultados e outro rendimento integral

Para os períodos findos em 31 março de 2015 e 2014 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Montantes expressos em euros)	Notas	março 2015	março 2014	dezembro 2014
Resultado líquido do período		23.313.862	1.427.705	5.820.800
Componentes de outro rendimento integral do período, líquido de imposto		-	-	-
Rendimento integral do período		23.313.862	1.427.705	5.820.800

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de março de 2015 e 2014.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Demonstrações das alterações no capital próprio

Para os períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014 (reexpresso – Nota1)

(Montantes expressos em euros)	Reservas								Resultado líquido	Total
	Capital social	Ações próprias (Nota 13)	Prémios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas para planos de incentivo de médio prazo (Nota 23)	Reservas de ações próprias	Outras reservas	Total de reservas		
2015										
Saldo em 31 de dezembro 2014	230.391.627	(8.441.804)	775.290.377	13.152.684	-	8.441.804	28.635.701	825.520.566	5.820.800	1.053.291.189
Aplicação do resultado líquido de 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para reserva legal e outras reservas	-	-	-	291.040	-	-	5.529.760	5.820.800	(5.820.800)	-
Rendimento integral do período findo em 31 de março de 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	23.313.862	23.313.862
Saldo em 31 março 2015	230.391.627	(8.441.804)	775.290.377	13.443.724	-	8.441.804	34.165.461	831.341.366	23.313.862	1.076.605.051

(Montantes expressos em euros)	Reservas								Resultado líquido	Total
	Capital social	Ações próprias (Nota 13)	Prémios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas para planos de incentivo de médio prazo (Nota 23)	Reservas de ações próprias	Outras reservas	Total de reservas		
2014										
Saldo em 31 de dezembro 2013	366.246.868	(8.441.804)	775.290.377	13.152.684	473.962	8.441.804	131.364.941	928.723.768	(95.982.606)	1.190.546.226
Aplicação do resultado líquido de 2013	-	-	-	-	-	-	(95.982.606)	(95.982.606)	95.982.606	-
Transferência para reserva legal e outras reservas	-	-	-	-	-	-	(95.982.606)	(95.982.606)	95.982.606	-
Rendimento integral do período findo em 31 de março de 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	1.427.705	1.427.705
Alterações no capital na sequência da conclusão da oferta pública de aquisição geral e voluntária de ações próprias (Nota 12)	(135.855.241)	-	-	-	-	-	(5.815.229)	(5.815.229)	-	(141.670.470)
Efeito do reconhecimento dos planos de incentivo de médio prazo (Nota 23)	-	-	-	-	(57.543)	-	-	(57.543)	-	(57.543)
Efeito da conversão dos planos de incentivos de médio prazo (Nota 23)	-	-	-	-	(416.419)	-	(1.165.969)	(1.582.389)	-	(1.582.389)
Saldo em 31 março 2014	230.391.627	(8.441.804)	775.290.377	13.152.684	-	8.441.804	28.401.137	825.286.001	1.427.705	1.048.663.529

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de março de 2015 e 2014 (reexpresso – Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014

(Montantes expressos em euros)	março 2015	março 2014		
Atividades operacionais				
Pagamentos ao pessoal	(122.104)	(950.309)		
Fluxo gerado pelas operações	(122.104)	(950.309)		
Pagamento / recebimento de imposto sobre o rendimento	109.989	368.215		
Outros recebimentos / pagamentos relativos a atividades operacionais	54.279	28.814		
Fluxo das atividades operacionais (1)	42.164	(553.280)		
Atividades de investimento				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	2.187.000	1.662.864		
Juros e proveitos similares	828.123	5.114.763		
Empréstimos concedidos	855.000	1.941.243	8.718.870	
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis	(3.395)	-		
Investimentos financeiros	-	(3.395)	(4.079.124)	(4.079.124)
Fluxos das atividades de investimento (2)	3.866.728	4.639.746		
Atividades de financiamento				
Pagamentos respeitantes a:				
Juros e custos similares	(294.350)	(2.040.958)		
Empréstimos obtidos	-	(294.350)	(5.375.000)	(7.415.958)
Fluxos das atividades de financiamento (3)	(294.350)	(7.415.958)		
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	3.614.542	(3.329.492)		
Caixa e seus equivalentes no início do período	176.800.036	185.918.581		
Caixa e seus equivalentes no final do período	180.414.578	182.589.089		

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de março de 2015 e 2014.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier



Anexo às Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014

	março 2015	março 2014
1. Aquisição ou alienação de filiais e outras atividades empresariais		
a) Outras atividades empresariais		
Reembolso de prestações acessórias na PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	-	988.854
Reembolso de prestações acessórias no Público - Comunicação Social, S.A.	-	674.010
Reembolso de prestações acessórias na Sonaecom - Sistemas de Informação, SGPS, S.A.	2.187.000	-
	2.187.000	1.662.864
b) Outras atividades empresariais		
Cobertura prejuízos PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	-	674.010
Cobertura prejuízos Miauger - Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A.	-	826.880
Compra de ações Sonae SGPS	-	2.578.234
	-	4.079.124
	março 2015	março 2014
2. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes		
Numerário	786	574
Depósitos à ordem	8.628.792	1.971.544
Aplicações de tesouraria	171.785.000	180.630.000
Depósitos à ordem (saldos credores)	-	(13.028)
Caixa e seus equivalentes	180.414.578	182.589.089
Depósitos à ordem (saldos credores)	-	13.028
Disponibilidades constantes do balanço	180.414.578	182.602.118
3. Informações respeitantes a atividades financeiras não monetárias		
a) Créditos bancários obtidos e não sacados	1.000.000	1.000.000
b) Compra de empresas através da emissão de ações	Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital	Não aplicável	Não aplicável

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de março de 2015 e 2014.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier



5.4. Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom

A SONAECOM, SGPS, S.A. (doravante designada 'empresa' ou 'Sonaecom') foi constituída em 6 de junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal.

Por escritura pública de 30 de setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, SGPS, S.A., passando a empresa a abarcar as participações financeiras nas empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, SGPS, S.A.. Desde então, o objeto social da empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o capital social sido redominado para euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de ações de valor nominal unitário de 1 euro.

Em 1 de junho de 2000, a empresa foi objeto de uma Oferta Combinada de Ações, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 ações, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 ações, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda, e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da empresa, tendo as novas ações sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae-SGPS, S.A. (acionista da Sonaecom, doravante designada 'Sonae'). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 de novas ações ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 euro. O preço de subscrição das novas ações foi igual ao preço fixado para a alienação das ações na referida Oferta Combinada (10 euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou, nesse exercício, 4.721.739 ações representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 ações a gestores do grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 euros

para 226.250.000 euros por subscrição pública reservada aos acionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas ações, de valor nominal unitário de 1 euro, ao preço de 2,25 euros por ação.

Em 30 de abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para Sonaecom, SGPS, S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 euros de 226.250.000 euros para 296.526.868 euros, através da emissão de 70.276.868 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 euros, inteiramente subscrito pelo acionista France Télécom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 euros para 366.246.868 euros, através da emissão de 69.720.000 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 euros, subscrito pelos acionistas 093X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de abril de 2008, as ações escriturais ao portador foram convertidas em ações escriturais nominativas.

Em 5 de fevereiro de 2014, a Sonaecom publicou a decisão de lançar uma Oferta Pública, Geral e Voluntária de Aquisição de Ações Próprias representativas do capital social da Sonaecom. A Oferta foi geral e voluntária, sendo o Oferente obrigado a adquirir a totalidade das ações objeto da oferta que foram, até ao final do respetivo período da Oferta, objeto de aceitação válida pelos destinatários da Oferta.

O período da Oferta, durante o qual foram recebidas as Ordens de Venda, decorreu entre 6 de fevereiro e 19 de fevereiro de 2014. Em 20 de fevereiro de 2014, foram apurados os resultados da Oferta. O nível de aceitação atingiu 62%, correspondendo a 54.906.831 ações da Sonaecom (Notas 7 e 12).

Em 2014 a Sonaecom reduziu assim o seu capital social para 230.391.627 euros.

Na sequência deste resultado, o Euronext Lisbon anunciou a exclusão da Sonaecom do PSI-20 a partir de 24 de fevereiro de 2014.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, arredondados à unidade.

1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS').

A adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') tal como adotadas pela União Europeia ocorreu pela primeira vez em 2007, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses para esse normativo foi 1 de janeiro de 2006, tal como definido pela IFRS 1 – 'Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro', e tendo em consideração a IAS 34 – 'Relato Financeiro Intercalar'

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adotados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo *International Accounting Standards Board*, com exceção das datas de início de adoção das normas abaixo indicadas.

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras não existem normas, interpretações, emendas e revisões, que foram, aprovadas (*endorsed*) pela União Europeia e cuja aplicação seja obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 9 (Instrumentos Financeiros) e alterações subsequentes Esta norma introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos financeiros.	1-jan-18
Emendas às normas IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades e IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspetos relacionados com a aplicação da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento.	1-jan-16

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 10 e IAS 28 - Alterações (Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e a sua Associada ou Empreendimento Conjunto) O objectivo é o de abordar a inconsistência entre as exigências da IFRS 10 e da IAS 28 no que respeita à perda de controlo de uma subsidiária. Ganhos ou perdas decorrentes de transações que envolvem ativos que constituem um negócio passam a ser reconhecidas nas demonstrações financeiras do investidor na sua totalidade. É reconhecido um ganho/perda parcial quando a transação envolve ativos que não constituem um negócio.	1-jan-16
IFRS 11 - Alterações (Contabilização das aquisições de interesses em operações conjuntas) O objetivo é o de guiar a contabilização da aquisição de uma participação numa operação conjunta quando esta constitui um negócio. O IASB decidiu que são aplicáveis todos os princípios em combinações de negócios previstos na IFRS 3 Combinações de Negócios e noutras IFRSs, desde que não entrem em conflito com a IFRS 11.	1-jan-16
IFRS 14 (Contas de diferimento regulatório) Permite que uma entidade que adote pela primeira vez as IFRS continue a apresentar, com algumas alterações, os saldos de diferimento regulatório, de acordo com os GAAP anteriores, tanto na adoção inicial das IFRS como nas demonstrações financeiras posteriores.	1-jan-16
IFRS 15 (Receitas de contratos com clientes) A IFRS 15 especifica como e quando se deve reconhecer receita bem como exige às entidades que forneçam divulgações mais informativas e relevantes. A norma fornece um modelo de cinco passos simples que devem ser aplicados a todos os contratos com clientes.	1-jan-17
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeira (Divulgações) Esta emenda vem introduzir um conjunto de indicações e orientações que visam melhorar e simplificar as divulgações no contexto dos atuais requisitos de relato das IFRS.	1-jan-16
IAS 16 e IAS 38 - Alterações (Clarificação dos métodos aceites de depreciação e amortização) O IASB clarificou que o uso de métodos baseados na receita para o cálculo da depreciação de um ativo não são apropriados uma vez que a receita gerada por uma atividade que inclua o uso de um ativo geralmente reflete outros fatores que não apenas o benefício económico do ativo.	1-jan-16
IAS 16 e IAS 41 - Alterações (Agricultura: Plantas) As alterações trazem para o âmbito da IAS 16 as plantas que são utilizadas unicamente para cultivar produtos, e passam a ser contabilizadas da mesma forma como ativos fixos tangíveis.	1-jan-16
IAS 27 - Alterações (Demonstrações Financeiras Separadas - método de equivalência patrimonial) Estas alterações irão permitir a utilização do método de equivalência patrimonial na contabilização de investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos nas demonstrações financeiras separadas.	1-jan-16
Melhorias de algumas IFRS (2012-2014) Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a questões abordadas durante o ciclo 2012-2014 de melhorias anuais para IFRS.	1-jan-16

Estas normas não foram ainda aprovadas ('endorsed') pela União Europeia e, como tal, não foram adotadas pela empresa no período findo em 31 de março de 2015, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória.

Estima-se que a aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis à empresa, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras futuras da empresa.

Regime Especial de Regularização de Dívidas ao Fisco e Segurança-Social

No âmbito do Regime Especial de Regularizações de Dívidas ao Fisco e Segurança Social (Dec. Lei 248-A de 2002 e Decreto-Lei n.º 151- A/2013), a Sonae e a Sonaecom efetuaram pagamentos ao Estado relativos a liquidações adicionais de impostos de exercícios anteriores, em relação aos quais, à data dos referidos pagamentos, ambas as empresas tinham já interposto as correspondentes impugnações judiciais, encontrando-se os processos a correr termos nos tribunais competentes.

A avaliação efetuada até à altura dos referidos pagamentos, e não alterada desde então, é que os referidos processos correspondem a contingências cuja probabilidade de se concretizarem em exfluxos de recursos é remota, sendo tais processos motivados por diferenças de interpretação da legislação fiscal aplicável e, por conseguinte, correspondendo a posições incertas em termos fiscais. Em resultado da referida avaliação, os montantes envolvidos são objeto de divulgação nas demonstrações financeiras, não dando origem ao reconhecimento de qualquer passivo.

Os valores pagos ao abrigo dos regimes referidos foram reconhecidos como ativo, na rubrica de "Outras dívidas de terceiros", de acordo com o "IAS 12 – Impostos sobre o rendimento". No caso da Sonaecom apenas foram pagos valores relativos a outros impostos que não IRC, sendo que, uma vez não previsto tratamento específico no normativo, a Sonaecom definiu, por analogia, uma política semelhante à relativa aos pagamentos relativos a IRC.

No entanto, a CMVM discorda da interpretação realizada pela Sonae, tendo solicitado a correção retrospectiva das demonstrações financeiras com a argumentação de que os pagamentos efetuados relativos a outros impostos que não IRC se enquadram como ativos contingentes. Embora não concordando com a posição da CMVM, a Sonae, e por coerência, a Sonaecom efetuaram a reexpressão das demonstrações financeiras em conformidade.

Balanco consolidado para o período findo em 31 de março de 2014

(Montantes expressos em euros)	Antes da alteração	Reexpressão do RERD	Demonstração de resultados reexpressa
Ativo			
Ativos não correntes			
Total de ativos não correntes	768.927.971	-	768.927.971
Ativos correntes			
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	64.549.251	-	64.549.251
Inventários	381.316	-	381.316
Clientes	35.874.242	-	35.874.242
Outras dívidas de terceiros	13.369.399	5.413.223	7.956.176
Outros ativos correntes	10.281.405	-	10.281.405
Caixa e equivalentes de caixa	184.454.049	-	184.454.049
Total de ativos correntes	308.909.662	5.413.223	303.496.439
Total do ativo	1.077.837.633	5.413.223	1.072.424.410
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital social	230.391.627	-	230.391.627
Ações próprias	(7.686.952)	-	(7.686.952)
Reservas	767.409.665	5.413.223	761.996.442
Resultado líquido consolidado do período	7.183.852	-	7.183.852
	997.298.192	5.413.223	991.884.969
Interesses sem controlo	205.482	-	205.482
Total do capital próprio	997.503.674	5.413.223	992.090.451
Passivo			
Passivo não corrente			
Total de passivos não correntes	8.902.132	-	8.902.132
Passivo corrente			
Total de passivos correntes	71.431.827	-	71.431.827
Total do passivo e capital próprio	1.077.837.633	5.413.223	1.072.424.410

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pela empresa a 31 de março de 2015 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de março de 2014.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.



As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções – obras em edifícios alheios	10-20
Equipamento básico	5
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4-8

As despesas correntes com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentem o período de utilização dos respetivos bens são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa, se a empresa possuir o poder de os controlar e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, *software* e propriedade industrial.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (três a seis anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas.

As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração de resultados na rubrica 'Amortizações e depreciações'.

c) Investimentos em empresas do grupo e outros ativos não correntes

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas do grupo (empresas nas quais a empresa detenha direta ou indiretamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais) são registados na rubrica 'Investimentos em empresas do grupo', ao custo de aquisição, de acordo com as disposições previstas na IAS 27, em virtude da Sonaecom apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IAS/IFRS.

Na rubrica 'Outros ativos não correntes' são registados, ao valor nominal, os empréstimos e as prestações acessórias concedidos às empresas participadas cujo reembolso previsto ou contratual apenas venha a ocorrer num prazo superior a um ano.

É efetuada uma avaliação dos investimentos e dos empréstimos concedidos a empresas do grupo quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade ou quando as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos investimentos financeiros e nos empréstimos concedidos a empresas do grupo são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Outros custos financeiros' da demonstração de resultados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

d) Investimentos em empresas controladas conjuntamente
Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas controladas conjuntamente (empresas nas quais a empresa detenha direta ou indiretamente 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais) são registados na rubrica 'Investimentos em empreendimentos conjuntos', ao custo de aquisição, de acordo com as disposições previstas na IAS 27, em virtude da Sonaecom apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IAS/IFRS. Na rubrica 'Outros ativos não correntes' são registados, ao valor nominal, os empréstimos e as prestações acessórias concedidos às empresas controladas conjuntamente cujo reembolso previsto ou contratual apenas venha a ocorrer num prazo superior a um ano.

É efetuada uma avaliação dos investimentos e dos empréstimos concedidos a empresas controladas conjuntamente quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade ou quando as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos investimentos financeiros e nos empréstimos concedidos a empresas do grupo são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Outros custos financeiros' da demonstração de resultados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

e) Instrumentos financeiros

A empresa classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.



A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

(i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfazamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

(ii) 'Empréstimos e contas a receber'

'Empréstimos e contas a receber' são ativos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados ativos/líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando a empresa fornece dinheiro ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como ativos não correntes.

(iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

(iv) 'Investimentos disponíveis para venda'

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que a empresa assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os

investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'Investimentos disponíveis para venda' e os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados como ganhos/perdas em investimentos.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/líquido (investimentos não cotados), a empresa estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transações de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para refletir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, a empresa valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

A empresa efetua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados. Perdas de imparidade reconhecidas na demonstração de resultados relativas a instrumentos de capital não são revertidas através de resultados.



f) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do exercício.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ('ALD') estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

g) Outras dívidas de terceiros

As 'Outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando a empresa empresta dinheiro ou presta serviços diretamente a um devedor sem intenção de transacionar o montante a receber.

O montante desta rubrica encontra-se deduzido de eventuais perdas de imparidade, que são registados na demonstração de resultados em 'Provisões e perdas de imparidade'. Recuperações e reversões subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditados na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade' da demonstração de resultados.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7- 'Demonstração de Fluxos de Caixa', através do método direto. A empresa classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a

menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'. A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os pagamentos a pessoal e outros recebimentos e pagamentos relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

i) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo 'custo amortizado'. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

j) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou ainda, quando o projeto em causa se encontra suspenso.

k) Instrumentos financeiros derivados

A empresa utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pela empresa.

Os instrumentos financeiros derivados ('cash flow hedges') utilizados normalmente pela empresa respeitam a:

(i) 'swaps' de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos,



prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos 'swaps' de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos 'swaps' de cobertura de 'cash-flow' é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios 'Reservas de cobertura'.

(ii) **forward's cambiais** para cobertura do risco cambial. Os valores e prazos envolvidos são idênticos aos valores faturados e aos respetivos prazos de vencimento.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados diretamente na demonstração de resultados.

Em 31 de março de 2015 e de 2014, a empresa não se encontra a utilizar qualquer instrumento financeiro derivado, para além dos referidos na Nota 1.t).

l) Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso a empresa possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

m) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento do exercício' inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12- 'Impostos sobre o Rendimento'.

A Sonaecom é abrangida, desde janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente, e ainda que por intermédio de sociedades residentes noutro Estado Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, desde que, neste último caso, exista obrigação de cooperação

administrativa, em pelo menos, 75% do capital, desde que tal participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto, desde que cumpridos determinados requisitos.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 9).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o ativo ou o passivo seja realizado, com base nas taxas que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data do balanço.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a ativos ou passivos registados diretamente no capital próprio, o seu registo também é efetuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

n) Especialização de exercícios e Rébito

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas 'Outros ativos correntes', 'Outros ativos não correntes', 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os custos, imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, são estimados e registados em 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes', sempre que seja possível estimar com grande fiabilidade o montante, bem como o momento da concretização da despesa. Se existir incerteza quer relativamente à data da saída de recursos, quer quanto ao montante da obrigação, o valor é classificado como Provisões (Nota 1.l)).

Os ativos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a atualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos acionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

o) Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões para outros riscos e encargos são classificados como não correntes (Notas 9 e 15).

p) Reservas

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reserva de prémios de emissão de ações

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas para planos de incentivo de médio prazo

De acordo com a IFRS 2- 'Pagamentos com Base em ações', a responsabilidade com os planos liquidados através da entrega de ações próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro 2014, devido à conversão dos planos existentes de ações Sonaecom para ações Sonae SGPS e a atribuição do novo plano em ações Sonae SGPS, não existe qualquer montante registado na rubrica 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo'.

Reservas de cobertura

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de 'cash flow' que se consideram eficazes (Nota 1. k)) sendo que as mesmas não

são passíveis de ser distribuídas ou ser utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de ações próprias

As reservas de ações próprias refletem o valor das ações próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Adicionalmente, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes de capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas podem ser distribuídos quando os elementos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos liquidados ou quando terminar o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis ou intangíveis. Assim, a 31 de março de 2015, a Sonaecom, SGPS, S.A. dispunha de reservas livres distribuíveis no montante de cerca de 19,6 milhões de euros. Para este efeito foram consideradas como distribuíveis os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio já exercidos durante o período findo em 31 de março de 2015.

q) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

r) Moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

As cotações utilizadas para conversão em euros foram as seguintes:

	2015		2014	
	31 março	Média	31 março	Média
Libra inglesa	1,3750	1,3453	1,2074	1,2078
Franco suíço	0,9558	0,9335	0,8201	0,8172
Coroa sueca	0,1076	0,1066	0,1118	0,1129
Dólar americano	0,9295	0,8880	0,7253	0,7301

s) Imparidade de ativos

São efetuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado.



Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Ativos fixos tangíveis, na rubrica de 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros ativos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

Para os 'Investimentos em empresas do grupo', a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da empresa.

Para os 'Investimentos em empreendimentos conjuntos', a quantia recuperável é determinada tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração e a média de avaliações efetuadas por analistas externos (*researches*).

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte, e;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

t) Planos de incentivo de médio prazo

O tratamento contabilístico dos planos de incentivo de médio prazo é baseado na IFRS 2 – 'Pagamentos com Base em Ações'.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pela empresa são liquidados através da entrega de ações próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de

atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa à empresa, que assume a responsabilidade de entrega das ações na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- (i) O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes';
- (ii) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas 'Outros ativos não correntes' e 'Outros ativos correntes';
- (iii) O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em capitais próprios;
- (iv) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica 'Custos com o pessoal'.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efetuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de ações da Sonae SGPS são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.



Para o plano de 2011 de ações Sonaecom, a empresa tinha celebrado com a Sonae-SGPS, S.A. um contrato em que esta se obriga à transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito do plano de incentivos de médio prazo, no qual fixou o preço de aquisição das referidas ações. Este contrato cessou durante o ano 2014.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a Sonaecom, converteu a totalidade dos planos Sonaecom em aberto em planos de ações Sonae SGPS.

O impacto associado a esta conversão dos planos de incentivo de médio prazo está contabilizado, no balanço, na rubrica de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes' (nota 23).

A 31 de março de 2015, os dois planos de ações Sonae SGPS que resultam da conversão estavam cobertos por ações em carteira da empresa-mãe. O plano atribuído durante o ano não está coberto estando registada a responsabilidade ao justo valor. A responsabilidade de todos os planos encontra-se registada nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

u) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*adjusting events*) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*non adjusting events*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

v) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014 incluem, essencialmente, as análises de imparidade dos ativos, nomeadamente dos investimentos financeiros em empresas do grupo.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8- 'Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros'.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações

financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas, quando aplicável.

w) Gestão do risco financeiro

A atividade da empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rentabilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da empresa, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.k)).

A empresa encontra-se ainda exposta aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras, contudo estes são efetuados geralmente tendo em conta objetivos estratégicos.

Risco de mercado

a) Risco da taxa de câmbio

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados a flutuações cambiais. Sempre que possível, a empresa tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível, a empresa recorre a outros instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.k)).

Considerando os reduzidos valores de ativos e passivos em moeda estrangeira, o impacto da variação da taxa de câmbio não é significativo.

b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexado a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da empresa é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados da empresa, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (*natural hedge*); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades igualmente remuneradas a taxas variáveis.



A empresa apenas utiliza instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta;
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da empresa.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 14) encontra-se indexado a taxas variáveis, *swaps* de taxa de juro e outros derivados são utilizados como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros, quando tal se entenda necessário. Quando os *swaps* de taxa de juro são contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, a empresa acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respetivos montantes nominais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política da empresa privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento. Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, a empresa utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalentes à data de balanço. Cotações comparativas de

instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39 – 'Instrumentos Financeiros'), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas diretamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Em 31 de março de 2015 não estão contratados quaisquer instrumentos derivados da cobertura de variações da taxa de juro.

Risco de liquidez

A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que a empresa maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:



- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- (ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária;
- (iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating* previamente definidas pela Administração e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objetivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro

necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos é apresentada na Nota 14.

Risco de crédito

A exposição da empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto da empresa apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro da empresa.

O montante relativo a outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, o qual se encontra líquido de imparidades, representa a máxima exposição da empresa ao risco de crédito.

2. Ativos fixos tangíveis

Nos períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

								2015
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto								
Saldo em 31 dezembro 2014	347.208	43.858	22.060	171	242.718	104	1.600	657.719
Alienações	-	-	-	-	-	-	(1.600)	(1.600)
Saldo final em 31 março 2015	347.208	43.858	22.060	171	242.718	104	-	656.119
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas								
Saldo em 31 dezembro 2014	329.809	43.715	7.813	171	237.435	104	-	619.047
Depreciações do período	1.053	18	1.379	-	1.006	-	-	3.456
Saldo final em 31 março 2015	330.862	43.733	9.192	171	238.441	104	-	622.503
Valor líquido	16.346	125	12.868	-	4.277	-	-	33.616
2014								
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto								
Saldo em 31 dezembro 2013	348.914	43.858	22.060	171	242.718	104	-	657.825
Saldo final em 31 março 2014	348.914	43.858	22.060	171	242.718	104	-	657.825
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas								
Saldo em 31 dezembro 2013	325.938	43.643	2.298	171	232.961	104	-	605.115
Depreciações do período	1.129	18	1.379	-	1.438	-	-	3.964
Saldo final em 31 março 2014	327.067	43.661	3.677	171	234.399	104	-	609.079
Valor líquido	21.847	197	18.383	-	8.319	-	-	48.746

3. Ativos intangíveis

Nos períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

				2015
	Propriedade industrial	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2014	9.719	192.404	498	202.621
Alienações	-	-	(350)	(350)
Tranferências	-	148	(148)	-
Saldo final em 31 março 2015	9.719	192.552	-	202.271
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2014	9.719	186.817	-	196.536
Amortizações do período	-	370	-	370
Saldo final em 31 março 2015	9.719	187.187	-	196.906
Valor líquido	-	5.365	-	5.365

				2014
	Propriedade industrial	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2013	9.719	192.404	-	202.123
Saldo final em 31 março 2014	9.719	192.404	-	202.123
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2013	9.719	185.312	-	195.031
Amortizações do período	-	397	-	397
Saldo final em 31 março 2014	9.719	185.709	-	195.428
Valor líquido	-	6.695	-	6.695

4. Classes de instrumentos financeiros

A 31 de março de 2015 e 2014, as classes de instrumentos financeiros eram como segue:

						2015
	Empréstimos e contas a receber	Inv. registrados ao justo valor através de resultados	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Ativos não correntes						
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 7)	-	1.069.775	-	1.069.775	-	1.069.775
Outros ativos não correntes (Nota 8)	162.629.236	-	-	162.629.236	-	162.629.236
	162.629.236	1.069.775	-	163.699.011	-	163.699.011
Ativos correntes						
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 7)	-	75.894.217	-	75.894.217	-	75.894.217
Outras dívidas de terceiros (Nota 10)	9.057.277	-	-	9.057.277	1.491.071	10.548.348
Outros ativos correntes	-	-	227.065	227.065	86.457	313.522
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 11)	180.414.578	-	-	180.414.578	-	180.414.578
	189.471.855	75.894.217	227.065	265.593.137	1.577.528	267.170.665

						2014 (reexpresso)
	Empréstimos e contas a receber	Inv. registrados ao justo valor através de resultados	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Ativos não correntes						
Outros ativos não correntes (Nota 8)	172.556.237	-	-	172.556.237	-	172.556.237
	172.556.237	-	-	172.556.237	-	172.556.237
Ativos correntes						
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 7)	-	64.549.251	-	64.549.251	-	64.549.251
Outras dívidas de terceiros (Nota 10)	1.931.684	-	-	1.931.684	2.420.721	4.352.405
Outros ativos correntes	-	-	839.692	839.692	114.580	954.272
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 11)	182.602.118	-	-	182.602.118	-	182.602.118
	184.533.802	64.549.251	839.692	249.922.745	2.535.301	252.458.046

						2015
	Passivos registrados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total	
Passivo não corrente						
Outros passivos não correntes	-	-	-	276.363	276.363	
	-	-	-	276.363	276.363	
Passivo corrente						
Outras dívidas a terceiros (Nota 16)	-	662.258	662.258	33.606	695.864	
Outros passivos correntes	-	243.122	243.122	2.251.042	2.494.164	
	-	905.380	905.380	2.284.648	3.190.028	

						2014
	Passivos registrados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total	
Passivo não corrente						
Outros passivos não correntes	-	-	-	386.277	386.277	
	-	-	-	386.277	386.277	
Passivo corrente						
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 14)	36.668.043	-	36.668.043	-	36.668.043	
Outras dívidas a terceiros (Nota 16)	-	1.327.273	1.327.273	51.571	1.378.844	
Outros passivos correntes	-	112.994	112.994	1.894.034	2.740.651	
	36.668.043	1.440.267	38.108.310	1.945.605	40.787.538	

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, bem como os custos especializados com o plano de ações, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. Por sua vez, os custos e proveitos diferidos, registrados nas rubricas de outros ativos e passivos correntes e não correntes, foram considerados como instrumentos não financeiros.

No âmbito das medidas de regularização de dívidas ao fisco a Sonaecom, ao abrigo regime de regularização de dívidas ao Fisco e Segurança Social, (DL 151-A/2013 e DL 248-A/2002), efetuaram, voluntariamente, pagamentos de impostos no montante de cerca de 5,4 milhões de euros, tendo sido eliminadas as respetivas garantias e mantendo-se em curso os processos de impugnação judiciais associadas, tendo o valor máximo de contingência sido reduzido por via da eliminação de coimas e juros corridos até à data de pagamento. Conforme previsto nos diplomas de suporte aos referidos programas a Sonaecom mantém os procedimentos judiciais tendentes a que lhe venha a ser dada razão perante as situações em concreto, tendo sido reconhecido como ativo o valor pago ao abrigo dos referidos planos, de acordo com a política adotada pela Sonaecom.

No entanto, a CMVM discorda da interpretação realizada, tendo solicitado à Sonae a correção retrospectiva das demonstrações financeiras de todos os pagamentos que não sejam relativos a liquidações de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) com a argumentação de que se trata de um ativo contingente. Embora não concordando com a posição da CMVM, a Sonae, e por coerência, a Sonaecom efectuaram a reexpressão das demonstrações financeiras em conformidade (Nota 1).

É entendimento do Conselho de Administração da Sonaecom que o justo valor das classes de instrumentos financeiros registados ao custo amortizado e dos registados ao valor presente dos pagamentos não difere de forma significativa do seu valor contabilístico, atendendo às condições contratuais de cada um desses instrumentos financeiros.

5. Investimentos em empresas do grupo

Em 31 de março de 2015 e 2014, esta rubrica incluía as partes de capital detido em empresas do grupo e tinha a seguinte composição:

Empresa	2015	2014
Sonaetelecom BV	73.460.618	75.009.902
Sonae com – Sistemas de Informação, SGPS, S.A. ('Sonae com SI')	52.241.587	52.241.587
Sonaecom BV	10.300.000	25.020.000
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. ('PCJ')	11.850.557	11.850.557
Público - Comunicação Social, S.A. ('Público')	10.227.595	10.227.595
Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A. ('Miauger')	-	6.541.125
Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A. ('Sonaecom SP')	50.000	50.000
	158.130.357	180.940.766
Perdas de imparidade (Nota 15)	(106.283.215)	(113.507.607)
Total de investimentos em empresas do grupo	51.847.142	67.433.159

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante os períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014, foram como segue:

Empresa	Saldo a 31 dezembro 2014	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo a 31 março 2015
Sonaetelecom BV	73.460.618	-	-	-	73.460.618
Sonaecom SI	52.241.587	-	-	-	52.241.587
Sonaecom BV	10.300.000	-	-	-	10.300.000
PCJ	11.850.557	-	-	-	11.850.557
Público	10.227.595	-	-	-	10.227.595
Sonaecom SP	50.000	-	-	-	50.000
	158.130.357	-	-	-	158.130.357
Imparidades (Nota 15)	(105.338.215)	(925.000)	-	(20.000)	(106.283.215)
	52.792.142	(925.000)	-	(20.000)	51.847.142



Empresa	Saldo a 31 dezembro 2013	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo a 31 março 2014
Sonaetelecom BV	75.009.902	-	-	-	75.009.902
Sonaecom SI	52.241.587	-	-	-	52.241.587
Sonaecom BV	25.020.000	-	-	-	25.020.000
Miauger	5.714.245	826.880	-	-	6.541.125
Público	10.227.595	-	-	-	10.227.595
PCJ	11.176.547	674.010	-	-	11.850.557
Sonaecom SP	50.000	-	-	-	50.000
	179.439.876	1.500.890	-	-	180.940.766
Imparidades (Nota 15)	(112.859.590)	-	340.837	(988.854)	(113.507.607)
	66.580.286	1.500.890	340.837	(988.854)	67.433.159

No período findo em 31 de março de 2014, os valores de 826.880 euros e 674.010 de aumentos na Miauger e PCJ, respetivamente, correspondem a aumentos de capital para cobertura de prejuízos.

A empresa apresenta em separado demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2015, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, as quais apresentam um total de ativo consolidado de 1.119.880.093 euros, um passivo consolidado de 72.598.227 euros, proveitos operacionais consolidados de 32.442.103 euros e capitais próprios consolidados de 1.047.281.866 euros, incluindo um resultado líquido consolidado positivo (atribuível a acionistas da empresa mãe – Sonaecom, SGPS, S.A.) para o período findo em 31 de março de 2015, de 21.286.031 euros.

Em 31 de março de 2015 e 2014, a principal informação financeira (preparada de acordo com as normas IFRS) sobre as filiais e empreendimentos conjuntos detidas diretamente pela empresa é como segue:

Empresa	Sede	2015			2014		
		% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido	% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido
ZOPT (a) (Nota 6)	Matosinhos	50%	2.582.673.000	10.193.000	50%	2.532.378.220	10.008.700
Sonae com SI	Maia	100%	81.853.236	298.090	100%	86.155.333	154.034
Sonaecom BV	Amesterdão	100%	344.371	(12.907)	100%	15.070.021	108.620
PCJ	Maia	100%	1.595.948	91.941	100%	1.247.338	7.893
Sonaetelecom BV	Amesterdão	100%	37.182	(9.335)	100%	1.620.151	2.721
Miauger (b)	Maia	0%	-	-	100%	289.573	229.573
Sonaecom SP	Maia	100%	83.361	(632)	100%	62.663	20.653
Público	Maia	100%	568.532	(836.795)	100%	674.520	(843.755)

(a) Demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Empresa liquidada em maio de 2014

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de goodwill é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do grupo efetuados numa base anual exceto se existirem indícios de imparidade, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos. No setor de sistemas de informação, os pressupostos utilizados têm por base essencialmente os vários negócios do grupo e os crescimentos das várias áreas geográficas onde o grupo opera. A taxa de crescimento média considerada para o volume de negócios dos 5 anos foi de 12,6%. Para este crescimento contribuiu essencialmente o grupo We Do pela aposta em novos setores de atividade e a recente aposta no mercado de segurança que está em forte crescimento. Para o setor do Multimédia, a taxa de crescimento média considerada foi de 2,0%. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade são consideradas taxas de crescimento de 2% no setor de sistemas de informação e de 0% no setor do Multimédia. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efetuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transações semelhantes e outras propostas efetuadas. No que respeita ao setor das telecomunicações (Zopt), a aferição da existência ou não de imparidade é determinada tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração, cuja taxa de crescimento média implícita da margem operacional ascende a 2,7%, e a média de avaliações efetuadas por analistas externos (researches).



	Sistemas de Informação	Multimédia	Telecomunicações
Pressupostos			
Base da quantia recuperável	Valor de uso	Valor de uso	Valor de uso
Taxa de desconto	10,5%	9,0%	8,2%
Taxa de crescimento na perpetuidade	2,0%	0,0%	2,0%

6. Investimentos em empreendimentos conjuntos

Em 31 de março de 2015 e 2014, esta rubrica incluía as partes de capital detidas em empreendimentos conjuntos e tinha a seguinte composição:

Empresa	2015	2014
ZOPT, SGPS, S.A. ('ZOPT')	597.666.944	597.666.944

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante os períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014, foram como segue:

Empresa	Saldo a 31 dezembro 2014	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo a 31 março 2015
ZOPT	597.666.944	-	-	-	597.666.944

Empresa	Saldo a 31 dezembro 2013	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo a 31 março 2014
ZOPT	597.666.944	-	-	-	597.666.944

Na sequência do anúncio efetuado a 14 de dezembro de 2012, entre a Sonaecom SGPS, S.A., a Kento Holding Limited e a Jadeium BV (atualmente denominada Unitel International Holdings, BV, conjuntamente referidas como 'Kento/Jadeium'), de terem alcançado um acordo no sentido de promover junto das administrações da Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. ('Zon'), e da Optimus SGPS, S.A. uma operação de fusão entre as duas empresas, a 11 de janeiro de 2013, a Sonaecom, SGPS, S.A. ('Sonaecom') efetuou um aumento de capital em espécie transferindo 81,807% da participação financeira na Optimus SGPS, S.A. para a ZOPT, SGPS, S.A. (sociedade veículo usada para o efeito), condicionado à concretização da fusão.

Assim, na sequência deste acordo, a 27 de agosto de 2013 formalizou-se a operação de fusão, após estarem cumpridos todos os requisitos para que a mesma se concretizasse pelo que a Sonaecom considera ser esta a data em que a Zopt passou a controlar a NOS, tendo a Sonaecom, efetuado, nesse dia, o registo do aumento de capital em espécie transferindo 81,807% da participação financeira na Optimus SGPS, S.A. para a ZOPT SGPS, S.A. ('Zopt'). Consequentemente, com o aumento de capital na Zopt, a Sonaecom passou a ser detentora de 50% do capital da Zopt e de suprimentos a receber da Zopt no montante de 230 milhões de euros (Nota 8), os quais seriam posteriormente convertidos em prestações acessórias e reduzidos para 115 milhões de euros (Notas 8 e 18). Adicionalmente, a participação remanescente de 18,193% na Optimus SGPS foi convertida numa participação minoritária de 7,28% da NOS (Nota 7), a qual foi reduzida na sequência da Oferta Pública Geral e Voluntária de aquisição de ações próprias em 5 de fevereiro de 2014 diminuindo o investimento em ações NOS em 26.476.792 ações (141.650.837 euros) (Nota 12). Desta forma, a Sonaecom, SGPS, S.A. passou a deter 11.012.532 ações representativas do capital social da NOS, correspondentes a uma participação de 2,14%.

Conforme acordo parassocial assinado entre as partes envolvidas na operação de fusão, a Sonaecom e o Grupo Kento/Jadeium obrigaram-se a não adquirir quaisquer ações representativas do capital social da NOS, exceção feita às ações adquiridas pela Sonaecom em resultado da operação fusão. Por esta razão, o acordo parassocial prevê também que decorridos 2 anos sobre a data da inscrição da fusão no registo comercial, e por um período de 3 meses, o Grupo Kento/Jadeium poderá exercer uma opção de compra sobre metade das ações representativas do capital social da NOS, de que a Sonaecom seja titular à data do exercício da opção, pelo preço unitário igual à cotação média ponderada do mês anterior.

Decorrente do aumento de capital da Zopt e fusão entre a Optimus SGPS e a Zon, a Sonaecom desreconheceu o investimento na Optimus SGPS no montante de 1.006 milhões de euros e as prestações suplementares no montante de 144,6 milhões de euros (Nota

8). Simultaneamente reconheceu um investimento na Zopt de 598 milhões de euros¹, suprimentos a receber da Zopt no montante de 230 milhões de euros e um investimento registado ao justo valor através de resultados de ações da NOS (conversão de 20.921.650 ações Optimus SGPS, representativas de 18,193% do capital, em 37.489.324 ações NOS, representativas de 7,28% do capital) à cotação bolsista à data da fusão (27 de agosto de 2013) no montante de 156 milhões de euros (Nota 7).

7. Investimentos registados ao justo valor através de resultados

Em agosto de 2013, o grupo Sonaecom, em resultado do processo de fusão entre a Optimus SGPS e Zon, passou a deter ações NOS registadas ao justo valor através de resultados (Nota 6), uma vez que se trata da classificação inicial de um ativo detido com o propósito de venda no curto prazo. Conforme acordo parassocial, estas ações não conferem qualquer direito de voto adicional nem interferem na situação de controlo partilhado na NOS.

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante o período findo em 31 de março de 2015 foram como segue:

						2015
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Aumento e diminuições do justo valor (Nota 18)	Aumento e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura MTIP*	Saldo final
NOS	57.661.618	-	-	16.573.861	-	74.235.479
Sonae SGPS	2.303.954	-	(450.639)	420.553	454.645	2.728.513
	59.965.572	-	(450.639)	16.994.414	454.645	76.963.992
Registado em ativos não correntes (Nota 4)						1.069.775
Registado em ativos correntes (Nota 4)						75.894.217

* Planos de incentivo de médio prazo

						2014
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Aumento e diminuições do justo valor (Nota 18)	Aumento e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura MTIP*	Saldo final
NOS	202.442.350	-	(141.650.837)	1.979.919	-	62.771.432
Sonae SGPS	-	2.578.234	(851.758)	51.343	-	1.777.819
	202.442.350	2.578.234	(142.502.595)	2.031.262	-	64.549.251
Registado em ativos correntes						64.549.251

* Planos de incentivo de médio prazo

Os aumentos e diminuições do justo valor são registados por contrapartida da rubrica 'Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo' da demonstração de resultados (Nota 18). Com exceção dos aumentos e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura dos planos de incentivo de médio prazo cujo valor é registado na rubrica "Outros custos operacionais" e "Outros custos financeiros" da demonstração de resultados.

As diminuições a 31 de março de 2015, do investimento em ações Sonae SGPS, correspondem essencialmente ao pagamento do plano de incentivos de médio prazo vencido no período findo em 31 de março de 2015.

As diminuições a 31 de março de 2014 correspondem à contrapartida em ações NOS prevista nos termos de troca da Oferta Pública Geral e Voluntária de aquisição de ações próprias. Em resultado desta oferta a Sonaecom reduziu o seu investimento em ações NOS

¹ A participação da Zopt de 598 milhões de euros ($598 = ((2.850 \times 50,01\%) - 230) \times 50\%$) resulta da valorização da NOS em 2.850 milhões de euros correspondendo à soma da valorização realizada para o aumento de capital na Zopt da Zon e da Optimus em 1.500 milhões de euros e 1.000 milhões de euros, respetivamente (realizada pelas entidades intervenientes no aumento de capital e no projeto de fusão), e das sinergias mínimas estimadas e divulgadas no projeto de fusão no montante de 350 milhões de euros deduzidos dos suprimentos de 230 milhões de euros (nível 3 de inputs na hierarquia de justo valor). Foi entendido que a cotação de mercado da Zon, à data da fusão, não refletia ainda o justo valor da NOS (a comprovar este argumento para a não utilização da cotação da Zon à data da fusão está a evolução positiva da cotação bolsista da NOS desde a concretização da fusão até 31 de dezembro de 2013 (2.782 milhões de euros versus os 2.141 milhões de euros à cotação do dia 27 de agosto de 2013, dia da fusão)) e por este motivo não foi utilizada a capitalização bolsista da Zon para a valorização do investimento Zopt. A valorização da Zon e da Optimus teve por base projeções realizadas internamente e de analistas no que diz respeito aos principais indicadores económicos, nomeadamente resultados operacionais e investimento, tendo sido usado um custo médio ponderado de capital de 9,5% e uma taxa de crescimento de 3%.

em 26.476.792 ações (141.650.837 euros) (Nota 12), passando a deter 11.012.532 ações representativas do capital social da NOS, correspondentes a uma participação de 2,14%.

O valor registado em "ativos não correntes" corresponde ao investimento em ações Sonae SGPS, para cobertura dos planos de incentivo de médio prazo, cujo pagamento irá ocorrer em mais de um ano.

A determinação do justo valor do investimento detalha-se como segue:

2015	NOS	Sonae SGPS
Ações	11.012.532	1.926.916
Nível de inputs na hierarquia de justo valor		Nível 1
Método de valorização		Preço cotado em bolsa
Preço cotado*	6,741	1,416
Justo valor	74.235.478	2.728.513
* Utilizada a cotação de 31 de março de 2015 no apuramento do justo valor.		
2014	NOS	Sonae SGPS
Ações	11.012.532	1.303.386
Nível de inputs na hierarquia de justo valor		Nível 1
Método de valorização		Preço cotado em bolsa
Preço cotado*	5,7	1,364
Justo valor	62.771.432	1.777.819
* Utilizada a cotação de 31 de março de 2014 no apuramento do justo valor.		

8. Outros ativos não correntes

Em 31 de março de 2015 e 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2015	2014
Ativos financeiros		
Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do grupo e empreendimentos conjuntos:		
Sonae com SI	11.485.000	14.295.000
PCJ	4.245.000	4.425.000
Público	2.415.000	1.780.000
Sonaecom SP	420.000	-
	18.565.000	20.500.000
Prestações acessórias:		
Zopt	115.000.000	115.000.000
Sonae com SI	30.289.791	39.951.791
Público	5.362.405	2.182.406
PCJ	1.189.445	1.189.445
	151.841.641	158.323.642
	170.406.641	178.823.642
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 15)	(7.777.405)	(6.267.405)
	162.629.236	172.556.237



Durante os períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos em 'Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do grupo e empreendimentos conjuntos' foram os seguintes:

				2015
Empresa	Saldo inicial	Diminuições	Transferências	Saldo final
Sonae com SI	12.220.000	(735.000)	-	11.485.000
PCJ	4.345.000	(100.000)	-	4.245.000
Público	2.435.000	(20.000)	-	2.415.000
Soanecom SP	420.000	-	-	420.000
	19.420.000	(855.000)	-	18.565.000

				2014
Empresa	Saldo inicial	Diminuições	Transferências	Saldo final
Sonae com SI	15.655.000	(1.360.000)	-	14.295.000
PCJ	4.610.000	(185.000)	-	4.425.000
Público	1.780.000	-	-	1.780.000
	22.045.000	(1.545.000)	-	20.500.000

Durante os períodos findos em 31 de março 2015 e 2014, os movimentos ocorridos em 'Prestações acessórias' foram os seguintes:

				2015
Empresa	Saldo inicial	Diminuições	Transferências	Saldo final
ZOPT	115.000.000	-	-	115.000.000
Sonae com SI	32.476.791	(2.187.000)	-	30.289.791
Público	5.362.405	-	-	5.362.405
PCJ	1.189.445	-	-	1.189.445
	154.028.641	(2.187.000)	-	151.841.641

				2014
Empresa	Saldo inicial	Diminuições	Transferências	Saldo final
ZOPT	115.000.000	-	-	115.000.000
Sonae com SI	39.951.792	-	-	39.951.792
Público	2.182.405	-	-	2.182.405
PCJ	1.863.455	(674.010)	-	1.189.445
Miauger	988.853	-	(988.853)	-
	159.986.505	(674.010)	(988.853)	158.323.642

Durante os períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014, os empréstimos a empresas do grupo e empreendimentos conjuntos venceram juros a uma taxa média de 5,50% e 5,72%, respetivamente. As prestações acessórias não vencem juros.

Os empréstimos concedidos e as prestações acessórias não têm um prazo de reembolso definido, pelo que não é apresentada informação sobre a sua maturidade.

A aferição da existência ou não de imparidade para os principais empréstimos concedidos a empresas do grupo registados nas demonstrações financeiras anexas é efetuada com base nos últimos planos de negócio aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos, tendo por base as taxas de desconto e de crescimento em perpetuidade apresentadas na nota anterior (Nota 5).

9. Impostos diferidos

Em 31 de março de 2015 e 2014, os valores de impostos diferidos não registados por não ser provável a existência de lucros fiscais futuros para os absorver eram como se segue:

	2015	2014
Prejuízos reportáveis	1.192.550	-
Provisões e perdas por imparidade não aceites	116.440.458	121.094.141
CFEI	151	151
Total	117.633.159	121.094.292
Impostos diferidos ativos	26.449.689	29.522.324

Em 31 de março de 2015 e 2014, os impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais não registados foram gerados nos seguintes exercícios:

Ano em que foram gerados	2015	2014
2014	250.436	-
	250.436	-

Para o período findo a 31 de março de 2015, a taxa de imposto utilizada para cálculo dos ativos/passivos por impostos diferidos foi de 21% para os prejuízos fiscais reportáveis e, de 22,5% para os restantes ativos e passivos por impostos diferidos, devido à alteração da taxa de IRC de 23% para 21% a partir de 2015 inclusive. Para o período findo a 31 de março de 2014, taxa de imposto utilizada para cálculo dos ativos/passivos por impostos diferidos foi de 23% para os prejuízos fiscais reportáveis, e de 24,5% para os restantes ativos e passivos por impostos diferidos. Os benefícios fiscais, por se tratar de deduções à coleta, são considerados a 100%, sendo que em alguns casos, a sua integral aceitação se encontra dependente da aprovação das autoridades concedentes de tais benefícios.

Não foi considerada a Derrama estadual, por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa.

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014 é como se segue:

	2015	2014
Resultado antes de imposto	23.377.055	1.427.242
Imposto (21% em 2015 e 23% em 2014)	(4.909.182)	(328.266)
Tributação autónoma, derrama e correção de imposto do ano anterior	(22.228)	(986)
Provisão para impostos (Notas 15 e 19)	-	-
Diferenças temporárias do exercício sem registo de impostos diferidos ativos	(263.598)	(133.604)
Ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente	5.014.706	463.319
Utilização de prejuízos de anos anteriores, cujos impostos diferidos não estavam registados	117.109	-
Impostos registados no período (Nota 19)	(63.193)	463

A taxa fiscal aplicável na reconciliação entre o gasto de impostos e o lucro contabilístico é de 21% para 2015 e 23% para 2014, por serem estas as taxas normais de IRC em Portugal em 2015 e 2014.

Os ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente referentes a 2014 e 2015 são relativos, essencialmente, a perdas e ganhos em investimentos financeiros e a dividendos recebidos (Nota 18), os quais não concorrem para a formação do lucro tributável do exercício.

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da empresa durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2012 (inclusive), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do

Conselho de Administração que eventuais correções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração da empresa corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais classificadas como prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2015.

10. Outras dívidas de terceiros

Em 31 de março de 2015 e 2014 (reexpresso – Nota 1), esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2015	2014 (não auditado e reexpresso)
Dividendos a receber	7.315.500	-
Estado e outros entes públicos	1.491.071	2.420.721
Outros devedores	1.741.777	1.931.684
	10.548.348	4.352.405

Em 31 de março de 2015, a rubrica 'Dividendos a receber' diz respeito aos dividendos a receber da Zopt SGPS (Nota 18).

Em 31 de março de 2015 e 2014, a rubrica 'Outros devedores' incluía saldos a receber de diversas empresas do grupo, relativos a juros de suprimentos, juros de aplicações de tesouraria e de diversos serviços prestados (Notas 18 e 20).

O valor registado em 'Estado e outros entes públicos', em 31 de março de 2015 e 2014, diz respeito a pagamentos especiais por conta, retenções efetuadas por terceiros e imposto sobre o rendimento a ser recuperado.

11. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de março de 2015 e 2014, o detalhe de 'caixa e seus equivalentes' era o seguinte:

	2015	2014
Numerário	786	574
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	8.628.792	1.971.544
Aplicações de tesouraria	171.785.000	180.630.000
	180.414.578	182.602.118
Descobertos bancários (Nota 14)	-	(13.028)
	180.414.578	182.589.090

Em 31 de março de 2015 e 2014, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2015	2014
Aplicações bancárias	168.105.000	172.635.000
Sonaecom SI	2.475.000	290.000
Público	1.025.000	2.305.000
Sonaecom SP	145.000	-
Soanecom BV	20.000	-
PCJ	15.000	10.000
We Do	-	3.500.000
Mainroad	-	1.480.000
Saphety	-	410.000
	171.785.000	180.630.000

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o período findo em 31 de março de 2015, venceram juros a uma taxa média de 0,31% (5,78% em 2014).

12. Capital social

Em 31 de março de 2015 e 2014, o capital social da Sonaecom estava representado por 311.340.037 ações, correspondentes a ações ordinárias escriturais nominativas, com o valor unitário de 0,74. Nessas datas, a estrutura acionista era a seguinte:

	2015		2014	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Sontel BV	194.063.119	62,33%	194.063.119	62,33%
Sonae SGPS	81.022.964	26,02%	79.290.757	25,47%
Ações dispersas em Bolsa	30.682.940	9,86%	32.415.147	10,41%
Ações próprias (Nota 13)	5.571.014	1,79%	5.571.014	1,79%
	311.340.037	100,00%	311.340.037	100,00%

Em 5 de fevereiro de 2014, a Sonaecom publicou a decisão de lançar uma Oferta Pública, Geral e Voluntária de Aquisição de Ações Próprias representativas do capital social da Sonaecom.

A Oferta foi geral e voluntária, sendo o Oferente obrigado a adquirir a totalidade das ações objeto da oferta que foram, até ao final do respetivo período da Oferta, objeto de aceitação válida pelos destinatários da Oferta.

O período da Oferta, durante o qual foram recebidas as Ordens de Venda, decorreu ao longo de duas semanas, tendo início em 6 de fevereiro e término em 19 de fevereiro de 2014.

Em 20 de fevereiro de 2014, foram apurados os resultados da Oferta. O nível de aceitação atingiu 62%, correspondendo a 54.906.831 ações da Sonaecom. Durante o exercício de 2014 a Sonaecom reduziu assim o seu capital social em cerca de 136 milhões de euros, em resultado da extinção das ações próprias adquiridas (54.906.831 ações) e redução do valor nominal das restantes ações representativas do capital social da Sonaecom de 1 euro para 0,74 euros por ação. Na sequência deste resultado, o Euronext Lisbon anunciou a exclusão da Sonaecom do PSI-20 a partir de 24 de fevereiro de 2014.

Como contrapartida das ações próprias adquiridas neste processo de Oferta Pública Geral e Voluntária a Sonaecom entregou 26.476.792 ações representativas do capital social da NOS que se encontravam registadas no balanço por 141.650.837 euros (Nota 7) e o montante de 19.632 euros em dinheiro, pelo que em resultado desta Oferta Pública Geral e Voluntária, o ativo e o capital próprio da Sonaecom reduziu-se em 141.670.470 euros.

A totalidade das ações que representam o capital social da Sonaecom corresponde a ações autorizadas, subscritas e pagas. Todas as ações têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

13. Ações próprias

Durante o período findo em 31 de março de 2015, a Sonaecom não adquiriu, alienou ou entregou ações próprias, pelo que o montante detido à data é de 5.571.014 ações próprias representativas de 1,79% do seu capital social, a um preço médio de 1,515 euros.

14. Empréstimos

Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos

Em 31 de março de 2015 e 2014, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
				2015	2014
Aplicações de tesouraria obtidas	25.000.000	jul-13	-	-	16.279.000
Juros corridos não vencidos	-	-	-	-	161.481
				-	16.440.481
Obrigações Sonaecom SGPS 2013	20.000.000	jun-14	Final	-	20.000.000
Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	-	(88.934)
Juros corridos não vencidos	-	-	-	-	303.468
				-	20.214.534
Descobertos bancários (Nota 11)	-	-	-	-	13.028
				-	36.668.043

Empréstimos Obrigacionistas

Em maio de 2013, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 20 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de 3 anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Banco Caixa Económica Montepio Geral. Este empréstimo foi reembolsado antecipadamente em junho de 2014.

O empréstimo acima mencionado não tem garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo do mesmo é, exclusivamente, garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da empresa devedora.

A taxa de juro média dos empréstimos obrigacionistas, no período de 2014, foi de 4,83%.

Programas de Papel Comercial

Em junho de 2010, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 15 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de três anos, organizado pela Caixa Económica Montepio Geral. Em junho de 2013 foi efetuado um aditamento ao contrato que o prolongou por um ano, automaticamente prorrogável por iguais períodos até ao máximo de 5 anos tendo sido, em março de 2014, cedida esta linha à Sonaecom SGPS.

O empréstimo acima mencionado não tinha garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo do mesmo era exclusivamente garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da empresa devedora.

Em 31 de março de 2014, os principais condicionalismos financeiros (*covenants*) incluídos em contratos de dívida estavam relacionados com o empréstimo obrigacionista contraído pela Sonaecom em maio de 2013, no montante total de 20 milhões de euros, organizado pela Caixa Económica Montepio Geral, e que estabelece a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não exceda 3 vezes o EBITDA consolidado. A penalidade aplicável no caso de incumprimento deste traduz-se genericamente no pagamento antecipado do financiamento obtido.

Em 31 de março de 2014, a Sonaecom cumpria integralmente todos os condicionalismos financeiros acima mencionados.

Linhas de Crédito Bancário de curto prazo

A Sonaecom dispõe ainda de um conjunto de linhas de crédito bancário de curto prazo, sob a forma de contas correntes ou autorizações de descoberto em conta, no montante global de 1 milhão de euros. Estas linhas de crédito têm prazos de até um ano, automaticamente renováveis exceto em caso de denúncia de qualquer das partes, com determinados períodos de pré-aviso.

Todas as linhas de crédito bancário de curto prazo foram contraídas em euros e vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respetivo prazo.

Durante os períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014, o detalhe das 'Aplicações tesouraria' recebidas de empresas filiais, foram os seguintes:

	2015	2014
Sonaecom BV	-	14.720.000
Sonaetelecom BV	-	1.559.000
	-	16.279.000

As aplicações de tesouraria de empresas do grupo têm prazo de reembolso inferior a um ano e são remuneradas com base em taxas de juro de mercado. Durante o período findo em 31 de março 2014, as aplicações de tesouraria venceram juros a uma taxa média de 3,74%. Durante o período findo em 31 de março de 2015 a empresa não teve aplicações de tesouraria de empresas do grupo.

À data de 31 de março de 2015 e 2014, as linhas de crédito disponíveis pela empresa eram como se segue:

					Maturidade
Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Até 12 meses	Mais de 12 meses
2015					
Descobertos autorizados	1.000.000	-	1.000.000	x	
	1.000.000	-	1.000.000		
2014					
Empréstimo obrigacionista	20.000.000	20.000.000	-	x	
Descobertos autorizados	1.000.000	-	1.000.000	x	
Diversos	-	13.028	-	x	
	21.000.000	20.013.028	1.000.000		

Em 31 de março de 2015 e 2014, não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro.

15. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas, durante os períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Transferências	Utilizações	Saldo Final
2015						
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do grupo (Notas 5 e 18)	105.338.215	925.000	-	20.000	-	106.283.215
Perdas de imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Notas 8 e 18)	7.797.405	-	-	(20.000)	-	7.777.405
Provisões para outros riscos e encargos	304.811	46.490	-	-	-	351.301
	113.440.431	971.490	-	-	-	114.411.921
2014						
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do grupo (Notas 5 e 18)	112.859.590	-	(340.837)	988.854	-	113.507.607
Perdas de imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Notas 8 e 18)	6.296.259	960.000	-	(988.854)	-	6.267.405
Provisões para outros riscos e encargos	332.469	14	-	-	-	332.483
	119.488.318	960.014	(340.837)	-	-	120.107.495

Os incrementos em provisões e perdas de imparidade são registados por contrapartida da rubrica 'Provisões e perdas de imparidade' da demonstração de resultados, com exceção dos incrementos em perdas de imparidade em investimentos em empresas do grupo e

em outros ativos não correntes que, dada a sua natureza, são registados por contrapartida de custos financeiros na rubrica 'Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo' (Nota 18).

Em 31 de março de 2015, o reforço da rubrica 'Provisões para outros riscos e encargos' inclui, principalmente, montantes para fazer face a contingências diversas respeitantes a passivos prováveis resultantes de transações diversas e cuja saída de fundos é provável. Em 31 de março de 2014 o montante de 14 euros registado, na demonstração de resultados, em 'Outros custos financeiros', respeita à atualização da provisão para desmantelamento de sites, conforme previsto na IAS 16 – 'Ativos fixos tangíveis' (Nota 1.a)). Adicionalmente, em 31 de março de 2014, o reforço da rubrica 'Provisões para outros riscos e encargos' inclui, principalmente, o montante de 100.465 euros para fazer face a contingências diversas respeitantes a passivos prováveis resultantes de transações diversas e cuja saída de fundos é provável.

16. Outras dívidas a terceiros

Em 31 de março de 2015 e 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2015	2014
Outros credores	662.259	1.327.273
Estado e outros entes públicos	33.605	51.571
	<u>695.864</u>	<u>1.378.844</u>

17. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de março de 2015 e 2014, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2015	2014
Trabalhos especializados	138.324	169.259
Deslocações e estadas	19.867	23.914
Seguros	12.163	12.471
Rendas e alugueres	4.303	8.013
Comunicação	3.660	10.078
Outros fornecimentos e serviços externos	20.548	17.139
	<u>198.865</u>	<u>240.874</u>

18. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, dos períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014, têm a seguinte composição ((custos)/proveitos):

	2015	2014
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo		
Perdas relativas a empresas do grupo (Notas 5, 8 e 15)	(925.000)	(960.000)
Dividendos obtidos (Nota 10)	7.315.500	-
	6.390.500	(960.000)
Ganhos e perdas em Investimentos registados ao justo valor através de resultados		
Ganhos relativos a investimentos registados ao justo valor através de resultados (Nota 7)	16.994.414	2.528.197
	16.994.414	2.528.197
Outros custos financeiros		
Juros suportados:		
Empréstimos bancários	-	(213.108)
Outros empréstimos	(33.653)	(155.105)
	(33.653)	(368.213)
Outros custos financeiros	(33.546)	(236.236)
	(67.199)	(604.449)
Outros proveitos financeiros		
Juros obtidos	382.616	984.720
Diferenças de câmbio favoráveis	790	37
	383.406	984.757

19. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014 é composto como segue ((custos)/proveitos):

	2015	2014
Imposto corrente	(63.193)	463
Saldo final	(63.193)	463

20. Entidades relacionadas

Durante os períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014, os principais saldos e transações mantidos com entidades relacionadas (as quais se detalham em anexo) são como segue:

	Contas a receber (Nota 10)	Contas a pagar (Nota 16)	Aplicações de tesouraria (Nota 11)	Outros ativos/ (passivos)	Saldos a 31 de março de 2015 Empréstimos concedidos/(obtidos) (Nota 8)
Empresa-mãe					
Sonae SGPS	(872)	58.025	-	(10.456)	-
Subsidiárias					
Miauger	-	-	-	-	-
PCJ	152.399	-	15.000	20.408	4.245.000
Público	39.882	1.028.835	1.025.000	6.556	2.415.000
Sonae com SI	279.774	76.021	2.475.000	44.110	11.485.000
Sonaecom BV	286	118.477	20.000	275	-
Sonae Telecom BV	-	-	-	-	-
Sonaecom SP	64.861	81.801	145.000	(88.365)	420.000
Outras partes relacionadas					
Zopt SGPS	7.315.500	-	-	-	-
Digitmarket	85.306	1.505	-	(78.988)	-
Lugares Virtuais	-	-	-	-	-
Mainroad	-	-	-	-	-
Saphety	187.163	5.439	-	(267.248)	-
Sonaecenter II	19.516	36.898	-	-	-
Wedo	2.058.829	-	-	-	-
iTrust	11.635	-	-	(59.433)	-
Outros	-	26.910	-	16.284	-
	10.214.279	1.433.911	3.680.000	(416.857)	18.565.000

	Contas a receber (Nota 10)	Contas a pagar (Nota 16)	Aplicações de tesouraria (Nota 11)	Outros ativos/ (passivos)	Saldos a 31 de março de 2014 Empréstimos concedidos/(obtidos) (Nota 8 e 14)
Empresa-mãe					
Sonae SGPS	-	(872)	-	(6.755)	-
Subsidiárias					
Miauger	-	58.652	-	-	(1.724)
PCJ	133.407	(100.277)	10.000	52.388	4.425.000
Público	36.093	925.737	2.305.000	63.229	1.780.000
Sonae com SI	393.337	(18.066)	290.000	107.903	14.290.548
Sonaecom BV	1.910	240.841	-	-	(14.838.477)
Sonae Telecom BV	-	25.335	-	-	(1.571.548)
Sonaecom SP	-	107.784	-	79.095	-
Outras partes relacionadas					
Digitmarket	6.325	1.505	-	-	(24.280)
Lugares Virtuais	-	210.390	-	-	-
Mainroad	42.887	32.451	1.480.000	256.763	-
Saphety	16.523	5.852	410.000	74.676	-
Sonaecenter II	-	-	-	-	-
Wedo	670.454	(190.094)	3.500.000	25.434	-
Outros	-	(1.980)	-	(131.242)	-
	1.300.936	1.298.130	7.995.000	521.491	4.059.519



			Transações a 31 de março de 2015
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos (Nota 17)	Juros obtidos / (suportados) (Nota 18)
Empresa-mãe			
Sonae SGPS	-	-	6
Subsidiárias			
PCJ	-	-	59.305
Público	-	60	37.851
Sonae com SI	-	6.414	172.771
Sonae com BV	-	-	275
Sonae telecom BV	-	-	(11)
Sonae com SP	-	67.106	6.229
Wedo	49.766	(800)	-
Outras partes relacionadas			
Digitmarket	15.413	-	-
Saphety	15.413	515	-
Sonae center II	15.867	44.998	-
Outros	-	31.073	(16.825)
	96.459	149.366	259.601

			Transações a 31 de março de 2014
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos (Nota 17)	Juros obtidos / (suportados) (Nota 18)
Empresa-mãe			
Sonae SGPS	-	(771)	453.180
Subsidiárias			
Miauger	-	-	(1.573)
PCJ	-	-	65.113
Público	34.346	190	46.791
Sonae com SI	-	-	211.203
Sonae com BV	-	-	(118.477)
Sonae telecom BV	-	-	-
Sonae com SP	-	61.463	4.233
Wedo	31.088	-	23.531
Outras partes relacionadas			
Digitmarket	11.755	(1.849)	(18.361)
Mainroad	17.633	-	5.938
Saphety	10.836	180	6.422
Outros	-	61.854	-
	105.658	121.067	677.999

Durante o exercício de 2012, a Sonae com celebrou um contrato com a Sonae SGPS S.A., no qual esta se obrigou a proceder, até ao termo do exercício de 2016, à transferência de ações Sonae com para os colaboradores e quadros do grupo, por solicitação da Sonae com e no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo, pelo preço de 1,184 euros, por ação. No âmbito deste contrato, a Sonae com procedeu ao pagamento à Sonae SGPS, S.A. do montante de 3.291.520 euros.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Sonae com antecipou parcialmente o vencimento do contrato, originando um recebimento de 4.444.207 euros. No dia 11 de julho de 2014 a empresa cessou o contrato acima referido pelo que, desta forma, a Sonae SGPS, S.A. restituiu o valor remanescente em dívida.

Durante o período findo em 31 de março de 2015, a empresa reconheceu o montante de 7.315.500 euros referente a dividendos a receber da Zopt SGPS (Nota 10 e 18).

Todas as transações acima referidas foram efetuadas a preços de mercado.

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias.

Uma listagem integral das entidades relacionadas do grupo Sonaecom é apresentada em anexo ao presente relatório.

21. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 31 de março de 2015 e 2014, tinha a seguinte composição:

Beneficiário da garantia	Descrição	2015	2014
Direção de Contribuições e Impostos	Reembolso do IVA	1.435.379	1.435.379
Direção de Contribuições e Impostos	Liquidações adicionais de IS, IRC e IVA	222.622	222.622
		1.658.001	1.658.001

Adicionalmente a estas garantias foram constituídas fianças relativas a processos fiscais em curso. A Sonae SGPS constituiu-se fiadora da Sonaecom SGPS, até ao montante de 6.540.647 euros e a Sonaecom SGPS constituiu-se fiadora da NOS Comunicações até ao montante de 10.502.945 euros e do Público até ao montante de 565.026 euros.

Em 31 de março de 2015, é convicção do Conselho de Administração da empresa que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras anexas.

22. Resultados por ação

Os resultados por ação, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido do exercício (15.998.362 euros em 2015 e 1.427.705 euros em 2014) pelo número médio de ações existente durante os períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014, deduzidas das ações próprias (305.769.023 em 2015 e 2014).

23. Planos de incentivo de médio prazo

Em junho de 2000, a Sonaecom implementou um sistema de incentivos em ações a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e ações da Sonaecom e ações da Sonae-SGPS, S.A.. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período.

Em 10 de março de 2014, os Planos de ações da Sonaecom foram convertidos na totalidade para ações Sonae SGPS. Esta conversão ocorreu com base nos termos de troca fixados na Oferta Pública de Aquisição em 20 de fevereiro de 2014, referida na Nota 12 para determinar o justo valor dos planos Sonaecom, e com base na cotação das ações Sonae SGPS.

Assim, a conversão dos planos foi efectuada com base do rácio Sonaecom/Sonae SGPS implícito nos termos fixados na Oferta Pública de Aquisição (1 Ação Sonaecom – aproximadamente 2,05 Ações Sonae SGPS).



Após a conversão a 10 de março de 2014, os planos convertidos podem ser detalhados como se segue:

	Cotação a 20 de fevereiro de 2014*	Período de Diferimento		10 março 2014	
		Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
Ações Sonae SGPS (Provenientes da conversão dos Planos Sonaecom)					
Plano 2010	1,258	10-mar-11	10-mar-14	2	422.647
Plano 2011	1,258	09-mar-12	10-mar-15	2	454.317
Plano 2012	1,258	08-mar-13	10-mar-16	2	266.008

* Cotação do dia da divulgação dos resultados da Oferta Pública de Aquisição

Por decisão da Comissão de Nomeações e Remunerações, a entrega aos colaboradores da empresa do Plano 2010 foi realizada em Maio de 2014 e o plano 2011 será entregue no segundo trimestre do ano 2015.

Desta forma, os planos em aberto a 31 de março de 2015 são os seguintes:

	Cotação 31 março 2015/ Atribuição	Período de Diferimento		31 março 2015	
		Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
Ações Sonae SGPS (Provenientes da conversão dos planos Sonaecom)					
Plano 2011	1,416	09-mar-12	10-mar-15	2	466.679
Plano 2012	1,416	08-mar-13	10-mar-16	2	273.247
Ações Sonae SGPS					
Plano 2011	0,401	09-mar-12	10-mar-15	2	431.413
Plano 2012	0,701	08-mar-13	10-mar-16	2	168.427
Plano 2013	1,416	10/mar/14	10/mar/17	2	284.410

Durante o exercício findo em 31 de março de 2015, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Ações Sonae SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de ações
Saldo a 31 dezembro 2014:		
Ainda diferidas	10	1.624.176
Total	10	1.624.176
Movimentos no período:		
Canceladas / extintas / corrigidas*	-	-
Saldo a 31 março 2015:		
Ainda diferidas	10	1.624.176
Total	10	1.624.176

*As correções são efetuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social e outros ajustamentos, nomeadamente, resultantes da alteração na forma de vencimento do MTIP, que passou a poder ser feita através da aquisição de ações com desconto.

A responsabilidade de todos os planos foi registada na rubrica de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'. Para os planos, originalmente, de ações Sonae SGPS, o grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado.

Os contratos de cobertura acima referidos podem ser detalhados como se segue:

	Ações Sonae SGPS
	Plano 2012
Valor nominal	268.451
Maturidade	mar-16
Nível de inputs na hierarquia de justo valor	Nível 2
Método de valorização	Custo atual de substituição
Justo valor*	270.680

* Utilizada a cotação de 31 de março de 2015 no apuramento do justo valor.

Os custos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no exercício findo em 31 de março de 2015 são como se segue:

	Ações Sonaecom	Ações Sonae SGPS	Ações NOS SGPS	Total
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	2.962.978	3.531.043	409.556	6.903.577
Custos reconhecidos no período	-	555.281	-	555.281
Impacto da conversão dos Planos Sonaecom	(531.505)	1.666.165	-	1.134.660
Custo de planos exercidos em exercícios anteriores	(2.431.473)	(4.329.623)	-	(6.761.096)
Custos de planos exercidos no período	-	(271.542)	-	(271.542)
	-	1.151.324	409.556	1.560.880
Responsabilidade dos Planos	-	1.422.004	409.556	1.831.560
Justo valor dos Contratos de cobertura (1)	-	(270.680)	-	(270.680)
Registados em Caixa e equivalentes de caixa (2)	-	(194.530)	(43.048)	(237.578)
Registados em Outros passivos correntes	-	1.312.706	209.388	1.522.094
Registados em Outros passivos não correntes	-	33.148	243.215	276.363
Registados em Reservas	-	-	-	-

(1) A Sonaecom assinou contratos para cobertura da responsabilidade com os planos de incentivo de médio e longo prazo do grupo, transferindo posteriormente, através de contratos celebrados com as várias empresas do grupo, a responsabilidade relativa a cada empresa. O justo valor dos contratos de cobertura, considerado na tabela acima, corresponde à componente destinada a cobrir a responsabilidade dos planos dos colaboradores da Sonaecom SGPS;

(2) A Sonaecom antecipou parcialmente o vencimento do contrato de cobertura com a Sonae SGPS, o que originou um reembolso pelo valor atual de mercado das ações Sonaecom.

No período findo em 31 de março de 2015, a rubrica 'Outros passivos correntes' incluía ainda 728.948 euros, referentes ao recebimento da cessação do contrato de cobertura do Plano 2011 de ações Sonae SGPS. Este valor será reconhecido aquando do pagamento do referido plano.

A 10 de março de 2014, os planos de ações Sonaecom foram totalmente convertidos para ações Sonae SGPS. Esta conversão teve por base os termos de troca fixados na Oferta Pública de Aquisição em 20 de fevereiro de 2014, referida na Nota 12 para determinar o justo valor dos planos e, com base na cotação das ações Sonae SGPS.. Deste modo, foi determinado o número de ações Sonae SGPS a entregar aos colaboradores da empresa. A responsabilidade relativa ao período decorrido de cada plano na data da conversão (1.582.389 euros) foi registada na rubrica de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes' por contrapartida dos capitais próprios, de acordo com as disposições da IFRS 2.

A 27 de agosto de 2013, parte dos planos de ações Sonaecom e Sonae SGPS em aberto foram convertidos em planos de ações NOS. Esta conversão ocorreu com base no rácio do projeto de fusão, no caso dos planos de ações Sonaecom, e com base no justo valor das ações, no caso dos planos de ações Sonae SGPS, e foi devidamente aprovada pela Comissão de Nomeações e Remunerações. O custo com os planos de ações NOS foi reconhecido até 30 de setembro de 2013, data em que a NOS passou a assumir a responsabilidade dos mesmos. Para os planos NOS SGPS, a responsabilidade foi calculada com base na cotação das ações do dia 30 de setembro de 2013. A responsabilidade de tais planos foi registada nas rubricas de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 04 de maio de 2015.

Anexo

A 31 de março de 2015, as partes relacionadas da Sonaecom, SGPS, S.A. são como segue:

Pessoal chave gerência - Sonaecom	
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	

Pessoal chave gerência - Sonae SGPS	
Álvaro Carmona e Costa Portela	Christine Cross
Álvaro Cuervo Garcia	Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
Belmiro de Azevedo	José Manuel Neves Adelino
Bernd Hubert Joachim Bothe	Michel Marie Bon

Empresas do grupo Sonaecom	
Cape Technologies Limited	Saphety Level – Trusted Services, S.A.
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A.	Servicios de Inteligencia Estratégica Global, S.L.
Intelligent Big Data, S.L.	Sonaecom – Sistemas Informação, SGPS, S.A.
ITRUST - Cyber security intelligence services, S.A.	Sonaecom - Cyber security and intelligence, SGPS, S.A.
Lookwise, S.L.	Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A.
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	Sonaecom – Sistemas de Información España, S.L.
Praesidium Services Limited	Sonaecom BV
Público – Comunicação Social, S.A.	Sonaecom, SGPS, S.A.
S21 Sec Barcelona, S.L.	Sonaetelecom BV
S21 Sec Brasil, Ltda	Tecnológica Telecomunicações LTDA.
S21 Sec Ciber Seguridad, S.A. de CV	WeDo Consulting – Sistemas de Informação, S.A.
S21 Sec Fraud Risk Management, S.L.	WeDo do Brasil – Soluções Informáticas, Ltda
S21 SEC Gestion, S.A.	WeDo Poland Sp. Z.o.o.
S21 Sec Inc.	WeDo Technologies (UK) Limited
S21 Sec Information Security Labs, S.L.	WeDo Technologies Americas, Inc.
S21 Sec Institute, S.L.	WeDo Technologies Australia PTY Limited
S21 Sec México, S.A. de CV	WeDo Technologies BV
S21 Sec, S.A. de CV	WeDo Technologies BV – Sucursal Malaysia
Saphety – Transacciones Electronicas SAS	WeDo Technologies Egypt LLC
Saphety Brasil Transações Eletrônicas Ltda.	WeDo Technologies Mexico, S de R.L.



Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS

3shoppings - Holding, SGPS, SA	Capwatt II - Heat Power, S.A.
ADD Avaliações Eng.Aval.e Pericias, Ltda	Capwatt III - Heat Power, S.A.
Adlands BV	Capwatt Maia - Heat Power, S.A.
Aegean Park, SA	Capwatt Martim Longo - Solar Power, S.A.
Agepan Eiweiler Management GmbH	Capwatt Vale do Caima - Heat Power, S.A.
Agepan Tarket Laminat Park GmbH Co. KG	Capwatt Vale do Tejo - Heat Power, S.A.
Aglom Investimentos, Sgps, S.A.	CAPWATT, SGPS, S.A.
Aglom-Soc.Ind.Madeiras e Aglom.,SA	Carnes do Continente-Ind.Distr.Carnes,SA
Airone - Shopping Centre, Srl	Carvemagere-Manut.e Energias Renov., Lda
ALEXA Administration GmbH	Casa da Ribeira - Hotelaria e Turismo,SA
ALEXA Holding GmbH	Casa da Ribeira-Sociedade Imobiliária,SA
ALEXA Shopping Centre GmbH	Cascaishopping Centro Comercial, SA
Algarveshopping- Centro Comercial, SA	Cascaishopping Holding I, SGPS, SA
Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda	CCCB Caldas da Rainha-Centro Comerc., SA
Arat Inmuebles, S.A.	Centro Colombo Centro Comercial, SA
ARP Alverca Retail Park, SA	Centro Residencial da Maia,Urban.,SA
Arrábidasshopping - Centro Comercial, SA	Centro Vasco da Gama Centro Comercial,SA
Aserraderos de Cuellar,SA	Chão Verde-Soc. de Gestão Imobiliária,SA
Atelgen-Produção Energia, ACE	Cinclus Imobiliária,SA
Atlantic Ferries-Tráf.Loc,Flu.e Marit,SA	Citic Capital Sierra Limited
Avenida M-40 BV	Citic Capital Sierra Prop. Man. Limited
Azulino Imobiliária, S.A.	Citorres - Sociedade Imobiliária, SA
BA Business Angels, SGPS, SA	Coimbrashopping Centro Comercial, SA
BA Capital, SGPS	Colombo Towers Holding BV
BB Food Service, SA	Companhia Térmica do Serrado, ACE
Be Artis-Conc.,Const.e Gest.Redes Com,SA	Companhia Térmica Tagol, Lda.
Be Towering-Gestão de Torres de Telec,SA	Contacto Concessões, SGPS, S.A.
Beeskow Holzwerkstoffe	Contibomba-Comérc.Distr.Combustíveis,SA
Beralands BV	Contimobe - Imobiliária Castelo Paiva,SA
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A.	Continente Hipermercados, SA
BIG Picture 2 Films	Country Club da Maia-Imobiliaria,SA
Bloco Q-Sociedade Imobiliária,SA	Craiova Mall BV
Bloco W-Sociedade Imobiliária,SA	Cronosaúde - Gestão Hospitalar, S.A.
BOM MOMENTO - Restauração, S.A.	CTE-Central Termoeléct. do Estuário, Lda
Canasta-Empreendimentos Imobiliários,SA	Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A.
CAPWATT - Brainpower, S.A.	Darbo SAS
Capwatt ACE, S.A.	Discovery Sports, SA
Capwatt Colombo - Heat Power, S.A.	Distodo Distribui e Logist,Lda
Capwatt Engenho Novo - Heat Power, S.A.	Dortmund Tower GmbH
Capwatt Hectare - Heat Power, ACE	Dos Mares Shopping Centre BV



Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS

Dos Mares Shopping Centre, SA	Imoareaia - Invest. Turísticos, SGPS, SA
Dreamia, B.V	Imobeauty, SA
Dreamia, Serv de Televisão, SA	Imobiliária da Cacela, S.A.
Ecociclo - Energia e Ambiente, SA	Imoclub-Serviços Imobiliários, SA
Ecociclo II	Imoconti - Sociedade Imobiliária, SA
Edições Book.it, S.A.	Imodivor - Sociedade Imobiliária, SA
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA
Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Imohotel-Emp.Turísticos Imobiliários,SA
Empracine-E.Pro.Act. Cinem,Lda	Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA
Empreend.Imob.Quinta da Azenha,SA	Imopeninsula - Sociedade Imobiliária, SA
Enerlousado-Recursos Energéticos, Lda.	Imoplamac Gestão de Imóveis, SA
Equador & Mendes-Ag. Viagens e Tur.,Lda	Imoponte - Sociedade Imobiliária, SA
Estação Viana Centro Comercial, SA	Imoresort - Sociedade Imobiliária, SA
Estêvão Neves-Hipermercados Madeira,SA	Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA
Euroresinas-Indústrias Químicas,SA	Imosedas - Imobiliária e Seviços, SA
Farmácia Selecção, SA	Imosistema - Sociedade Imobiliária, SA
Fashion Division Canárias, SL	Impaper Europe GmbH
Fashion Division, S.A.	Implantação - Imobiliária, S.A.
Feneralt-Produção de Enercia, ACE	Infocfield - Informática, SA
FINSTAR-Socied.Investim.Par SA	Inparsi - Gestão Galeria Comercial, SA
Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA	Inparvi SGPS, SA
Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, SA	Integrum - Energia, SA
Freccia Rossa - Shopping Centre, Srl	Integrum ACE, SA
Fundo de Invest.Imobiliário Fec. Imosede	Integrum Colombo Energia, SA
Fundo Esp.Inv.Imo.Fec. WTC	Integrum Engenho Novo - Energia, S.A.
Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop. Center	INTEGRUM II - ENERGIA, S.A.
Fundo Invest. Imobiliário Imosonae Dois	INTEGRUM III - ENERGIA, S.A.
Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D. Pedro	Integrum Martim Longo - Energia, S.A.
Gaiashopping I Centro Comercial, SA	Integrum Vale do Caima - Energia, SA
Gaiashopping II Centro Comercial, SA	Integrum Vale do Tejo - Energia, SA
GHP GmbH	Interlog-SGPS, SA
Gli Orsi Shopping Centre 1, Srl	Invesaude - Gestão Hospitalar S.A.
Glunz AG	Ioannina Develop.of Shopping Centres, SA
Glunz Service GmbH	Isoroy SAS
Glunz UK Holdings Ltd	La Farga - Shopping Center, SL
Glunz Uka GmbH	Land Retail BV
Golf Time-Golfe e Invest. Turísticos, SA	Larim Corretora de Resseguros, Ltda
Guimarãesshopping Centro Comercial, SA	Larissa Develop. of Shopping Centers, SA
Harvey Dos Iberica, SL	Lazam MDS Corretora e Adm. Seguros, SA
Herco Consult.Risco Corret.Seguros, Ltda	Le Terrazze - Shopping Centre 1, Srl
Herco Consultoria de Risco, S.A.	Libra Serviços, Lda
HighDome PCC Limited	Lidergraf - Artes Gráficas, Lta
HighDome PCC Limited (Cell Europe)	Loop 5 Shopping Centre GmbH
Iberian Assets, SA	Lusomundo España, SL
Igimo - Sociedade Imobiliária, SA	Lusomundo Imobiliária 2, SA
Iginha - Sociedade Imobiliária, SA	Lusomundo Moçambique, Lda



Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS

Lusomundo Soc. Inv. Imob. SA	Nova Equador P.C.O. e Eventos, S.U., Lda
Luz del Tajo BV	Novobord (PTY) Ltd.
Luz del Tajo Centro Comercial, SA	Novodecor (PTY), LTD
Madeirashopping Centro Comercial, SA	OSB Deustchland Gmbh
Maiashopping Centro Comercial, SA	Pantheon Plaza BV
Maiequipa - Gestão Florestal, SA	Paracentro - Gestão de Galerias Com., SA
Mainroad – Serviços em Tecnologias de Informação, S.A.	Pareuro BV
Marcas do Mundo-Viag. e Turismo Unip,Lda	Park Avenue Develop.of Shop. Centers, SA
Marcas MC, ZRT	Parklake Shopping, SA
Marina de Tróia S.A.	Parque Atlântico Shopping-C.Comerc., SA
Marinamagic-Expl.Cent.Lúdicos Marit,Lda	Parque D. Pedro 1 BV
Marmagno-Expl.Hoteleira Imob.,SA	Parque de Famalicão - Empreend.Imob., SA
Martimope-Empreendimentos Turísticos, SA	Parque Principado SL
Marvero-Expl.Hoteleira Imob.,SA	Pátio Boavista Shopping, Ltda
MDS - Corretor de Seguros, SA	Pátio Campinas Shopping, Ltda
MDS Affinity-Sociedade de Mediação Lda	Pátio Goiânia Shopping, Ltda
MDS Africa SGPS, S.A.	Pátio Londrina Empreend.e Particip.,Ltda
MDS Auto - Mediação de Seguros, SA	Pátio Penha Shopping Ltda.
Mds Knowledge Centre, Unipessoal, Lda	Pátio São Bernardo Shopping Ltda
MDS Malta Holding Limited	Pátio Sertório Shopping Ltda
MDS RE - Mediador de resseguros	Pátio Uberlândia Shopping Ltda
MDS, SGPS, SA	Peixes do Continente-Ind.Dist.Peixes,SA
Megantic BV	Per-Mar-Sociedade de Construções,SA
Miral Administração Corretagem Seg, Ltda	Pharmaconcept - Actividades em Saúde, SA
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA	Pharmacontinente - Saúde e Higiene, SA
Modalfa - Comércio e Serviços, SA	PJP - Equipamento de Refrigeração, Lda
MODALLOOP - Vestuário e Calçado, SA	Plaza Eboli B.V.
Modelo - Dist.de Mat. de Construção,S.A.	Plaza Eboli - Centro Comercial, SA
Modelo Continente Hipermercados, SA	Plaza Mayor Holding, SGPS, S.A.
Modelo Continente International Trade,SA	Plaza Mayor Parque de Ócio BV
Modelo Hiper Imobiliária, SA	Plaza Mayor Parque de Ocio, SA
Modelo.com-Vendas por Correspondência,SA	Plaza Mayor Shopping BV
Movelpartes-Comp.para Ind.Mobiliária,SA	Plaza Mayor Shopping, SA
Movimento Viagens-Viag.e Turismo S.U.Lda	Pollface North America
MSTAR, SA	Ponto de Chegada - Soc. Imobiliária, SA
Münster Arkaden BV	Porturbe-Edifícios e Urbanizações,SA
Norte Shop. Retail and Leisure Centre BV	Powercer-Soc.de Cogeração da Vialonga,SA
Norteshopping Centro Comercial, SA	Praedium - Serviços, SA
NOS Açores Comunicações, SA	Praedium II - Imobiliária, SA
NOS Comunicações, S.A.	Praedium SGPS, SA
NOS Lusomundo Audiovisuais, SA	Predicomercial - Promoção Imobiliária,SA
NOS Lusomundo Cinemas, SA	Predilugar - Sociedade Imobiliária, SA
NOS Lusomundo TV Lda	Prédios Privados Imobiliária, SA
NOS Madeira Comunicações, SA	Predisedas - Predial das Sedas, SA
NOS, SGPS, S.A.	Proj. Sierra Germany 4 (four)-Sh.C.GmbH
NOSPUB, Publicidade e Conteúdos, S.A.	Proj. Sierra Italy 2 - Dev.of Sh.C. Srl
Nova Equador Internacional,Ag.Viag.T,Lda	Proj.Sierra Germany 2 (two)-Sh.C.GmbH



Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS

Project 4, Srl	Sete e Meio - Invest. Consultadoria, SA
Project SC 1 BV	Sete e Meio Herdades-Inv. Agr. e Tur.,SA
Project SC 2 BV	Shopping Centre Colombo Holding BV
Project Sierra 10 BV	Shopping Centre Parque Principado BV
Project Sierra 11 BV	SIAL Participações, Lda
Project Sierra 12 BV	Sierra - OST Property Management
Project Sierra 2 BV	Sierra Asia Limited
Project Sierra 6 BV	Sierra Berlin Holding BV
Project Sierra 8 BV	Sierra Brazil 1 BV
Project Sierra Four Srl	Sierra Central S.A.S.
Project Sierra Germany 2 (two)-Sh.C.GmbH	Sierra Cevital Shopping Center, Spa
Project Sierra Germany 4 (four)-S.C.GmbH	Sierra Corporate Services Holland BV
Project Sierra Spain 1 BV	Sierra Developments Holding BV
Project Sierra Spain 2 - C.Comercial, SA	Sierra Developments, SGPS, SA
Project Sierra Spain 3 BV	Sierra Enplanta Ltda
Project Sierra Spain 3-Centro Comer. SA	Sierra European R.R.E. Assets Hold. BV
Project Sierra Two Srl	Sierra Germany GmbH
Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.	Sierra GP, Limited
Quorum Corretores de Seguros Ltda	Sierra Greece, SA
Racionaliz. y Manufact.Florestales,SA	Sierra Investimentos Brasil Ltda
Raso - Viagens e Turismo, SA	Sierra Investments (Holland) 1 BV
RASO II-Viagens e Turismo,Unipessoal Lda	Sierra Investments (Holland) 2 BV
Raso, SGPS, SA	Sierra Investments Holding BV
River Plaza BV	Sierra Investments SGPS, SA
River Plaza Mall, Srl	Sierra Italy Holding B.V.
Rochester Real Estate,Limited	Sierra Italy, Srl
Ronfegen-Recursos Energéticos, Lda.	Sierra Management Germany GmbH
RSI Corretora de Seguros, Ltda	Sierra Management Italy S.r.l.
S.C. Microcom Doi Srl	Sierra Management Romania, Srl
Saúde Atlântica - Gestão Hospitalar , SA	Sierra Management Spain – Gestión C.Com.S.A.
SC Aegean BV	Sierra Management, SGPS, SA
SC Assets SGPS, SA	Sierra Portugal, SA
SC Finance BV	Sierra Project Nürnberg BV
SC For -Serv.Form.e Desenv.R.H.,Unip.,Lda	Sierra Property Management Greece, SA
SC Hospitality, SGPS , S.A.	Sierra Real Estate Greece BV
SC Mediterranean Cosmos B.V.	Sierra Reval-PM Mark. and Consult., Inc
SC, SGPS, SA	Sierra Romania Sh. Centers Services Srl
SC-Consultadoria,SA	Sierra Services Holland 2 BV
SC-Eng. e promoção imobiliária,SGPS,S.A	Sierra Services Holland B.V.
SCS Beheer,BV	Sierra Solingen Holding GmbH
SDSR - Sports Division 2, S.A.	Sierra Spain 2 Services, S.A.
SDSR - Sports Division SR, S.A.	Sierra Spain Shop. Centers Serv., S.A.U.
Selifa-Empreend. Imobiliários de Fafe,SA	Sierra Spain, Shop. Centers Services, SL
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	Sierra Turkey Gayrim.Yön.P.Dan.An.Sirket
Servicios de Int.Estratégica Global,S.L.	Sierra Zenata Project BV
Sesagest - Proj. Gestão Imobiliária, SA	SII - Soberana Invest. Imobiliários, SA



Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS

SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	Sonae Specialized Retail, SGPS, SA
SISTAVAC, S.A.	Sonae SR Malta Holding Limited
SISTAVAC, SGPS, S.A.	Sonae Tafibra Benelux, BV
SISTAVAC-Sistemas HVAC-R do Brasil, Ltda	Sonae Turismo, SGPS, S.A.
SKK SRL	SONAECENTER SERVIÇOS, SA
SKK-Central de Distr.,SA	Sonaegest-Soc.Gest.Fundos Investimentos
SKKFOR - Ser. For. e Desen. de Recursos	Sonaerp - Retail Properties, SA
Soc.Inic.Aproveit.Florest.-Energias,SA	SONAESR - Serviços e logística, SA
Sociedade de Construções do Chile, S.A.	Sondis Imobiliária, SA
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	Sontaria-Empreend.Imobiliários,SA
Société de Tranchage Isoroy SAS.	Sontel BV
Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA	Sontur BV
Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA	Sonvecap BV
Soconstrução BV	Sopair, S.A.
Sodesa, S.A.	Sótaqua - Soc. de Empreendimentos Turist
Soflorin BV	Soternix-Produção de Energia, ACE
Soira-Soc.Imobiliária de Ramalde,SA	Spanboard Products,Ltd
Solinca - Eventos e Catering, SA	SPF - Sierra Portugal
Solinca - Health & Fitness, SA	Spinarq Moçambique, Lda
Solinca-Investimentos Turísticos,SA	Spinarq-Engenharia,Energia e Ambiente,SA
Solinfitness - Club Malaga, S.L.	Spinveste - Promoção Imobiliária, SA
Solingen Shopping Center GmbH	Spinveste-Gestão Imobiliária SGII,SA
SOLSWIM-Gestão e Expl.Equip.Aquáticos,SA	Sport TV Portugal, SA
Soltroia-Imob.de Urb.Turismo de Tróia,SA	Sport Zone Canárias, SL
Somit Imobiliária, SA	Sport Zone España-Com.Art.de Deporte,SA
Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA	Sport Zone Turquia
Sonae Capital Brasil, Lda	Spred, SGPS, SA
Sonae Capital, SGPS, SA	Tableros Tradema,S.L.
Sonae Center Serviços II, SA	Tafiber,Tableros de Fibras Ibéricas,SL
Sonae Center Serviços, S.A.	Tafibra Suisse, SA
Sonae Financial Services, S.A.	Tafisa Canadá Societé en Commandite
Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira,SA	Tafisa Développement
Sonae Indústria - Management Services,SA	Tafisa France, SA
Sonae Indústria – SGPS, S.A.	Tafisa Investissement
Sonae Indústria (UK),Ltd	Tafisa Participation
Sonae Indústria de Revestimentos,SA	Tafisa UK,Ltd
Sonae Indústria-SGPS,SA	Tafisa-Tableros de Fibras, SA
Sonae Investimentos, SGPS, SA	Taiber,Tableros Aglomerados Ibéricos,SL
Sonae Investments BV	Tecmasa Reciclados de Andalucia, S.L.
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	Tecnológica Telecomunicações, Ltda
Sonae Novobord (PTY) Ltd	Teconologias del Medio Ambiente,SA
Sonae RE, S.A.	Teliz Holding B.V.
Sonae Retalho España-Serv.Generales, SA	Têxtil do Marco, SA
Sonae SGPS, SA	The Artist Porto Hot.&Bistrô-Act.Hot.,SA
Sonae Sierra Brasil, SA	Tlantic BV
Sonae Sierra Brazil, BV / SARL	Tlantic Portugal - Sist.de Informação,SA
Sonae Sierra, SGPS, SA	Tlantic Sistemas de Informação, Ltda

Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS

Todos os Dias-Com.Ret.Expl.C.Comer.,S.A.	Weierstadt Shopping BV
Tool Gmbh	World Trade Center Porto, S.A.
Torre Ocidente Imobiliária, SA	Worten - Equipamento para o Lar, SA
Torre São Gabriel Imobiliária, SA	Worten Canárias, SL
Troia Market-Supermercados, S.A.	Worten España Distribución, SL
Troia Natura, S.A.	Zenata Commercial Project S.A.
Troiareort-Investimentos Turísticos, SA	ZIPPY - Comércio e Distribuição, SA
Troiaverde-Expl.Hoteleira Imob.,SA	Zippy - Comercio y Distribución, SA
Tulipamar-Expl.Hoteleira Imob.,SA	Zippy Turquia
Unipress – Centro Gráfico, Lda	Zon Audiovisuais, SGPS
Unishopping Administradora Ltda.	Zon Cinemas, SGPS
Unishopping Consultoria Imobiliária,Ltda	ZON Finance BV
Upstar Comunicações SA	ZON III-COMUNICAÇ ELETRÓN SA
Urbisedas-Imobiliária das Sedas,SA	ZON II-SERVIÇOS TELEVISÃO,SA
Valecenter Srl	Zon TV Cabo SGPS SA
Valor N, SA	Zon TV Cabo, SA
Via Catarina Centro Comercial, SA	Zubiarte Inversiones Inmob,SA
Viajens y Turismo de Geotur España, S.L.	Zubiarte Inversiones Inmobiliarias, SA
Vistas do Freixo-Emp.Tur.Imobiliários,SA	ZYEVLUTION-Invest.Desenv.,SA
Vuelta Omega, S.L.	

A Sonaecom SGPS está admitida à negociação na Euronext Stock Exchange. Informação sobre a sociedade pode também ser consultada na Reuters através do símbolo SNC.LS e na Bloomberg através do símbolo SNC:PL.

ADVERTÊNCIAS

Este documento pode conter informações e indicações futuras, baseadas em expectativas atuais ou em opiniões da gestão. Indicações futuras são indicações que não são factos históricos.

Estas indicações futuras estão sujeitas a um conjunto de fatores e de incertezas que poderão fazer com que os resultados reais difiram materialmente daqueles mencionados como indicações futuras, incluindo, mas não limitados, a alterações na regulação do setor das telecomunicações, condições económicas e alterações da concorrência. Indicações futuras podem ser identificadas por palavras tais como "acredita", "espera", "antecipa", "projeta", "procura", "estima", "futuro" ou expressões semelhantes.

Embora estas indicações reflitam as nossas expectativas atuais, as quais acreditamos serem razoáveis, os investidores e analistas e, em geral, todos os utilizadores deste documento, são advertidos de que as informações e indicações futuras estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais difíceis de antecipar e para além do nosso controlo, e que poderão fazer com que os resultados e os desenvolvimentos difiram materialmente daqueles mencionados em, ou subentendidos, ou projetados pelas informações e indicações futuras. Todos são advertidos a não dar uma inapropriada importância às informações e indicações futuras. Não assumimos nenhuma obrigação de atualizar qualquer informação ou indicação futura.

Relatório disponível no website da Sonaecom

www.sonae.com

Contacto para os Investidores

investor-relations@sonae.com

Tlf: +351 22 013 23 49